



Fundo de População
das Nações Unidas

**FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS
COORDENAÇÃO GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS E POPULACIONAIS**

**Metodologia para a caracterização do nível de desenvolvimento
em municípios de Pernambuco
RELATÓRIO DE PESQUISA**

Setembro de 2007

EQUIPE DE PESQUISA

Coordenadora executiva:

Isabel Raposo

Coordenadora financeira:

Ana Eliza Medeiros Vasconcelos Lima

Equipe técnica:

Ivone Medeiros

Magda de Caldas Neto

Renato Duarte

Pesquisa de campo:

Isabel Raposo

Ivone Medeiros

Luís Henrique Romani Campos

Magda de Caldas Neto

Patricia Bandeira de Melo

Redação do relatório:

Isabel Raposo

Luís Henrique Romani Campos

Patricia Bandeira de Melo

Wilson Fusco

APRESENTAÇÃO

O projeto que deu origem a esta pesquisa foi submetido ao Plano de Ação do Programa de País do Fundo de População das Nações Unidas (CPAP-UNFPA) e aprovado com um financiamento de US\$ 3 mil. O financiamento foi designado para a execução de uma parte do projeto, referente ao desenvolvimento de sua metodologia e caracterização da qualidade média de vida da população de municípios selecionados em Pernambuco. A idéia foi fazer desta pesquisa um projeto-piloto que venha a servir de modelo a ser executado em mais quatro estados do Nordeste. Se bem sucedido, a Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Populacionais (CGEP) da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) pretende incluir a continuação deste estudo no orçamento para o Plano Plurianual (PPA) de 2008 a 2011, podendo ser refinanciado pela UNFPA¹.

A pesquisa aqui apresentada deve esboçar o modelo e a força das redes sociais existentes atualmente em quatro municípios do Agreste de Pernambuco: Bom Conselho, Buíque, Caruaru e Gravatá. A primeira parte do trabalho consistiu na elaboração de uma metodologia para a escolha das cidades a serem estudadas. A segunda parte consistiu no trabalho de campo para avaliação do capital social existente nos municípios selecionados e seu impacto no desenvolvimento local.

Foram seis meses de levantamento de dados, de pesquisa de campo e de consolidação das informações obtidas. Ao esforço da equipe de pesquisa se somou a contribuição do UNFPA, permitindo que o trabalho de campo fosse executado, e dos entrevistados, que se dispuseram a fornecer dados relevantes para a construção do conhecimento aqui apresentado. Prestam-se agradecimentos às pessoas e às instituições que, ao longo do texto, serão enumeradas. É importante ressaltar o empenho de todos que deram apoio à pesquisa, entre eles, a Rede Globo Nordeste, cuja diretora de Jornalismo, Jô Mazzarollo, teve papel relevante ao disponibilizar programas especiais sobre as cidades estudadas.

¹ O título original do projeto aprovado pelo UNFPA era “*Fatores condicionantes e limitantes do desenvolvimento local de municípios selecionados do Nordeste: o caso de Pernambuco*”. Contudo, em função da melhor adequação da sua denominação aos objetivos mais recentemente delimitados, o nome do Projeto foi modificado para *Metodologia para a caracterização do nível de desenvolvimento em municípios de Pernambuco*.

ÍNDICE	página
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	05
CAPÍTULO 2: CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA, HIPÓTESE E OBJETIVOS	07
CAPÍTULO 3: REFERENCIAL TEÓRICO	09
3.1 Sistema social, governança e capital social	13
<i>3.1.1 A visão do capital social segundo Pierre Bourdieu</i>	14
<i>3.1.2 A visão do capital social segundo James Coleman</i>	16
<i>3.1.3 A visão do capital social segundo Francis Fukuyama</i>	18
<i>3.1.4 A visão do capital social segundo Robert Putnam</i>	18
3.2 Uma síntese dos enfoques de capital social	19
CAPÍTULO 4: METODOLOGIA	23
CAPÍTULO 5: CARACTERIZAÇÃO GERAL DO AGRESTE E DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS	31
5.1 História e geografia	31
<i>5.1.1 Bom Conselho: Aspectos históricos</i>	31
<i>5.1.2 Bom Conselho: Aspectos geográficos</i>	32
<i>5.1.3 Buíque: Aspectos históricos</i>	33
<i>5.1.4 Buíque: Aspectos geográficos</i>	33
<i>5.1.5 Caruaru: Aspectos históricos</i>	34
<i>5.1.6 Caruaru: Aspectos geográficos</i>	35
<i>5.1.7 Gravatá: Aspectos históricos</i>	36
<i>5.1.8 Gravatá: Aspectos geográficos</i>	36
5.2 Cultura e turismo	37
<i>5.2.1 O capital cultural da cidade</i>	37
<i>5.2.2 A cultura e o turismo de Bom Conselho</i>	40
<i>5.2.3 A cultura e o turismo de Buíque</i>	42
<i>5.2.4 A cultura e o turismo de Caruaru</i>	45
<i>5.2.5 A cultura e o turismo de Gravatá</i>	47
5.3 Emprego e renda	50

5.4 Dinâmica populacional	73
5.4.1 Migração	75
5.4.2 Pirâmide Etária	77
5.5 Educação	80
5.6 Saúde, saneamento e qualidade de vida	88
CAPÍTULO 6: O CAPITAL SOCIAL EM BOM CONSELHO	98
6.1 O capital social na agropecuária	103
6.1.1 O capital social na bacia leiteira	107
6.2 O capital social no comércio	111
6.3 O capital social da cultura e turismo	114
CAPÍTULO 7: O CAPITAL SOCIAL EM BUÍQUE	118
7.1 O capital social da agropecuária	122
7.1.1 O capital social na bacia leiteira	126
7.2 O capital social da cultura e turismo	128
CAPÍTULO 8: O CAPITAL SOCIAL EM CARUARU	132
8.1 O capital social nas atividades têxtil e de confecções	135
8.2 O capital social no setor turístico	137
8.3 O capital social na agropecuária	140
8.4 O capital social na sociedade civil organizada	143
CAPÍTULO 9: O CAPITAL SOCIAL EM GRAVATÁ	147
9.1 O capital social no setor turístico	151
9.2 O capital social no pólo moveleiro de Gravatá	154
9.3 O capital social na agropecuária	157
9.4 O capital social na sociedade civil organizada	161
CAPÍTULO 10: CONCLUSÕES	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	170
APÊNDICE	175

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO

A idéia para este estudo se originou de um projeto desenvolvido por Renato Duarte (2002) intitulado *Fatores condicionantes e limitantes do desenvolvimento local sustentável no Nordeste - estudos de casos*, o qual tinha por objetivo examinar aqueles fatores que estimulariam ou entravariam o desenvolvimento local sustentável de municípios selecionados do Nordeste. A pesquisa que aqui se apresenta tem o mesmo objetivo, ou seja, entender os determinantes do desenvolvimento local e traçar uma tipologia do grau de desenvolvimento de forma a que se possam vincular políticas de intervenção específicas a cada tipo de situação identificada. Contudo, os projetos diferem quanto ao método de escolha dos municípios a serem investigados e também quanto à metodologia da pesquisa de campo nas localidades selecionadas, uma vez que há uma preocupação específica nesta pesquisa de avaliar como o estoque de capital social de uma localidade é capaz de interferir no seu desenvolvimento.

Em Duarte (2002), o foco está no estudo de caso de alguns “*municípios nordestinos que apresentam sinais exteriores de organização, de limpeza e de boa qualidade de vida; e que, no entanto, a classificação de alguns deles no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) não guarda correspondência com os sinais exteriores de dinamismo econômico e administrativo*” (DUARTE, 2002, p. 5). Esse descompasso entre baixo IDH e os sinais de dinamismo seria uma preocupação central de sua pesquisa já que estaria refletindo a perda da capacidade de sustentabilidade do desenvolvimento local. O método de escolha dos municípios considerados dinâmicos se basearia nas experiências já comprovadas de sucesso, ao passo que a escolha dos mais estagnados se deveria ao fraco desempenho de IDH.

Nesta pesquisa, a metodologia de escolha dos municípios estudados foi distinta da abordada por Duarte (2002). Neste último, os chamados “sinais exteriores de dinamismo econômico” são definidos pelo próprio conhecimento que o autor já dispõe do município. Há assim, em Duarte (2002), um componente subjetivo na escolha dos municípios. A equipe desta pesquisa optou por traçar um método que considerasse todos os municípios do Estado em questão e os comparassem quanto ao seu crescimento tendo

em vista o fato de que todos possuiriam características semelhantes de recursos naturais e climáticos. É um método baseado em técnicas econométricas que ao “controlar” para a dotação de recursos naturais e climáticos captura a interferência de todos os outros determinantes do crescimento que não sejam esses elementos edafoclimáticos² e, portanto, incorpora nesta estimacão a influência do estoque de capital social no dinamismo econômico de cada município. Em resumo, na presente pesquisa os municípios foram selecionados a partir de técnicas estatísticas que utilizam indicadores capazes de capturar ao mesmo tempo duas dimensões essenciais do bem-estar: o nível de qualidade de vida da população e o grau de dinamismo econômico. Dentro desse procedimento, foram escolhidos os municípios de Caruaru, Gravatá, Bom Conselho e Buíque.

Além deste capítulo de introdução, este relatório de pesquisa se constitui de mais nove capítulos. No capítulo seguinte, apresentam-se a caracterização do problema, hipóteses e objetivos da pesquisa. No capítulo três, indica-se o referencial teórico que embasa o nosso estudo, apresentando as várias correntes teóricas sobre capital social e os conceitos secundários relevantes para o trabalho, como crescimento e desenvolvimento econômico, sistema social, governança e esfera pública. No quarto capítulo, apresenta-se a metodologia adotada para a escolha dos municípios e para a coleta de dados. O quinto capítulo traz uma caracterização da Região Agreste, a história e a cultura dos municípios de Caruaru, Gravatá, Bom Conselho e Buíque, mostrando os índices de emprego e renda, saúde, educação e dinâmica populacional. Os capítulos 6, 7, 8 e 9 vão apresentar o capital social aferido nas quatro cidades estudadas, a partir do trabalho de campo realizado pela equipe de pesquisadores da Fundaj ligada ao estudo. O último capítulo apresenta as conclusões da pesquisa e as recomendações de políticas públicas.

² É o conjunto de características de solo e clima.

CAPÍTULO 2

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA, HIPÓTESE E OBJETIVOS

O Brasil é marcado por acentuado grau de disparidade nas mais variadas dimensões do bem-estar: renda, acesso à saúde, educação, habitação, terra, alimentação e direitos civis. O Nordeste, além de sofrer com os efeitos perversos dessas desigualdades, ainda amarga a condição de região mais pobre do país. As razões que determinam e explicam o atual quadro de desenvolvimento desta região e a origem de disparidades são muitas. Há estudos que relacionam, por exemplo, como os investimentos públicos em infra-estrutura tiveram um viés antidesenvolvimentista para a região Norte e Nordeste e desenvolvimentista para regiões mais ricas do Centro-Sul (BARROS & RAPOSO, 2002). Essas análises buscam entender o grau de desenvolvimento de uma região sob uma ótica mais macroeconômica. Outra forma de investigar o que determina o progresso de uma região é entender como o grau de dinamismo ou estagnação das diversas localidades que a compõem influencia o seu nível de desenvolvimento como um todo. Esta é uma abordagem de desenvolvimento local que se debruça sobre elementos microeconômicos, mais ao nível da interação entre os agentes, e visa esmiuçar como as particularidades de cada lugar podem contribuir de forma distinta no seu crescimento.

É sabido que municípios dotados de favoráveis condições edafoclimáticas apresentam maior potencial para o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Ao lastro do crescimento deste setor, é criada uma demanda por bens e serviços de outras atividades, desenvolve-se uma zona urbana e promovem-se assim as bases de desenvolvimento de uma localidade. Contudo, a experiência tem revelado que a riqueza em recursos naturais não tem sido suficiente para explicar o desenvolvimento local, ou seja, que municípios que apresentam dotações semelhantes de recursos naturais e, portanto, compartilham características climáticas, hidrográficas, de solo e locais semelhantes podem apresentar níveis distintos de desenvolvimento e bem-estar de sua população em geral. Cabe assim investigar por que entre um grupo de municípios aparentemente parecidos, uns se desenvolvem mais do que outros.

Esta realidade sugere que a influência de variáveis relativas ao contexto histórico, político, ao grau de mobilização cívica da população, ao estoque de capital

social ou até mesmo a eventos idiossincráticos, como por exemplo, a transformação de uma localidade em centro de peregrinação religiosa (como ocorre no município de Canindé, no Ceará) ou a disseminação de uma atividade nova (como o pólo de confecções do Agreste de Pernambuco)³, tenham definido investimentos públicos e privados de forma a impulsionar mais um município do que o outro. Sendo assim, torna-se relevante entender como a interferência humana é capaz de moldar o curso do desenvolvimento de uma localidade, quando controlada para a influência de fatores essencialmente naturais.

Parte-se, assim, do pressuposto de que municípios com condições ambientais favoráveis (isto é, relativamente ricos em recursos naturais), com gestão municipal eficiente, maiores dotações de infra-estrutura econômica, social e com alto grau de mobilização cívica nas questões relevantes para o município apresentem maior dinamismo econômico e população com qualidade de vida desejável. Dentro deste contexto, a questão a que esta pesquisa busca responder é como municípios aparentemente parecidos, pelo menos do ponto de vista de dotação de recursos naturais e de localização geográfica, apresentam níveis distintos de desenvolvimento. Sendo assim, a hipótese deste trabalho é que a intervenção dos atores locais – sociedade civil organizada e governo – e o grau de interação entre os mesmos podem explicar essas diferenças nos níveis de desenvolvimento. Para aferir esta hipótese, a pesquisa tem por objetivo desenvolver uma metodologia para selecionar os municípios de estudo controlando-os para sua dotação de recursos naturais e, em seguida, explicar como o capital social das localidades escolhidas interferiu no curso do desenvolvimento local.

³ Ver Projeto de autoria de Renato Duarte “Fatores condicionantes e limitantes do desenvolvimento local sustentável no Nordeste – estudos de casos”.

CAPÍTULO 3 REFERENCIAL TEÓRICO

A preocupação com o desenvolvimento econômico é antiga e sua teoria vem se desenvolvendo de forma a associar cada vez mais duas questões essenciais da economia: crescimento *versus* desenvolvimento econômico. Numa linha temporal, a análise do processo de desenvolvimento econômico foi inicialmente abordada por autores tradicionais da economia: Adam Smith, Schumpeter, Rosenstein-Rodan, Nurkse, Lewis, Hirschman, Myrdal, dentre outros. A idéia do “círculo vicioso da pobreza” foi um importante ponto de partida na reflexão das causas do desenvolvimento econômico. Segundo Nurkse (1953) este conceito é definido como “uma constelação circular de forças tendendo a agir e reagir entre si de forma a manter um país pobre no estado de pobreza” (NURKSE, 1953, apud BASU, 2003) [tradução da equipe da pesquisa]. Nesta concepção, o que explica a incapacidade de uma localidade de se desenvolver é o fato de que se estabeleceu um “equilíbrio perverso” (ou “armadilha da pobreza”) na economia que a impede de sair desta situação mesmo na presença de pequenos choques.

Uma ilustração deste tipo de armadilha é fornecida por Basu (2003) ao citar a doutrina clássica do salário de subsistência de David Ricardo (1817). Segundo esta doutrina, existem duas hipóteses que fazem com que regiões com baixa renda per capita não consigam sair desta situação de pobreza: (i) sempre que a renda per capita cresce e atinge um nível superior ao do salário de subsistência, a população aumenta e assim volta a cair o nível de renda per capita e (ii) sempre que esta renda cai a um nível inferior ao de subsistência, a população diminui e, portanto, há um incremento da renda per capita. Nesta dinâmica não há forças na economia que levem a que o patamar da renda se desloque para um nível diferente do de subsistência. Existe também a idéia de círculo vicioso do ponto de vista da oferta, onde a escassez de capital resulta em baixa renda per capita e esta, por sua vez, implica numa limitada capacidade de poupança e, conseqüentemente, de investimento.

O conceito de crescimento equilibrado deriva da própria interpretação da teoria do círculo vicioso da pobreza. Em essência este conceito afirma que para que uma economia se desenvolva e, portanto, rompa com o círculo de pobreza, deve haver um

crescimento sincronizado em todos os setores. Nesta perspectiva, o desenvolvimento econômico não ocorre porque a economia se encontra numa situação tal que nenhum setor tem incentivo a expandir sua produção de forma isolada devido a restrições de demanda. Assim sendo, o progresso somente ocorreria se houvesse um incremento na produção de todos os bens e serviços, gerando uma demanda proporcional para cada um deles e seus requeridos mercados (ROSENSTEIN-RODAN, 1943). Contudo, este conceito de crescimento equilibrado é contestado por Hirschman (1958) que defende a idéia de que é possível haver “dessincronização” no crescimento dos setores, na medida em que o dinamismo de um setor irá provocar efeitos de “linkages” que irão impulsionar o progresso de outros setores.

Ao longo da evolução da teoria de crescimento econômico, o conceito de crescimento equilibrado é formalizado e também contestado nos modelos mais recentes de forma a incorporar elementos que são relevantes para explicar a trajetória do desenvolvimento econômico de países em desenvolvimento. Pode-se classificar três grandes momentos na evolução da literatura acerca deste tema. O primeiro deles ocorre com o aparecimento dos modelos de crescimento de base keynesiana: Ramsey (1928) e Harrod-Domar (1939, 1946). Ramsey preocupou-se em explicar como as famílias decidem alocar o seu consumo intertemporalmente de forma a manter o seu nível de bem-estar estável. Ele conclui, na regra de Keynes-Ramsey, que quanto maior for o produto marginal do capital, ou seja, a taxa que remunera a acumulação de capital (ou ainda a taxa real de juros), mais custoso é para as famílias reduzir o consumo hoje para desfrutá-lo no futuro. Além disso, o modelo de Ramsey mostra também que tal produtividade é determinada pelo crescimento populacional e pelas preferências dos indivíduos, ambos os parâmetros tratados de forma exógena (fixa) ao modelo. Em Harrod-Domar, o crescimento da renda nacional per capita é explicado pelo crescimento populacional e pela razão entre poupança e capital, sendo que todos esses parâmetros, assim como ocorre em Ramsey, são tratados de forma exógena ao modelo. Em ambos os modelos, a economia atinge o chamado “estado estacionário” (steady-state), situação em que todas as variáveis apresentam uma taxa constante de crescimento.

A segunda onda de modelos de crescimento econômico compõe aqueles de base neoclássica que apresentam uma resposta parcial à questão da exogeneidade dos

parâmetros que explicam o crescimento. No modelo de Solow-Swan (1956) a preocupação principal foi endogeneizar um dos componentes responsáveis pelo crescimento econômico, a taxa de crescimento do capital, e incorporar o avanço tecnológico ao modelo, ainda que de forma exógena. Contudo, este modelo continua a usar a noção de crescimento equilibrado, a qual só vem a ser contestada a partir do desenvolvimento dos modelos mais recentes de crescimento endógeno.

A fase mais recente da teoria do crescimento econômico, a chamada teoria endógena do crescimento, teve Romer (1986) e Lucas (1988) como seus maiores expoentes. As principais contribuições desses desdobramentos teóricos foram a endogeneização do crescimento tecnológico, as incorporações de capital humano e da noção de crescimento não equilibrado⁴. Em tais modelos a taxa de crescimento pode crescer continuamente e não há a necessidade de convergência desta taxa entre países. Além disso, devido à inserção do conhecimento, a economia não atingirá um equilíbrio socialmente ótimo, caso seja deixada às forças do mercado. Isto porque sem a intervenção do Governo, o consumo tenderá a ser muito alto e o investimento em capital humano muito baixo, em função das externalidades positivas geradas pelas inversões em educação. Assim sendo, os modelos mais recentes do crescimento econômico passaram a considerar questões mais amplas do bem-estar social, relacionadas à importância da educação, da pesquisa e à necessidade de intervenção pública para corrigirem falhas de mercado. Dentro deste contexto, Basu (2003) atenta para o fato de que a possibilidade de imperfeição no mercado de crédito pode fazer com que seja mais barato para um indivíduo adquirir educação a partir de suas próprias poupanças em vez de fazer empréstimos neste mercado, o que implica que há uma relação direta entre distribuição de renda e crescimento econômico. De fato, há estudos que sugerem que maior e melhor distribuição de renda ajuda no crescimento econômico (ver GALOR & ZEIRA, 1993, apud BASU, 2003).

Esta preocupação com o aspecto equitativo do crescimento econômico revela uma tendência de se associar cada vez mais os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômicos. Se por um lado a ênfase do crescimento econômico está

⁴ O crescimento não equilibrado ocorre na suposição de que a tecnologia exibe retornos crescentes de escala. Quando há retornos decrescentes ou constantes, implica-se em crescimento equilibrado e convergência.

no alcance da eficiência econômica e ampliação do produto nacional, a noção de desenvolvimento, por outro lado, preocupa-se mais com questões equitativas e com a qualidade de vida dos indivíduos que formam a sociedade. Contudo, como já esclarecido, questões essencialmente associadas ao campo do desenvolvimento econômico tais como a distribuição de renda, o papel das instituições e a intervenção pública para correção de falhas de mercado são temas que a literatura atual sobre crescimento econômico também vem incorporando como elementos que explicam as causas do crescimento.

A partir dos anos 90, a discussão sobre desenvolvimento econômico ganha uma nova dimensão, conforme salientado por Milani (2003). O universalismo do tema é questionado diante do reconhecimento de que as realidades locais são plurais e distintas entre si. Dentro deste contexto, a literatura especializada passa a explicar os determinantes do desenvolvimento, a partir de uma perspectiva mais local (regional) e sob a ótica da interação entre os indivíduos, levando-se em consideração aspectos não somente econômicos, mas também institucionais, políticos, culturais e sociais do desenvolvimento. Neste sentido, cabe destacar as contribuições de: (i) Amartya Sen, quanto à noção de desenvolvimento associada aos diversos tipos de liberdades individuais e (ii) dos teóricos do capital social – Bourdieu, 1983; Coleman, 1994; Banco Mundial, 1999; Fukuyama, 2000; Putnam, 2000 e Portes, 2000.

Segundo Sen (2000), o desenvolvimento:

“Consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. (...) Há fortes indícios de que as liberdades econômicas e políticas se reforçam mutuamente, em vez de serem contrárias umas às outras. Analogamente, oportunidades sociais de educação e assistência médica, que podem requerer a ação pública, complementam oportunidades individuais de participação econômica e política e também favorecem nossas iniciativas para vencer privações” (SEN, 2000, p. 10).

A percepção do desenvolvimento a partir da eliminação das privações das liberdades individuais está intimamente relacionada ao conceito de capital social, na medida em que a interação entre indivíduos permite a redução de tais restrições e,

conseqüentemente, a ampliação do bem-estar social. A tese central da teoria do capital social é a de que redes sociais são um ativo valioso e a interação entre indivíduos leva à construção de comunidades e de um “tecido social” em que as pessoas são compromissadas entre si. Há evidência de que comunidades com alto estoque de capital social tendem a ter menos criminalidade, melhor saúde, maior escolaridade e mais crescimento econômico (INFED, 2007⁵).

É necessário explicitar quais as disposições teóricas que definem o que vem a ser capital social, encontrar as convergências entre os autores e conformar um conceito para esta expressão que permita sua compreensão nos quatro municípios selecionados para esta pesquisa. Para isso, serão destacadas as definições de Pierre Bourdieu, de James Coleman, de Francis Fukuyama e de Robert Putnam, acrescentando uma discussão adicional sobre a convergência e a consistência teórica acerca do que vem a ser capital social.

3.1 Sistema social, governança e capital social

Embora pareça distante teoricamente, é interessante ter como ponto de partida a compreensão de Talcott Parsons (1970) sobre o sistema social e os subsistemas que o compõem: cultura, personalidade (indivíduo) e organismo comportamental. Para Parsons, o sistema social se constitui da interação entre os indivíduos, no qual cada indivíduo é um ator que possui objetivos, idéias e atitudes voltadas para si mesmo e para os outros. Assim, no ambiente em que se insere, o indivíduo vai adaptar-se, interagir, integrar-se e buscar realizar objetivos, na tentativa de manter padrões que sejam favoráveis para o grupo e para si mesmo, a partir do subsistema cultural, responsável pela conformação de valores, crenças e gostos dos atores sociais.

O elemento cultural é o guarda-chuva do sistema social por ser o local da transmissão do conhecimento e da elaboração de estratégias de ação do indivíduo. Desta forma, a personalidade do indivíduo será formada a partir de matrizes de crenças e valores transmitidos socialmente. O comportamento, assim, será uma conseqüência da formação social do indivíduo através do processo interativo, que tende a ter uma

⁵ http://www.infed.org/biblio/social_capital.htm, acesso em 9/5/2007.

conduta estável, mas pode, segundo Émile Durkheim (2005), promover desvios que muitas vezes resultam em mudanças sociais favoráveis.

A partir da construção parsoniana, pode-se saltar para a percepção da importância da interação no sistema social e o papel das instituições na formação de redes associativas para a constituição do bem comum. Como afirmam Antônio Fernandes e Washington Bonfim (2005), o conceito de capital social é, na atualidade, uma das mais difundidas linhas de análise das ciências sociais. Segundo os autores:

“A crença de que uma sociedade dotada de redes de confiança e solidariedade horizontais produz instituições sólidas é algo que está na agenda do dia para pesquisadores que se dedicam ao estudo das melhores condições na relação público-privado capazes de promover a boa governança” (FERNANDES & BONFIM, 2005, p. 143).

A boa governança a que Fernandes e Bonfim se referem pode ser definida, como destaca Soraya Côrtes (2005), nas capacidades gerenciais dos governos, na eficácia de suas políticas e no processo de decisão que envolve a promoção de desenvolvimento socioeconômico sustentável numa sociedade democrática. Governança, assim, pode ser associada à noção de bom governo e a intensificação das relações entre governo e sociedade civil, garantindo a participação das instituições nos processos decisórios acerca de políticas públicas. O capital social é, desta forma, uma variável que permite medir as condições de crescimento e desenvolvimento econômico de um determinado lugar, a partir das relações entre a sociedade civil e o poder público.

3.1.1 A visão do capital social segundo Pierre Bourdieu

Compreender capital social, porém, exige antes falar das formas distintas de capital identificadas pioneiramente por Pierre Bourdieu (1979, 1980): econômico, cultural e social. A intenção de Bourdieu é avançar a partir da perspectiva econômica, que posiciona o capital econômico como determinante das condições sociais do indivíduo, deixando de fora outras formas de interação. Este reducionismo econômico é revisto por Bourdieu, que se propõe a analisar o capital em todas as suas formas, associando a ele o capital cultural e o social.

Bourdieu (1980) ressalta que o capital social é a soma de recursos atuais ou potenciais, ligados a uma rede de relações de familiaridade ou institucionalizada. O capital social, na perspectiva bourdieusiana, vai se constituir numa rede que permite o reconhecimento e a troca de bens materiais e simbólicos, favorecendo a multiplicação de outros tipos de capital, a partir dos signos que definem a posição do indivíduo no campo social⁶. O indivíduo, assim, se distingue pelo *habitus*⁷, que lhe dá certa capacidade de ação dentro do campo social que representa.

O capital cultural a que Bourdieu se refere é composto por três níveis destacados por Higgins (2005): “encarnado no indivíduo na forma de *habitus*, objetivado em bens culturais ou institucionalizado em forma de credenciais e diplomas” (HIGGINS, 2005, p. 31). O conhecimento acumulado pelo indivíduo, seu talento e criatividade resultariam em seu capital cultural e a soma dos capitais culturais de um grupo poderia ser percebida como o capital cultural de uma determinada coletividade. Bourdieu contribui, assim, para superar a condição dominante do capital econômico e mostrar as relações entre cultura, redes sociais e poder. Bourdieu percebe o valor instrumental da associação entre os indivíduos, uma vez que, em grupo, têm mais chances de alcançar seus objetivos. Higgins (2005) elaborou o seguinte quadro a partir da perspectiva de Bourdieu (1997), dimensionando sete tipos de capital, apresentados no quadro 1:

⁶ Segundo Bourdieu (2004), a sociedade estaria organizada em campos, que se comunicam e intercambiam informações, ao mesmo tempo em que se fortalecem em suas posições de campos autônomos e representativos, constituídos de capitais próprios além do capital econômico. A ação do agente será tanto mais significativa quanto melhor é a sua posição no campo, o prestígio que detém.

⁷ O *habitus* consiste em disposições do homem a um modo de conduta, a exteriorização de um conhecimento incorporado acrescido de sua prática particular (seu capital cultural). Segundo Bourdieu (1996), o homem tende a perpetuar seu ser social, usando, dentro da família, “estratégias de reprodução, estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias de herança, estratégias econômicas e, por fim, estratégias educativas” (BOURDIEU, 1996, p. 36).

Quadro 1
Tipos de capital e suas definições

Tipo do capital	Definição
Capital Financeiro	Matriz, direta ou indireta, de acesso aos recursos financeiros. Esta é condição principal da acumulação e conservação das outras formas de capital.
Capital Cultural	Não é igual ao ‘capital humano’ dos economistas. É o acúmulo do <i>habitus</i> técnico e científico dos atores sociais, das objetivações científicas na forma de máquinas ou aparelhos e da institucionalização de títulos e diplomas.
Capital Tecnológico	Estoque dos recursos científicos e tecnológicos que tornam possível o aumento da produtividade e a diminuição com despesas em trabalho.
Capital Jurídico	Inclui ter à disposição uma equipe competente de advogados que conheça o direito mercantil, os direitos de patentes etc.
Capital Organizacional	Inclui o nível de informação e conhecimento sobre o campo.
Capital Comercial	Força de venda, capacidade de distribuição (armazenar e transportar), marketing e pós-venda.
Capital Simbólico	Matriz de recursos simbólicos, inclui a forma como é conhecida e reconhecida a imagem de marca, o mesmo que a fidelidade à marca. Trata-se de um poder que funciona como garantia de crédito.

Fonte: elaboração a partir de Bourdieu (1997), citado por Higgins (2005, p. 109).

3.1.2 A visão do capital social segundo James Coleman

Uma outra visão acerca de capital social é trazida por Coleman (1994), que tenta fazer uma síntese das perspectivas sociológica e econômica. Para ele, o capital social, assim como outras formas de capital, é produtivo na medida em que permite atingir objetivos que não poderiam ser alcançados de outra forma. Diferente do capital físico ou humano, Coleman situa o capital social como “derivado de estruturas de relações por meio dos atores e entre os atores” (HIGGINS, 2005, p. 32), ou seja, ele insinua aqui uma percepção de rede que interliga os indivíduos. Higgins (2005) traz um quadro ilustrativo dos tipos de capital apontados por Coleman, definindo o grau de mensurabilidade, de tangibilidade e durabilidade do capital, reproduzido no quadro 2:

Quadro 2
Tipo de capital quanto à tangibilidade, mensurabilidade e durabilidade

Tipo do capital	Grau de tangibilidade	Grau de mensurabilidade	Grau de durabilidade
Capital Físico	Tangível	Mensurável	Estável, ainda que sua degradação pode ser medida
Capital Humano	Menos tangível que o capital físico	Mensurável	Bastante estável, ainda que pode se degradar
Capital Social	Intangível de forma direta, mas presente nas relações sociais	Funcional, mas levanta o problema de como pode ser medido	Depende de um contexto específico

Fonte: elaboração a partir de Coleman (1988), citado por Higgins (2005, p. 33)

Higgins (2005) afirma que o capital social, para Coleman, numa perspectiva funcional, consiste em:

“Todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a função de servir como recursos para que atores individuais atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses. Dentro das estruturas sociais há pelo menos três grupos de elementos com essa funcionalidade: em primeiro lugar as obrigações, expectativas e lealdades, em segundo lugar os canais de informações e em terceiro as normas e as sanções estabelecidas” (HIGGINS, 2005, p. 33).

Assim, num sistema social, os subsistemas – evocando Parsons – teriam a função de levar os atores sociais a atingirem objetivos e satisfazer interesses, a partir de regras estabelecidas e transmitidas no interior do sistema. As normas servem como forças integrativas e inibidoras de comportamentos negativos que possam prejudicar o capital social. A lealdade destacada por Coleman é essencial para que o grupo seja totalmente favorecido, uma vez que sempre haverá indivíduos que serão beneficiados primeiro e que precisam confiar na rede associativa até que chegue a sua oportunidade de dispor de recursos. Em sua posição, Coleman defende que os atores sociais interagem porque possuem necessidades concretas e, existindo fontes alternativas de recursos, recorrem às redes sociais para obter ajuda.

3.1.3 A visão do capital social segundo Francis Fukuyama

A perspectiva de Francis Fukuyama (2000) torna mais complexo o conceito de capital social porque o coloca como pertinente desde as regras de interação entre duas pessoas até doutrinas religiosas que normatizam as relações do fiel com indivíduos de dentro e de fora de sua religião. Para Fukuyama, “capital social é uma norma atuante e informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos” (FUKUYAMA, 2000, p. 1). Segundo ele, as interações levam ao desenvolvimento de virtudes como honestidade, habilidade e prudência.

Fukuyama considera a relevância do Estado em fomentar o capital social, mas ressalta que, por si, o Estado não possui condições próprias de criar este capital, que é na verdade produto da religião, da tradição e das experiências históricas de uma sociedade. O Estado é relevante em sua contribuição em educação, que gera capital social ao produzir regras e normas, em ações de segurança pública e na gestão de bens públicos. O estudioso considera preocupante o intervencionismo estatal em setores que são melhores geridos pela iniciativa privada. Neste caso, a intervenção do Estado poderia destruir a capacidade de cooperação.

3.1.4 A visão do capital social segundo Robert Putnam

A contribuição do cientista político Robert Putnam para a definição de capital social garante a interligação entre as redes associativas e a pretensão de uma sociedade democrática. Com base em Aléxis de Tocqueville, Putnam (2000) destaca a importância do compromisso cívico para o desempenho das instituições sociais e para a qualidade de vida. De acordo com Putnam:

“Enquanto o capital físico se refere a objetos físicos e o capital humano se refere às características individuais, o capital social se refere às conexões entre os indivíduos – redes sociais e as normas de reciprocidade e de confiança que derivam dessas. Neste sentido, o capital social está intimamente relacionado com a chamada ‘virtude cívica’. A diferença é que ‘capital social’ centra sua atenção no fato de que a verdade cívica é mais poderosa quando inserida dentro de um contexto de relações sociais recíprocas. Uma sociedade com

indivíduos virtuosos, porém isolados entre si não é necessariamente rica em capital social”. (PUTNAM, 2000, p. 19) [tradução nossa].

Para ele, o exercício das virtudes cívicas permite o acúmulo de formas de organização social que geram confiança e, assim, promovem cooperação. Por sua condição de cientista político, Putnam dá relevância à condição histórica e cultural do capital social: é o estoque de atitudes cívicas ao longo do tempo que vai contribuir na construção do capital social de uma sociedade.

Putnam salienta os mecanismos culturais – religião, tradição, valores, normas – como fomentadores da cooperação social. A comunidade cívica pensada por ele percebe a cultura como um hábito herdado, logo, transmitido dentro do sistema social através da socialização dos indivíduos. Em certa medida, ele deposita no patrimônio histórico-cultural de uma sociedade a capacidade de construir redes associativas detentoras de comportamentos desejáveis porque geradores de resultados sociais favoráveis à coletividade, denominado por Putnam de “virtudes cívicas”.

3.2 Uma síntese dos enfoques de capital social

Ao se buscar os pontos de encontro entre os autores que definem capital social, verifica-se que a confluência se dá na perspectiva do coletivo: é em grupo, e não individualmente, que é possível construir capital social. As redes sociais somente são possíveis com a soma das potencialidades individuais que, na esfera pública definida por Jürgen Habermas⁸, têm condições de expressar pensamentos, idéias, de defender e lutar para que vença o melhor argumento. Este espaço de argumentação nasceu com as idéias liberais do Iluminismo. Nele, os indivíduos agem comunicativamente para obter

⁸ De acordo com Jürgen Habermas, (HABERMAS, apud GOMES, 1998), a esfera pública seria "o âmbito da vida social em que interesses, vontades e pretensões que comportam conseqüências concernentes a uma coletividade apresentam-se discursivamente e argumentativamente de forma aberta e racional" (HABERMAS, apud GOMES, 1998, p. 155). Para Sandra Jovchelovitch (2000), "Habermas define a esfera pública como um espaço em que cidadãos se encontram e falam uns com os outros de forma que garanta acesso a todos. É a esfera onde o princípio da transparência e prestação de contas se desenvolve" (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 69). Assim, idéias somente passariam a ter valor quando expressadas através da ação comunicativa, garantindo que o discurso possa circular. Joanildo Burity (2005) alerta que Habermas define *espaço público* como o local de debate público não institucionalizado e *esfera pública* como o local dos canais institucionalizados de deliberação e tomada de decisões, mas diversos autores usam os dois termos como sinônimos, designando-os como o local de busca de consenso a partir de processos deliberativos, via ação comunicativa.

êxito e alcançar objetivos, e somente uma sociedade democrática possui espaços para que os indivíduos se associem e promovam debates para agir e garantir intervenções de interesse coletivo. Como lembram Fernandes e Bonfim (2005), a ampliação da esfera pública possibilita iniciativas contra-hegemônicas na sociedade democrática. Eles salientam a importância do conceito habermasiano:

“É chave para Habermas na formulação de sua teoria democrática o conceito de esfera pública. Habermas parte do pressuposto de que a esfera pública é o locus onde os atores sociais se envolvem em discursos marcados pela ação comunicativa. Assim todas as formas diversas de manifestação social – mídia, partidos políticos, corporações empresariais, associações, burocracias, parlamentos, governos etc – estabelecem suas interações comunicativas construindo uma rede de informações, atitudes e pontos de vista em que, uma vez filtrados e sintetizados, serão capazes de formar opiniões públicas temáticas específicas” (HABERMAS, 1998, p. 360 apud FERNANDES & BONFIM, 2005, p. 141).

Os movimentos sociais encontram no espaço público o local para o debate, para o reconhecimento de identidades e para a participação social de segmentos excluídos das instâncias decisórias de poder. É exatamente o exercício da participação política na esfera pública pela sociedade civil organizada – através de organizações não-governamentais, sindicatos, associações, conselhos – que vai permitir medir o nível de capital social de uma determinada localidade. **A razão entre o espírito de engajamento e a busca da cooperação baseada na confiança versus uma cultura de individualismo, dominada pela desconfiança e pelo isolamento, vai trazer a medida do capital social de uma região.**

Michael Woolcock e Deepa Narayan (2000) tentam uma síntese do conceito de capital social ao propor quatro visões acerca do mesmo: comunitarista, de rede, institucional e sinérgica. Na perspectiva comunitarista, o capital social é percebido pela capacidade de organização da coletividade: clubes, associações, conselhos. Entretanto, eles apontam o risco dessas instituições formarem redes isoladas, sem comunicação entre si, o que pode produzir exclusão étnica, discriminação de gênero ou mesmo constituir agrupamentos perversos, como organizações criminosas.

A segunda visão acerca de capital social destaca a elaboração de redes construídas horizontal e verticalmente. A concepção de integrações horizontais e verticais decorre da imagem que o próprio nome fornece, isto é, agentes de mesmo nível hierárquico se integram horizontalmente quando cooperam entre si e verticalmente quando cooperam com agentes de outras instâncias hierárquicas. De certa forma, esta constituição permite que a rede intercambie informações e reduza o isolamento da perspectiva comunitarista, colocando o capital social como uma variável independente, ou seja, que se constitui num “ente” capaz de promover a articulação entre redes. Uma terceira percepção do capital social, institucional, inverte esta lógica e coloca o capital social como uma variável dependente da qualidade das instituições de uma comunidade, ou seja, a capacidade de grupos sociais de agir em prol de interesses coletivos é que depende da organização institucional. Entram em jogo a credibilidade, a competência, a coerência e a capacidade institucional de agir de maneira correta e prestar contas de seu desempenho e resultados à sociedade. Instituições fortes, porém, são raras em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, uma vez que sua formação coerente e competente demanda tempo.

A última perspectiva apresentada, a sinérgica, tenta formular uma percepção de capital social resultante das visões de rede e institucional. A sinergia decorreria, assim, da aliança entre organizações estatais e os vários atores da sociedade civil organizada. Enfim, não se exclui o Estado do processo constitutivo do capital social, que deve ser percebido como o resultado das relações entre os entes estatais e as organizações comunitárias em seus vários níveis (sindicatos, associações, conselhos, organizações não-governamentais).

Nesta pesquisa, parte-se do conceito de capital social sinérgico, por acreditar no papel das redes integradas e das instituições governamentais e não governamentais. O capital social, assim, resulta da articulação entre as várias instituições sociais que, na esfera pública, realizam o debate para propor políticas públicas que atendam aos objetivos da coletividade e da maior parte dos indivíduos associados. A confluência dos vários autores sobre o conceito indica que o capital social é um ativo da coletividade ao qual os indivíduos devem recorrer para promover desenvolvimento. O Estado atua para favorecer a constituição do espaço

público favorável para que os vários agentes possam debater e buscar o consenso acerca de ações necessárias para a coletividade. Há afinidade quanto aos benefícios do capital social para produzir aprendizagem, mobilidade social, desenvolvimento econômico, oportunidades empresariais inovativas e cooperativas.

Não se pode, porém, esquecer que existem assimetrias de acesso das redes associativas de modo a obter os recursos necessários para o desenvolvimento. Assim, este trabalho tentou medir as condições do capital social dos municípios estudados de modo a apontar iniciativas de incremento das redes associativas e, por conseguinte, contribuir na elaboração de políticas públicas que redundem no desenvolvimento e crescimento econômico local.

CAPÍTULO 4 METODOLOGIA

Para selecionar os municípios conforme uma tipologia de desenvolvimento, a pesquisa elaborou uma matriz que relaciona os níveis de IDH e as taxas instantâneas de crescimento econômico per capita de cada município, no período de 1999 a 2004. A idéia ao se utilizar esses dois tipos de indicadores foi a de capturar duas dimensões essenciais do desenvolvimento local: o grau de dinamismo de sua economia e a qualidade média de vida de sua população. Tendo em vista que o foco desta pesquisa foi entender como a intervenção humana seria capaz de definir o curso do desenvolvimento local, utilizou-se procedimento econométrico para estimar qual seria o crescimento econômico de cada município decorrente desta intervenção. Este procedimento foi feito nas seguintes fases: i) estimação da taxa instantânea de crescimento do PIB per capita; ii) estimação da influência das condições edafoclimáticas e geográficas sobre a taxa instantânea de crescimento do PIB per capita; e iii) obtenção do *gap* entre o crescimento previsto pelas condições edafoclimáticas e o efetivamente ocorrido, que consiste, por hipótese, em uma proxy do crescimento decorrente de fatores humanos/sociais.

A primeira fase, de estimação da taxa instantânea de crescimento do PIB per capita foi feita a partir de dados do PIB municipal disponibilizados pelo IBGE para os anos de 1999 a 2004. Estes valores foram corrigidos no tempo para evitar efeitos inflacionários sobre o crescimento econômico e posteriormente estimada a seguinte regressão: $\ln(y_{i,t}) = \alpha_i + g_i t + \varepsilon_{i,t}$ onde $y_{i,t}$ representa o PIB per capita do município i e g_i representa o crescimento instantâneo do município i , a variável dependente da segunda fase. Desta forma, nesta fase foram realizadas 170 estimações. Todas as estimações foram feitas utilizando-se do software RATS, versão 6.35 adquirido com recursos da pesquisa. Os resultados das estimações de crescimento instantâneo estão disponibilizados na tabela 1 do apêndice.

A segunda fase consistiu em estimar a regressão onde a taxa de crescimento instantânea do PIB estava apenas em função de variáveis relativas a recursos edafoclimáticos. Desta forma, os resíduos deste modelo capturaram a influência de outros determinantes, que não aqueles relativos aos recursos naturais, na taxa de

crescimento do PIB per capita de cada localidade. Em outras palavras, neutralizou-se o efeito que as dotações de recursos naturais poderiam exercer no dinamismo econômico de um município com vistas a torná-los comparáveis, como se todos apresentassem condições edafoclimáticas semelhantes. Cumpre destacar que nesta passagem está sendo suposto que não existe qualquer correlação entre as condições climáticas e o tipo de sociedade que nela se desenvolve, pois, em caso contrário o modelo teria endogenia e seria viesado.

Os atributos relativos aos recursos naturais foram então utilizados como variáveis independentes e o crescimento do PIB per capita foi estimado em função de oito índices de clima e solo e também da densidade populacional e distância do município a Recife. A seguir, são apresentadas a equação estimada e a descrição das variáveis do modelo:

$$g_i = \beta_0 + \sum_{j=1}^{10} \beta_j x_{ji} + \tau_i \quad \text{para } i = 1, 2, \dots, 170 \text{ municípios} \quad (1)$$

Onde:

- g_i é a taxa instantânea de crescimento do PIB per capita por município;
- x_{1i} é a distância do município i a Recife em Km²;
- x_{2i} é a densidade populacional por município;
- x_{3i} é o índice de temperatura e radiação para cultura anual por município;
- x_{4i} é o índice de temperatura e radiação para cultura perene por município;
- x_{5i} é o índice de temperatura e chuva para cultura anual por município;
- x_{6i} é o índice de temperatura e chuva para cultura perene por município;
- x_{7i} é o índice de drenagem do solo por município;
- x_{8i} é o índice de resistência à erosão do solo por município;
- x_{9i} é o índice de condição de enraizamento do solo por município;
- x_{10i} é o índice de fertilidade do solo por município.

Os índices de solo e clima foram provenientes de pesquisas desenvolvidas pela Esalq/USP⁹ que, por sua vez, utilizaram dados de um banco georreferenciado criado a partir de levantamentos oficiais do Radam, Embrapa e Emater¹⁰. O índice de temperatura e radiação, de acordo com o Atlas Territórios Rurais:

“reflete o potencial produtivo da situação avaliada comparada com uma situação em que as condições são sempre ideais (temperatura ótima e radiação não limitante constantes), que resulta na produção máxima possível. Esse índice indica o potencial de rendimento real das culturas caso não exista deficiência hídrica” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2004, p. 234).

O mesmo documento informa que o índice de temperatura e chuva:

“avalia a influência da deficiência hídrica no rendimento das culturas. Neste caso, a evapotranspiração real (sob efeito de deficiência hídrica) é comparada com a evapotranspiração potencial (sem influência da deficiência hídrica). O índice pode também ser interpretado como sendo o índice que melhor reflete o potencial agrícola do clima em condições de agricultura não irrigada” (Ibidem, p. 234).

Quanto ao índice de drenagem do solo, *“refere-se à disponibilidade de oxigênio para o sistema radicular das plantas e ao risco de salinização” (Ibidem, p. 233);* o índice de resistência à erosão do solo *“refere-se ao risco de degradação das terras pela erosão hídrica do solo” (Ibidem, p. 233);* o índice de condição de enraizamento do solo *“refere-se à capacidade de desenvolvimento do sistema radicular das plantas, garantindo a sua sustentação e absorção de água” (Ibidem, p. 233);* por fim, o índice de fertilidade do solo *“refere-se à capacidade natural do solo de fornecer nutrientes às plantas e manter este fornecimento ao longo do tempo, definindo assim o potencial de produção dos solos sem considerar a utilização de adubos e corretivos” (Ibidem, p. 233).*

⁹ Esalq/USP - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/ Universidade de São Paulo.

¹⁰ Radam – Radar da Amazônia. Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A variável de interesse para compor a matriz que relaciona dinamismo econômico e IDH foi o resíduo estimado (e), isto é, a diferença entre a taxa observada de crescimento do PIB per capita e a estimada ($e = y - \hat{y}$). Com este exercício, tem-se que quando $e > 0$ o município está crescendo além do seu potencial controlado para a dotação de recursos naturais, caso contrário seu crescimento está sendo aquém. A obtenção de e ocorreu depois de três tipos de estimação: a) por método de mínimos quadrados ordinários, tomando-se toda a amostra; ii) pelo método de mínimos quadrados ponderados, tomando-se toda a amostra; e iii) pelo método de mínimos quadrados ordinários, estimando-se por mesorregião.

Primeiramente, a equação (1) foi estimada para todos os municípios de Pernambuco, excetuando-se a Região Metropolitana de Recife e a Ilha de Fernando de Noronha. O resultado desta primeira estimação encontra-se na tabela 2 do apêndice. De acordo com este método, foi identificado problema de heterocedasticidade, através do teste de White, causado pela variável índice de resistência à erosão do solo (x_{8i}). Como o objetivo desta estimação é obter os resíduos, a presença de heterocedasticidade atrapalharia os resultados da decisão de qual município ser estudado.

Numa tentativa de correção deste problema, procedeu-se uma segunda estimação dividindo todas as variáveis por x_{8i} , cujos resultados são apresentados na tabela 3 do apêndice, ou seja, utilizou-se o método de mínimos quadrados ponderados. Apesar de se ter observado melhora no ajustamento do modelo, significância dos parâmetros e significância conjunta, ainda assim esses parâmetros não indicavam para uma robustez do modelo, com o teste de heterocedasticidade ainda indicando problemas.

Diante disso, foi feita uma terceira estimação da equação (1), desta vez separando os municípios por mesorregião. Foram, assim, estimados quatro modelos, um para cada mesorregião: Zona da Mata Pernambucana, Agreste Pernambucano, Sertão Pernambucano e São Francisco Pernambucano. Os resultados obtidos não apresentaram problemas de heterocedasticidade e foram relativamente mais robustos do que os dois primeiros, como pode ser visto no apêndice, tabelas 4 a 7. Por este ter sido o modelo que apresentou maior robustez estatística, foi o eleito para a seleção dos municípios a serem estudados. A lógica adjacente à estimação por mesorregião é a de que os

municípios pertencentes a uma mesma meso apresentam um maior grau de homogeneidade em termos de características edafoclimáticas e, em consequência, os problemas de heterocedasticidade são minimizados.

De posse desses resultados foi construída uma matriz que agrupou os municípios em quatro categorias: 1) IDH acima da média dos municípios da localidade estudada com $e > 0$; 2) IDH abaixo da média dos municípios da localidade estudada com $e > 0$; 3) IDH acima da média dos municípios da localidade estudada com $e < 0$ e 4) IDH abaixo da média dos municípios da localidade estudada com $e < 0$. A tabela 1, a seguir, traz os municípios enquadrados nas quatro tipologias do desenvolvimento. Por questões de restrição orçamentária foram selecionados para investigação apenas os municípios da região Agreste e somente aquele mais populoso de cada uma das referidas categorias. Sendo assim, os municípios escolhidos foram Gravatá (grupo 1), Bom Conselho (grupo 2), Caruaru (grupo 3) e Buíque (grupo 4).

Tabela 1
Classificação dos municípios segundo tipologia do desenvolvimento

Grupo 1 IDH alto com $e > 0$	Grupo 2 IDH baixo com $e > 0$	Grupo 3 IDH alto com $e < 0$	Grupo 4 IDH baixo com $e < 0$
Gravatá	Bom Conselho	Caruaru	Buíque
Bezerros	Águas Belas	Garanhuns	Brejo da Madre de Deus
Surubim	Itaíba	Belo Jardim	Bonito
Bom Jardim	São Joaquim do Monte	Santa Cruz do Capibaribe	São Caitano
Lajedo	São João	Pesqueira	Cumaru
Passira	São Vicente Ferrer	Limoeiro	Caetés
Toritama	Saloá	São Bento do Una	Panelas
Orobó	Jataúba	João Alfredo	Canhotinho
Cupira	Sairé	Agrestina	Altinho
Pedra	Jurema	Taquaritinga do Norte	Tupanatinga
Cachoeirinha	Casinhas	Feira Nova	Capoeiras
Camocim de São Félix	Calçado	Riacho das Almas	Correntes
Venturosa	Jucati	Sanharó	Iati
Alagoinha	Paranatama	Vertentes	Lagoa dos Gatos
Jupi	Brejão	Angelim	Tacaimbó
Frei Miguelinho	Vertente do Lério	Salgadinho	Santa Maria do Cambucá
Machados	Ibirajuba		Poção
	Terezinha		Barra de Guabiraba
			Lagoa do Ouro
			Palmeirina

Fonte: Elaboração própria.

Note, contudo, que apesar de tratar-se de um estudo de caso desses municípios mais populosos, cada uma das tipologias é composta por um grupo de municípios, cujos diagnósticos quanto ao grau de desenvolvimento se assemelham e, portanto, podem ser alvos de políticas de intervenção semelhantes.

Para cada município selecionado, será feita no capítulo 5 uma caracterização geral de sua situação sócio-econômica e da qualidade média de vida de sua população, baseando-se em indicadores, como: IDH, taxa de mortalidade infantil, longevidade, renda familiar per capita, taxa de escolarização, taxa de analfabetismo, taxa de aprovação, profissionais da saúde por mil habitantes, taxa de leitos por mil habitantes,

domicílios com abastecimento de água, saneamento e coleta de lixo inadequada, dentre outros. Esses indicadores serão obtidos a partir de dados secundários.

Como já mencionado, um outro foco da pesquisa foi justamente entender até que ponto a interferência de agentes locais e suas interações determinaram o curso do desenvolvimento desses municípios. Havendo assim uma explícita preocupação em compreender como o papel do capital social estaria afetando o desenvolvimento local. A idéia, portanto, foi identificar a partir de levantamento de informações primárias, como as empresas, governo e sociedade civil, dos municípios selecionados, interagiram de forma a produzir iniciativas que levaram a um maior dinamismo econômico e geraram uma melhoria no bem-estar de sua população em geral. Da mesma forma, procurou-se verificar também como a ausência de tais iniciativas e o reduzido grau de interação/coordenação entre tais agentes entravou o desenvolvimento desses municípios.

Obter medidas de capital social não é uma tarefa fácil tendo em vista que é um conceito multidimensional e também porque não há dados específicos para esta questão. Como é uma preocupação relativamente recente na literatura sobre desenvolvimento econômico, as principais pesquisas nacionais ainda não incorporaram variáveis destinadas a mensurar diretamente o capital social de uma dada localidade. Geralmente, os estudiosos do assunto têm duas opções, ou gerar seus próprios dados ou utilizar variáveis *proxies* que permitam a construção de indicadores de capital social. A primeira opção nem sempre é viável, pois a execução de *surveys* é cara e consome tempo. A segunda opção pode ser uma saída, desde que se encontrem *proxies* adequadas para avaliar o capital social. Woolcock e Narayan (2000) apresentam uma série de estudos que se destinaram a identificar essas *proxies* e construir indicadores de capital social. No caso da presente pesquisa em que se precisa de informações no nível do município, as únicas *surveys* disponíveis são os censos, os quais não apresentam variáveis apropriadas para a composição de indicadores para o capital social. Em função da impossibilidade de realização própria de pesquisa quantitativa, devido à limitação de tempo e recursos, optou-se por realizar estudos de casos dos municípios selecionados. Foram realizadas entrevistas em profundidade junto a diversos segmentos da sociedade

dos municípios escolhidos. Os capítulos 6, 7, 8 e 9 trazem tabelas com os agentes que foram entrevistados e suas funções.

O diagnóstico da situação do capital social de cada município e sua importância para o desenvolvimento local foi construído com base nos argumentos revelados pelos entrevistados. O método de análise adotado se ateve à identificação de três pontos essenciais para a formação do capital social: (i) a existência de instituições sociais sólidas capazes de promover um ambiente propício à propagação de valores de confiança, solidariedade e cooperação, (ii) a ocorrência de incentivos por parte dos agentes para agirem de forma cooperativa e (iii) a existência de integrações horizontais e verticais entre as entidades de capital social investigadas. Os capítulos 6 a 9 apresentam este diagnóstico para os quatro municípios estudados.

CAPÍTULO 5 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO AGRESTE E DOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS

5.1 História e geografia

5.1.1 Bom Conselho: Aspectos históricos

As terras onde ficam o município de Bom Conselho eram habitadas pelos índios Xucuru e Fulni-ô. Em 1630, formou-se na cidade uma comunidade de negros chamada Quilombo Pedro Papa-caça, durante o período da invasão holandesa, que deu origem após longos anos à Fazenda Papa-caça. Há duas versões que relatam a origem do nome “papa-caça”. Em uma delas, o nome decorre da ação dos negros de fugir para as matas e lá sobreviverem fugidos, alimentando-se de animais. Na outra, o nome vem do costume, entre os primitivos habitantes, de castrar veados e caítilus (porco-montês), soltando-os depois no mato, para engorda, na certeza de que mais tarde seriam novamente apanhados. Com o tempo, a linguagem popular alterou a denominação de “capacaça” para “papacaça”, o que permaneceu por muito tempo (CONDEPE/FIDEM, 2007).

Ainda segundo o Condepe/Fidem (2007), no começo do século XVIII, o fazendeiro Manuel da Cruz Vilela comprou aos herdeiros do desembargador Cristóvão de Burgos e Contreiras grande parte das terras de sua sesmaria, no local onde hoje está situada a cidade de Bom Conselho, dando início a uma fazenda de criação. A Enciclopédia dos Municípios registra a data de 23 de julho de 1712 para essa transação. Com a morte de Manuel da Cruz Vilela, seu filho Antônio Anselmo da Costa Vilela assumiu os destinos da fazenda e, associando-se a Joaquim Antônio da Costa deu início, em 1824, ao povoamento.

O município de Bom Conselho foi criado em 30 de abril de 1860, quando se elevou o povoado de Papa-caça à categoria de vila, passando a se chamar a partir de então de Vila de Bom Conselho. A condição de município autônomo somente foi obtida com a posse do primeiro governo municipal, em 1892. A elevação à cidade ocorreu em 1898.

A história da cidade está associada ao Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho. Em 1842, o frei Caetano de Messina veio ao município para evangelizar e encontrou um alto índice de violência e de prostituição. Carismático, ele conseguiu reunir a população e fazer um pacto para que enterrassem as armas e fosse criada uma escola para meninas que se prostituíam. Com a iniciativa, a mortalidade provocada por crime acabou e, antes de ir embora de Bom Conselho, o frei comprou 300 hectares de terra e cem vacas para garantir a manutenção do colégio. O religioso morreu no Uruguai e pediu em carta que os seus restos mortais fossem enterrados no município.

5.1.2 Bom Conselho: Aspectos geográficos

No ano de 2000, o município de Bom Conselho tinha 42.085 habitantes, sendo 40,1% moradores da área rural e 59,9% moradores da área urbana. O município fica localizado na mesorregião do Agreste Pernambucano, na microrregião de Garanhuns e na região de desenvolvimento do Agreste Meridional. Possui cinco distritos (Bom Conselho, Barra do Brejo, Caldeirões, Lagoa de São José e Rainha Izabel) e três povoados (Logradouro dos Leões, Igreja Nova e Cachoeira do Pinto). Faz limite com os municípios de: Saloá e Terezinha (norte), Estado de Alagoas (sul), Lagoa do Ouro (leste) e Iati (oeste). A seguir alguns dados de aspectos físicos e climáticos de Bom Conselho.

Aspectos físicos e climáticos

Área do município.....	786 km ²
Bacia hidrográfica.....	Rio Ipanema
Clima ¹¹	Semi-árido quente
Temperatura média anual.....	22,0 °C
Vegetação.....	Caatinga hipoxerófila
Distância à capital.....	266,3 km
Vias de acesso.....	BR-232, BR-423 e PE-218

Fonte: (CONDEPE/FIDEM, 2007).

¹¹ Os moradores da cidade relatam que existem três micro-climas em Bom Conselho: mata, agreste e sertão.

5.1.3 Buíque: Aspectos históricos

O município de Buíque começou a ser povoado em 1752, à época conhecido como Campos de Buíque. Como desmembramento de Garanhuns, Buíque nasceu sob a condição de vila no dia 12 de maio de 1854. Contudo, sua emancipação só ocorreu no dia 26 de maio de 1902, data em que Buíque foi elevada à categoria de cidade. Seu aniversário é, portanto, comemorado nesta data (CONDEPE/FIDEM, 2007). O nome Buíque é de origem tupi e significa “lugar de cobras”. A população nativa, porém, afirma que a origem do nome é de um toque de trombeta que era dado pelos índios e que emitia o som que deu origem à palavra. Nas suas terras ainda residem seus primeiros habitantes, da comunidade indígena Kapinawá.

5.1.4 Buíque: Aspectos geográficos

No ano de 2000, o município de Buíque tinha 44.169 habitantes, sendo 65,7% moradores da área rural e 34,3% moradores da área urbana. O município fica localizado na mesorregião do Agreste Pernambucano, na microrregião do Vale de Ipanema e na região de desenvolvimento do Agreste Meridional. Possui quatro distritos (sede – Buíque, Carneiro, Catimbau e Guanumbi) e três povoados (Tanque, Amaro e Aldeia Indígena Kanipawá). Faz limite com os municípios de: Arcoverde e Sertânia (norte), Águas Belas (sul), Pedra (leste) e Tupanatinga e Itaíba (oeste). A seguir alguns dados de aspectos físicos e climáticos de Buíque.

Aspectos físicos e climáticos

Área do município.....	1.345 km ²
Bacia hidrográfica.....	Rios Ipanema e Moxotó
Clima.....	Semi-árido
Temperatura média anual.....	21,5 °C
Vegetação.....	Floresta Subcaducifólia
Distância à capital.....	278 km
Vias de acesso.....	BR-232 e PE-270

Fonte: (CONDEPE/FIDEM, 2007).

5.1.5 Caruaru: Aspectos históricos

Os colonizadores, em busca do pau-brasil, seguiram em direção à chamada Serra Comprida, atual Serra das Russas. Lá, destruíram a floresta para obter o máximo da madeira e enviar a Portugal. A cidade de Caruaru começou a tomar forma após a partilha de uma sesmaria de 10 léguas¹² de terra, que incluía os atuais municípios de Amaraji, Primavera, Chã Grande, São José dos Bezerros e parte de Caruaru. No início do século XVII, segundo a tradição local, a área da atual cidade de Caruaru era uma grande fazenda de gado.

Os donos das terras onde hoje se situa o município eram os “Nunes dos Bezerros”, assim denominados em virtude da curta distância entre a fazenda e a paróquia de Bezerros (CONDEPE/FIDEM, 2007). Coube a um adotado dessa família – José Rodrigues de Jesus – fundar a cidade. Em 1671, uma segunda sesmaria, com 20 léguas de terra, foi concedida na mesma região, dando origem à antiga Fazenda do Caruru. Mais tarde, em boa parte do território foram fundadas diversas propriedades agropastoris: Fazenda Tacaité (Belo Jardim), Sítio Volta (São Caetano), Fazenda Salgado (em Caruaru), Sítio Pau Santo (Pau Santo), Sítio Xicuru (Caruaru), Sítio Taquara (Caruaru), Sítio Terra Vermelha (Caruaru), Brejo da Mulata (Caruaru), Fazenda Santa Rosa (Caruaru) etc.

Em 1848, o nome Caruru desaparece dos escritos, aparecendo CARUARU, sem explicação alguma. A origem do topônimo Caruaru é desconhecida, embora existam algumas hipóteses a esse respeito. De acordo com Teodoro Sampaio, a palavra *caruaru* é um substantivo composto de *caruar* e *u*, que significa aguada das caruaras, alusão feita à fonte ou água que, no local, produzia moléstia nas criações, provocando inchaço e paralisia nas pernas. Alfredo de Carvalho, famoso historiador e folclorista pernambucano, afirmou que Caruaru era uma corruptela da palavra *caruari*, que significa rio das caruaras. Há quem diga, ainda, que outrora existia uma planta vulgarmente chamada de caruru, que cobria um poço do rio Ipojuca, razão pela qual o local teria passado a ser conhecido como poço ou sítio do Caruru. Com o acréscimo de uma vogal, resultou o nome Caruaru (CONDEPE/FIDEM, 2007).

¹² Uma légua equivale a seis quilômetros.

Em 1849, a Câmara Municipal de Caruaru é instalada sob o domínio da família Vieira de Melo e em 1º de março de 1893, Caruaru foi então criado como município. Em 1941, Caruaru recebe o cognome "Capital do Agreste", com a primeira composição de Nelson Barbalho, gravada em 1957 por Luiz Gonzaga, e por Israel Filho em 1992.

5.1.6 Caruaru: Aspectos geográficos

No ano de 2000, o município de Caruaru tinha 253.634 habitantes, sendo 14,3% moradores da área rural e 85,7% moradores da área urbana. Caruaru fica localizada na mesorregião do Agreste Pernambucano, na microrregião do Vale do Ipojuca e na região de desenvolvimento do Agreste Central. Possui quatro distritos (Primeiro – Sede Caruaru, Segundo – Carapotós, Terceiro – Gonçalves Ferreira e Quarto – Lajedo do Cedro) e 19 povoados (Itaúna, Jacaré Grande, Juá, Laje, Malhada de Barreiras Queimadas, Malhada de Pedra, Pau Santo, Pelada, Terra Vermelha, Xicuru, Cachoeira Seca, Jacarezinho, Rafael, Patos, Juriti, Murici, Serrote dos Bois, Xique-Xique e Palmatória). Faz limite com: Toritama, Vertentes, Frei Miguelinho e Taquaritinga do Norte (norte), Altinho e Agrestina (sul), Brejo da Madre de Deus e São Caitano (oeste), Bezerros e Riacho das Almas (leste). A seguir alguns dados de aspectos físicos e climáticos de Caruaru.

Aspectos físicos e climáticos

Área do município.....	921 km ²
Bacia hidrográfica.....	Rios Capibaribe, Ipojuca e Una
Clima.....	Semi-árido quente
Temperatura média anual.....	22,5°C
Vegetação.....	Caatinga hipoxerófila
Distância à capital.....	141 km
Vias de acesso.....	BR-232

Fonte: (CONDEPE/FIDEM, 2007).

5.1.7 Gravatá: Aspectos históricos

O município de Gravatá teve origem numa fazenda, em 1808, pertencente a José Justino Carreiro de Miranda. Com clima agradável, com água abundante, a cidade se situava às margens do Rio Ipojuca, servindo de hospedagem para os viajantes que comercializavam açúcar e carne bovina, principais produtos da época.

Os produtos eram levados em embarcações do Recife para o interior e a navegação era difícil pelo Rio Ipojuca. Isso fazia com que os comerciantes fossem obrigados a fazer paradas com o objetivo de evitar que o gado perdesse peso. Uma dessas paradas ficou conhecida como Crauatá, terra de boas pastagens. A denominação Caruatá, que deriva de Karawatã, significa “mato que fura” em Tupi. Esta foi a denominação dada ao local por conta da predominância de uma planta do gênero da família das bromélias, também chamada Caraguatá, Caroatá, Caroá e Gravatá.

Foi no fim do século XVIII que José Justino Carreiro de Miranda tomou posse da Fazenda Gravatá que, por muito tempo, serviu de hospedagens para viajantes. Em 1881, o povoado, um distrito de Bezerros, foi elevado a vila. A emancipação só veio após a Proclamação da República, pela Lei Orgânica dos Municípios de 15 de março de 1893, quando a cidade adquiriu autonomia municipal. Hoje, Gravatá é conhecida como a “cidade dos morangos” e tornou-se um reduto da classe média alta de Pernambuco, sendo escolhida para algumas das maiores granjas e haras da região, além de abrigar um número significativo de privês e residências de fim-de-semana.

5.1.8 Gravatá: Aspectos geográficos

No ano de 2000, o município de Gravatá tinha 67.273 habitantes, sendo 17,4% moradores da área rural e 82,6% moradores da área urbana. Gravatá fica localizada na mesorregião do Agreste Pernambucano, na microrregião do Vale do Ipojuca e na região de desenvolvimento do Agreste Central. Possui três distritos (Gravatá, Mandacaru e Uruçu-Mirim) e três povoados (Russinhas, Avencas e São Severino dos Macacos). Faz limite com: Passira (norte), Barra de Guabiraba, Amaraji e Cortês (sul), Bezerros e Sairé (oeste), Pombos e Chã Grande (leste). A seguir alguns dados de aspectos físicos e climáticos de Gravatá.

Aspectos físicos e climáticos

Área do município.....	491 km ²
Bacia hidrográfica.....	Rios Capibaribe, Ipojuca e Sirinhaém
Clima ¹³	Quente e úmido
Temperatura média anual.....	23°C
Vegetação.....	Caatinga hipoxerófila e floresta caducifólia
Solo.....	terreno acidentado devido à formação topográfica
Distância à capital.....	88 km
Vias de acesso.....	BR-232

Fonte: (CONDEPE/FIDEM, 2007).

5.2 Cultura e turismo

5.2.1 O capital cultural da cidade

Alguns autores que tratam do capital social colocam os aspectos culturais como determinantes das relações de confiança e solidariedade. A arquitetura, a música, a pintura e as artes plásticas são capazes de reforçar a instituição *cidade* como espaço cultural. Ao mesmo tempo, valores e normas sociais transmitidos no tempo promovem a formação social do indivíduo, deixando-o sensível ou não à constituição de redes associativas.

Segundo o filósofo tcheco Vilém Flusser (FLUSSER, 1988, apud FREITAG-ROUANET, 2000), o conceito de *cidade* implica em vida urbana civilizada. Para existir esta vida urbana civilizada, a cidade necessita de:

1. Espaço privado – a casa;
2. Espaço político – a praça pública;
3. Espaço cultural – o templo, o lugar do religioso, a produção artística.

O privado se constitui na existência do lar de cada indivíduo; o político, o lugar das práticas discursivas do convencimento e do debate de idéias; e o cultural, o espaço para a expressão da arte e da contemplação. O espaço cultural e político se misturam, em certa medida, com o conceito de espaço público de Jürgen Habermas, local de expressão discursiva de idéias, o local onde os indivíduos se reúnem para

¹³ O clima de Gravatá é considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) o quinto melhor micro-clima do mundo.

discutir e fazer deliberações de ações para o convívio público. Estes espaços são praças em torno de prefeituras, de igrejas, são construções históricas, belezas naturais, são estilos arquitetônicos e expressões de arte que vão se tornar o símbolo de originalidade da cidade em seu aspecto cultural.

A história do município ajuda na constituição do espaço cultural autônomo, traduzindo a identidade do município, ao resultar em algo único, específico. Esta especificidade dá a cada cidade uma condição de distinção simbólica. Como afirma David Harvey:

“Não haverá, pelo menos na mente de muita gente, nenhum lugar como Londres, Cairo, Barcelona, Milão, Istambul, San Francisco ou qualquer outro onde se possa ter acesso a tudo aquilo que é supostamente único em tais lugares” (HARVEY, 2003, p. 158).

É o acúmulo de marcas de distinção que faz da cidade ser específica, mesmo que geograficamente próxima a outras, compartilhando clima, relevo e mesmo parte de sua história. A diferenciação se constrói pelas expressões políticas, econômicas e culturais, decorrentes de movimentos populares e de investimentos públicos que vão construir o capital simbólico¹⁴ da cidade. Neste sentido, a existência de redes sociais que formam o capital social de uma cidade está vinculada à existência de condições específicas da cultura local.

Ao se pensar no conceito de capital cultural, a primeira reflexão acerca dos municípios de Bom Conselho, Buíque, Caruaru e Gravatá é saber em que medida pode-se afirmar que eles se constituem em cidades quanto à constituição do espaço cultural e da importância da cultura na valorização de redes sociais para atingir objetivos comuns. A resposta a esta questão está sendo dada a partir dos dados empíricos coletados nesta pesquisa.

No caso de Gravatá, é evidente que a arquitetura que se expressa no espaço urbano a distingue e a consolida como espaço cultural, além da culinária e do clima serrano; Em Buíque, a expressão artística se dá pela natureza e pela arte rupestre do

¹⁴ No campo cultural da cidade, isso pode ser pensado a partir de museus, escolas, teatros, cinemas e espaços de expressão da arte local, além das peculiaridades da produção cultural de um município.

Vale do Catimbau; Caruaru é reconhecidamente pela arte figurativa; e Bom Conselho conta com construções históricas dos séculos XVII e XIX, o artesanato santeiro, a vaquejada. Em comum, estes municípios formam uma rota dos festejos juninos de Pernambuco.

A proposição de idéias para o Agreste Pernambucano somente é viável quando se pensa numa integração da cultura à política e à economia locais, tornando eventos culturais possíveis porque também são integrantes do espaço político-econômico da cidade. Ou seja, é preciso considerar quais tipos de investimentos devem ser levados a cabo de modo a garantir a recepção do público como de fato a obra de arte é: um bem que pode ser combinado com o consumo. A importância econômica da cultura é evidente, devido ao seu potencial de geração de riquezas, mas somente a cultura que agrega os indivíduos, garantindo a formação de redes sociais, ajuda na valorização da sua identidade.

É interessante, ainda, ter em mente a questão do gosto. Como afirma Bourdieu (1991), o gosto é usado pelos indivíduos como uma forma de distinção: determinadas atitudes e atividades culturais podem ser aceitas ou rejeitadas como forma de garantir acesso a grupos sociais – os chamados campos sociais. Na teoria econômica, o gosto também assume um valor crucial, pois é o elemento responsável pela abertura de mercados. São as preferências do consumidor que definem as demandas por bens e serviços.

Portanto, pode-se dizer que os gostos e preferências são elementos, ao mesmo tempo individuais e culturais, que pautam a construção do capital social. Assim, a observação das escolhas de determinados ambientes sociais ou de objetos para consumo pode ajudar a equipe da pesquisa a construir uma idéia acerca do outro que o inclui ou exclui de dado grupo, promovendo a distinção social. É, justamente, através do reconhecimento de grupos sociais específicos que o indivíduo encontrará ambiente para a construção de redes de confiança e solidariedade, necessárias ao capital social.

Para esta pesquisa, busca-se identificar o capital cultural de cada município, a partir de elementos que caracterizam a cidade como espaço cultural: museus, teatros, bibliotecas, praças públicas, parques, locais e construções históricas, igrejas e sua preservação ou consolidação como locais de expressão artístico-cultural. Foi

considerado o enfoque das políticas públicas na realização de eventos culturais que sejam alavancadores da economia local, tais como festivais culturais, feiras regionais, comércio de arte e todo o *trade* turístico local.

É preciso, assim, pensar cultura como uma teia que favorece a interligação entre os indivíduos, seja pela identidade, pela produção de arte, pelas normas e valores que vão sendo transmitidos, e que pode favorecer ou não a associação entre os membros da coletividade para alcançar objetivos comuns. A história pessoal de cada indivíduo, somada ao inconsciente coletivo, determina as relações sociais no espaço público: o capital cultural de uma determinada coletividade pode estimular, ou não, a constituição de conselhos e estruturas de gestão participativa para o desenvolvimento local.

5.2.2 A cultura e o turismo de Bom Conselho

Em termos turísticos, os atrativos de Bom Conselho são as suas cachoeiras (do Pinto e da Rainha Izabel) e a corredeira "Poço da Nêga", especialmente no período chuvoso. Como pontos históricos há: a igreja do Colégio de Nossa Senhora do Bom Conselho, datada do século XIX, que dispõe de santos antigos feitos em papel maché; a Matriz da Sagrada Família, do século XIX; a ermida de Santa Terezinha, local de romarias e ex-votos, situada em mirante (ver foto 1); o prédio da antiga Cadeia Pública; o "Buraco do Bulandi" ou Caverna dos Flamengos, que segundo informações da população local teria sido cavado pelos invasores holandeses no século XVII; a Furna de Maria Dantas; o Açude da Nação e a grande feira livre, realizada às sextas-feiras e aos sábados.

Foto 1
Ermida de Santa Terezinha – Bom Conselho



Foto: Ivone Medeiros.

Um dos festejos mais animados da cidade é a festa da padroeira, que se constitui na Sagrada Família – Jesus, Maria, José. Há ainda o reisado de raiz, que acontece no Natal, com quatro ou cinco grupos. A cidade conta ainda com o Maracatu reciclado, a Festa dos Papacaceiros (em janeiro, quando há o retorno de pessoas nascidas no município e que residem fora). Em setembro, é realizada exposição de animais de leite. No artesanato, o trabalho feito com palha de bananeira e com cabaça vem ganhando uma roupagem local em termos de criatividade. Há ainda trabalhos feitos em madeira, gesso, vitral e granito.

Há, ainda, o folclore, no qual se destacam a vaquejada (especialmente a realizada em setembro) e as cavalhadas (no mês de agosto). Também ocorre a Festa de Nossa Senhora do Bom Conselho, em 31 de dezembro, o carnaval e as festas juninas. De modo geral a cultura do município é constituída de elementos culturais do Estado de Pernambuco, com alguns grupos folclóricos locais que resistem à interferência da globalização. Entre eles: aboiadores, reisados, cocos de roda, zabumbas, cantadeiras de Inelência, pastoris, jogos populares, cantigas de roda e brincadeiras infantis. A cidade está incorporada na Rota da Fé, roteiro que combina religiosidade com a beleza

histórica de igrejas, mosteiros, santuários, seminários, conventos e ermidas. Os municípios de Bom Conselho, Garanhuns, Pesqueira, Capoeiras, São João, Poção e Brejo da Madre de Deus integram a rota.

5.2.3 A cultura e o turismo de Buíque

Segundo informações da Agência Estadual de Planejamento de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), o principal atrativo turístico e cultural de Buíque é:

“o Vale do Catimbau, formado por um complexo de serras, vales e rochas, distribuídos em 90.000 hectares. A área impressiona por sua grandiosidade, beleza, primitivismo e formações geológicas - exibindo, inclusive, verdadeiras obras de arte esculpidas pelo vento. Para muitos, o local emana uma diferente energia; daí sua utilização para encontros místicos. E o Vale tem muitos atrativos: áreas arqueológicas (serras de Jerusalém, do Cobaça, dos Breus, do Elefante e da Torre - dentre outras), cemitérios indígenas, cavernas, fontes d'água e a Reserva Indígena Kapinawá. Atualmente, dois sítios arqueológicos vêm sendo objeto de especial estudo pelo Núcleo Arqueológico da Universidade Federal de Pernambuco: o Sítio Alcobaça (na serra do Cobaça) e a Pedra da Concha (no Sítio Aparecida)” (CONDEPE/FIDEM, 2007).

Fotos 2 e 3
Paisagens do Vale do Catimbau: Pedra do Cachorro (esq.)



Fotos: Ivone Medeiros

Nesta região do Vale do Catimbau, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) tem a previsão de liberação de R\$ 420,5 mil para a implementação do Parque Nacional do Catimbau. Criado em 13 de dezembro de 2002, o parque é uma reserva arqueológica que comporta a construção de um centro de visitantes e a elaboração de plano de manejo para a reserva. Ainda não há previsão orçamentária para a desapropriação do parque, que segundo o Ibama deveria estar com a regularização fundiária em quatro anos. A área pertence a 57 proprietários rurais. Há, ainda, 300 famílias de posseiros, totalizando de 1.800 a 2.000 mil pessoas vivendo no lugar. A idéia do Ibama é assentar essas famílias em locais próximos à unidade de conservação, permitindo que elas explorem o turismo no local. Existem 23 sítios arqueológicos catalogados, mas de acordo com os entrevistados há mais de cem a serem descobertos.

De acordo com informações da imprensa pernambucana, os atuais ocupantes das terras do Sítio Arqueológico de Catimbau estão dispostos a sair da área, desde que recebam a indenização. Há muitas construções improvisadas, à espera da indenização. Enquanto isso, as queimadas e derrubadas de árvores prosseguem. Em Catimbau há posseiros que cobram R\$ 1,00 aos turistas, como uma espécie de pedágio, para complementar a renda familiar, já que a atividade está prejudicada pela falta de uma infra-estrutura de caminhos acessíveis e de hospedagem. Falta o beneficiamento das trilhas, trabalho de divulgação, locais fixos para lanche, contratação de guias turísticos e o estabelecimento de pousadas confortáveis. É uma área de grande potencial para o ecoturismo. Conforme dados da mídia, a meta da Prefeitura Municipal é integrar o ecoturismo às atividades de lazer cultural, tendo como ponto de partida o aproveitamento da fazenda Pintadinha, onde passou parte da infância o escritor Graciliano Ramos, autor de *Vidas Secas*.

O Vale do Catimbau reúne ainda artesãos que trabalham em madeira e palha (peças produzidas pelos índios Kapinawá). Os principais nomes dos artistas que trabalham em madeira são José Bezerra e Luiz de Benício, que produzem esculturas esculpidas em troncos de árvores, retratando a história do sertão, do cangaço e do homem da roça. Bezerra, além de artesão, é poeta e cantor, tendo produzido um berimbau artesanal feito de latas, com o qual faz suas músicas. Mesmo com todo este potencial, é analfabeto e não pode registrar suas poesias e músicas. Sua casa é ponto de

passagem de turistas, pois expõe a céu aberto suas obras. Há também o artesão Célio Roberto, que trabalha em barro e reproduz pessoas a partir de fotografias. No artesanato, os artistas dizem retratar a história do sertão na madeira, material que é característico da região, além do artesanato feito em cerâmica.

A cidade dispõe apenas de um pequeno museu, Eduardo José de Freitas, da Biblioteca Graciliano Ramos, de duas igrejas, praças públicas e um clube municipal. Não há teatro nem cinema. Já existem sites que divulgam a cidade, especialmente o Vale do Catimbau. O nome Catimbau recebe vários sentidos para os moradores: Cachimbo Velho Pequeno, Prática de Feitiçaria, Terra de Caboclo, Homem Ridículo. Os entrevistados afirmam que é atribuído a Sebastião França, tido como louco, o turismo no vale. Ele batalhou e se articulou para conseguir transformar a área em local turístico. Para isso, construía relatos sobre a pré-história no município, citando a presença de fenícios e astecas.

Na Fazenda Porto Seguro residem várias famílias seguidoras, há mais de 40 anos, de um homem conhecido como Meu Rei. Ele era um líder místico cujo nome é Sadabi Alexandri de Farias Rei, segundo o Condepe/Fidem, ou Cícero José de Farias, segundo informações de pessoas entrevistadas, e foi responsável por atrair inúmeros adeptos para o local. A região onde se instalou é conhecida como “*Fazenda Metafísica e Teológica Princípio de um Reinado*”. Ele pregava que ali se ergueria a “*civilização de imortais*”, na qual estaria à frente como liderança.

De acordo com guias turísticos e artesãos consultados, Meu Rei teria deixado como legado a “*água da vida*” ou “*extratosa*”, preparada com “*seiva da juventude, extrato de vida e energia do espírito de Deus*”. Os seguidores dizem que ele deixou datas marcadas nas quais aconteceriam episódios relevantes. Meu Rei morreu em 13 de janeiro de 1999, com 116 anos, segundo informam os guias locais. Os seguidores esperam que até 2060 apareça um substituto, que seria o próprio Meu Rei reencarnado. Na Porto Seguro, existem 35 casas nas quais vivem 35 famílias. Mesmo que alguns guias mostrem descrédito na história que contam, o fato atrai místicos à região.

Outro aspecto cultural e que também apresenta potencial turístico é a presença de índios Kapinawá, habitantes nativos da região, cuja cultura envolve elementos da música, dança, artesanato e os próprios rituais indígenas, dentre eles o

Toré. Além do Toré, os Kapinawá dançam também o samba-de-coco nos sábados à noite, em torno do Cruzeiro da Igreja de São Sebastião, na reserva indígena. Os Kapinawá têm suas terras no Vale do Catimbau, o que fortalece ainda mais a caracterização de sítio arqueológico do Parque Nacional do Catimbau. Em 2006 um CD e um DVD foram lançados com o intuito de registrar esta cultura indígena. *Kapinawá – meu povo canta* e *Kapinawá – meu povo conta* foram lançados pelo Centro de Cultura Luiz Freire para registrar a musicalidade, a cultura e o modo de vida do povo Kapinawá, etnia de 4 mil indígenas, cuja comunidade está situada nos municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim, entre o Agreste e o Sertão do Estado. O samba de coco – traço forte da identidade cultural desse povo – é o grande fio condutor do projeto. O CD contém 24 canções que os Kapinawá utilizam nos seus rituais do Toré. Embora as letras não tenham autoria definida, citando, muitas vezes, canções de domínio público, muitas delas são narrativas, usando em grande parte a primeira pessoa.

O local também tem um grande valor em virtude das histórias do cangaço contadas pelos moradores mais antigos. Um dos últimos sobreviventes do grupo de Lampião e Maria Bonita, Candeeiro, ainda está vivo. O período do cangaço é contado como feitos de valentia e selvageria. Como afirmam os guias turísticos, “*o cangaço representa para o Sertão um período inesquecível*”. São histórias de humor e crueldade da vida dos cangaceiros, tradição oral contada pelos moradores e por familiares dos cangaceiros já mortos. Somente os nomes dos membros do bando de Lampião dão uma história: Moita Braba, Cobra Preta, Cobra Verde, Chumbo Grosso, Chumbo Fino, Merda Viva, Candeeiro, Jararaca, André Quisé, Pilão Deitado. São relatos incríveis que se ouve sobre o Sertão pernambucano e nordestino e que ainda lampejam na memória da comunidade. O orgulho em ser buiqueense pode ser resumido na frase do artesão Luiz de Beniço: “*não dou meu Buíque por São Paulo de ninguém*”.

5.2.4 A cultura e o turismo de Caruaru

É fundamental destacar a cerâmica como um elemento da cultura de Caruaru e que se estabelece como ponto forte da economia do município. A arte teve início com mestre Vitalino, cuja casa hoje é um museu, no Alto do Moura, local onde praticamente

todos os moradores são ceramistas (ver foto 4). Os "bonecos de Vitalino" são comercializados nas feiras livres do Estado, especialmente em Caruaru, como brinquedos ou como peças do mais representativo artesanato nordestino.

Foto 4
Artesã trabalhando em barro - Caruaru



Foto: Ivone Medeiros.

Geograficamente, Caruaru é considerada a cidade centro da Região Nordeste. Sua principal fonte de renda é o comércio, destacado como um dos maiores do interior do nordeste. Em seguida vem a indústria e o turismo, pela tradição e pelo grande núcleo de produção artesanal do Estado. Destaca-se o Alto do Moura, grande centro de artes figurativas, e a Feira de Caruaru, conhecida como a maior feira popular do Brasil, local de exposição de trabalhos em cerâmica, madeira, tapeçaria, granito, corda, cana brava, palha de catolé, rendas e bordados. A Feira de Caruaru se localiza no Parque 18 de Maio, que também abriga a Feira da Sulanca (confeções populares), a Feira do Troca-Troca e a Feira dos Importados.

O município é conhecido como a “Capital do Forró” e “Princesa do Agreste” e ocupa um espaço importante no calendário folclórico brasileiro, promovendo, anualmente, no período junino, um dos mais animados São João do Brasil. Comparado ao final do ano, o período junino é a época de maior movimento para o comércio de Caruaru, em virtude da realização da maior festa do calendário do Estado. Outros

setores dobram e até triplicam o movimento durante o São João, como a gastronomia e a hotelaria.

Segundo informações da imprensa pernambucana, calcula-se que durante o evento sejam injetados cerca de R\$ 20 milhões na economia local, renda que também é garantida para o mercado artístico, já que durante a realização do São João grandes nomes da música e do teatro ganham a oportunidade de mostrarem os seus trabalhos. A culinária é um forte atrativo em Caruaru e no entorno, especialmente no período junino. Entre os pratos típicos, estão o arroz doce, os bolos de fubá, o de massa de mandioca, o de milho, o de batata doce e o de macaxeira, canjica, cocada, mungunzá, tapioca, cuscuz, pamonha e pé de moleque. Estes pratos são vendidos na rua, nos festejos de São João, e também em restaurantes e hotéis.

São ainda de interesse turístico o Sítio Jacaré (com a produção artesanal de artigos utilitários em couro); o Memorial da Feira; o morro do Bom Jesus; o Parque Ecológico Municipal / Reserva Estadual de Mata Atlântica e, ainda, os sítios arqueológicos da Boa Vista, do Caldeirão e da Serra do Medo; a Pedra do Sítio Zambá (com grafismos rupestres); a Pedra da Torre, cortada pelo Rio Ipojuca e com uma bela vegetação de bromeliáceas e cactáceas; serras, mirantes e açudes. Além do São João, comemorado já a partir de maio, o calendário de eventos do município registra a Festa do Comércio (23 de dezembro a 1º de janeiro), o Encontro Nordestino de Violeiros (novembro), a Vaquejada de Caruaru (setembro) e o Micaru (carnaval fora de época - agosto) (CONDEPE/FIDEM, 2007).

5.2.5 A cultura e o turismo de Gravatá

Gravatá guarda semelhanças culturais com os municípios de seu entorno, entre eles a cidade de Caruaru. A culinária, os festejos juninos e o clima são semelhantes. Entretanto, Gravatá dispõe de uma arquitetura singular, com chalés em estilo alpino, e de uma indústria moveleira que são características locais. O calendário turístico do meio do ano em Pernambuco é dominado por eventos no interior do Estado, tais como a Semana Santa, as festas de São João e o Circuito do Frio. Juntamente com Caruaru, Gravatá lidera as atrações nas festividades juninas. Por isso, o setor imobiliário

tem um reforço no período, quando milhares de turistas alugam imóveis por temporada, como fazem no Carnaval de Olinda. O aluguel é pago antecipadamente e sempre custa o dobro do período normal. O movimento mais forte vai da Semana Santa ao São João. Os chalés custam cerca de R\$ 1.500,00 durante um período de 15 dias a um mês.

Em termos turísticos, os condomínios de fins de semana são o principal diferencial de Gravatá e atraem, sobretudo, recifenses que fazem dessas habitações as suas residências de fim de semana e as planejam como futura moradia após aposentadoria. Com a duplicação da BR-232, houve um *boom* na procura por este tipo de moradia. Recife e Gravatá agora distam em apenas 40 minutos de carro em virtude da ampliação da rodovia. Ao lastro deste incremento imobiliário foi registrado um crescimento na oferta de diversos tipos serviços, que vão desde mão-de-obra para o trabalho doméstico nos condomínios até serviços ligados ao *trade* turístico. Gravatá abriga excelentes restaurantes de comidas regional e internacional, um bom número de hotéis-fazenda e haras. Festivais Gastronômicos, Festivais Culturais e Festa do Cavalo movimentam durante todo o ano este segmento de serviços turísticos.

Além do turismo originado a partir dessas festividades, Gravatá apresenta um forte perfil para o turismo ecológico, com várias serras e locais de beleza natural com potencial para serem aproveitados economicamente. Há ainda lagos, açudes, pedras, cachoeiras, mirantes, parques, cultivos de flores, plantação de morangos e um orquidário como atrativos turísticos. No turismo de aventura, a cidade dispõe de trilhas, túneis e pontes que podem ser exploradas. O município possui ainda locais históricos, como igrejas, casarões antigos, chalés e escadarias (ver foto 5). O turismo religioso está crescendo, atraindo um número considerável de turistas, uma vez que há inúmeras manifestações religiosas que se transformam em espetáculos regionais. A estrutura para receber os visitantes vem evoluindo aos poucos, com pousadas, hotéis e condomínios preparados para turistas que vêm à cidade para participar de eventos como Festa de Reis, de São Sebastião, Semana Santa, São João, Festival Cultural e Feira de Negócios, Festival Gastronômico, Circuito do Frio e outras festividades regionais.

Foto 5
Exemplo de Casarão: Prefeitura de Gravatá



Foto: Luís Henrique Campos.

Por fim, vale ainda ressaltar o artesanato local e a vocação para produção de flores do município. A Estação do Artesão, a antiga estação ferroviária, é o local onde são vendidas as obras dos artistas da cidade. São peças de todos os gêneros, desde a tradicional Bonequinha da Sorte até telas, esculturas, objetos, móveis em madeira e vime, peças em bronze, brinquedos educativos, talhas e cerâmicas utilitárias (ver foto 6). A produção de rosas, crisântemos e outras espécies garante a Gravatá o título de maior produtor de flores temperadas do Nordeste.

Foto 6
Loja de brinquedos educativos - Gravatá



Foto: Luís Henrique Campos.

5.3 Emprego e renda

O gráfico 1 apresenta as taxas de crescimento real do PIB dos municípios em estudo, do Agreste e de Pernambuco. O PIB do Agreste e de Pernambuco, fonte do cálculo de suas variações, foi obtido pela agregação dos PIBs municipais. O Estado apresentou crescimento oscilatório com picos próximos a 4,0% em 2000, 2002 e 2004. Comportamento similar ocorreu na mesorregião. Quando se observa o crescimento dos municípios surgem importantes disparidades. Bom Conselho apresenta intensas taxas de crescimento até 2002 (entre 10,0% e 8,0%), forte retração em 2003 e posterior retomada em 2004. Buíque tem oscilações nos mesmos sentidos e anos que Pernambuco e o Agreste, mas com maior intensidade. Caruaru apresenta estagnação e queda de seu PIB no início do período, com pequena recuperação em 2002 e 2003 e explosão em 2004. Gravatá tem desempenho próximo do de Bom Conselho, mas com indicadores em menor magnitude.

Um fato que deve ser destacado é que em 2003 apenas Caruaru não apresentou decréscimo em seu PIB real. Este indicador negativo está ligado a fatores climáticos e serão melhor detalhadas ao se tratar da agricultura dos municípios. A maior volatilidade do PIB de Bom Conselho e Buíque parece estar ligada a um problema de base, pois estes apresentam produtos menores (aproximadamente 10% do PIB de Caruaru).

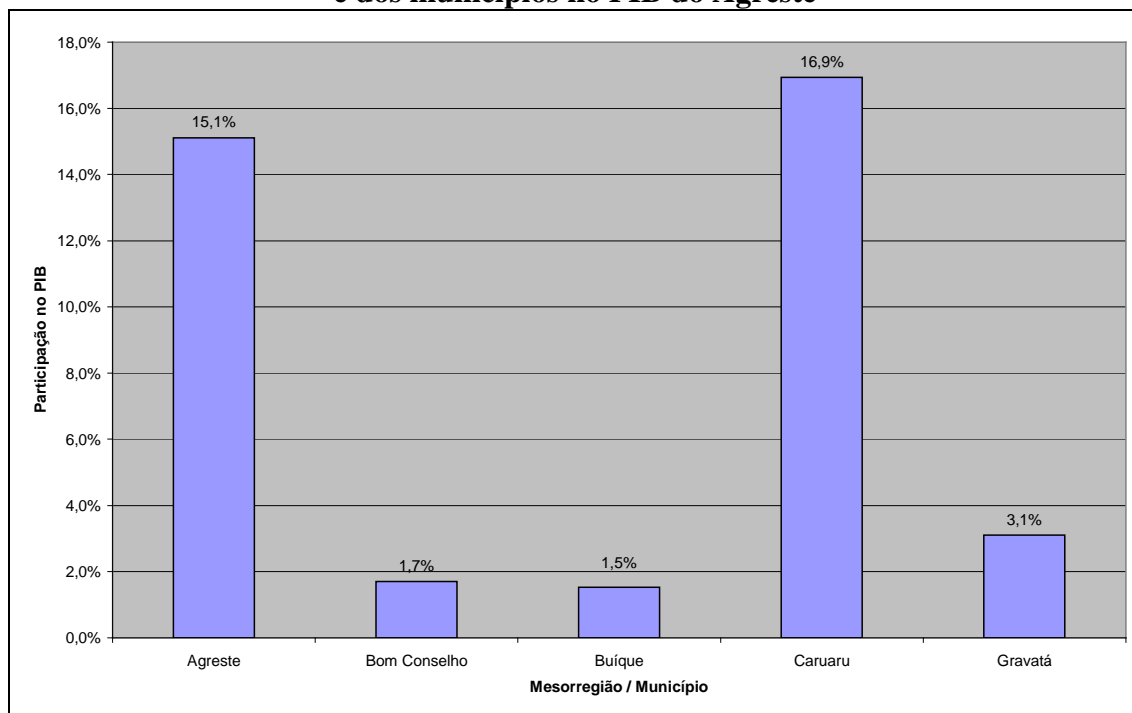
Gráfico 1
Taxa de crescimento real do PIB: municípios selecionados, Agreste e Pernambuco



Fonte: IPEADATA.

Para poder visualizar melhor esta questão da diferença de tamanho das economias foi elaborado o gráfico 2. Nele são representadas as médias da participação da mesorregião em relação ao Estado para o período de 1999 a 2004 e a média da participação de cada município estudado em relação ao PIB do Agreste. A mesorregião responde por 15,1% do PIB estadual. Caruaru, maior PIB do Agreste, é responsável por 16,9% do PIB desta região. O pequeno porte de Bom Conselho e Buíque ficam evidenciados, pois suas participações são de 1,7% e 1,5%, respectivamente. Já Gravatá tem o dobro de tamanho destes dois municípios e corresponde a apenas 18% do PIB de Caruaru.

Gráfico 2
Participação média do Agreste no PIB estadual
e dos municípios no PIB do Agreste



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA.

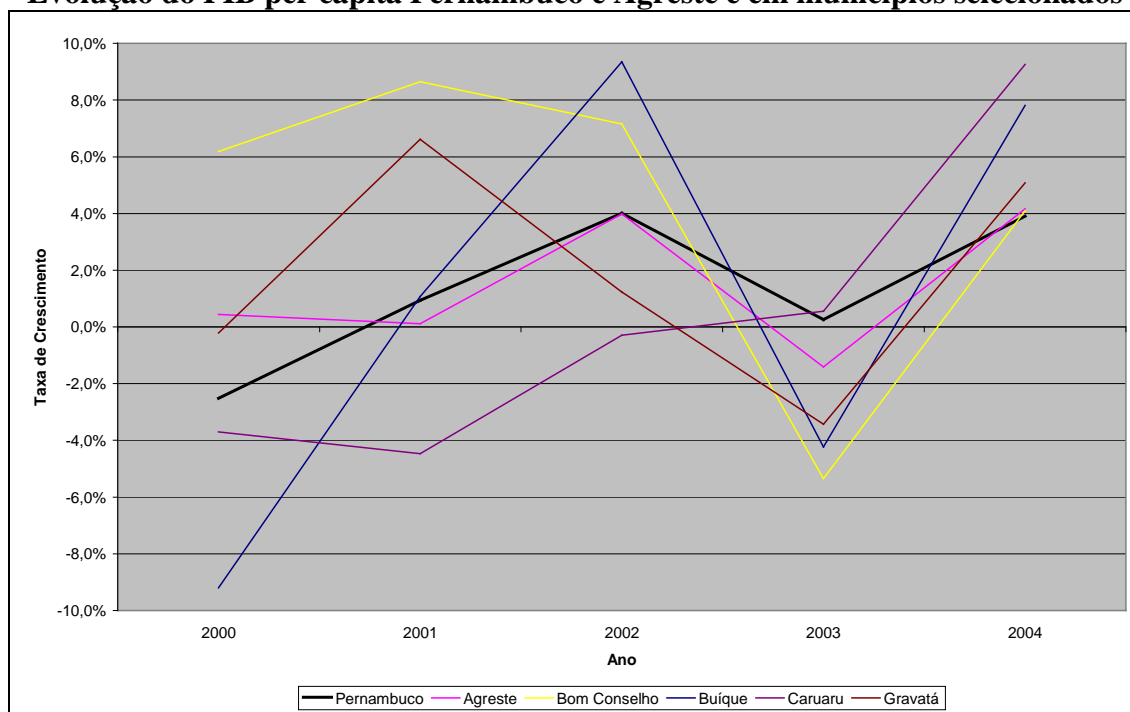
Pernambuco apresenta queda em seu PIB per capita em 2000, praticamente estabilidade em 2001 e 2003 e crescimento significativo (aproximadamente 4%) em 2002 e 2004, conforme pode ser observado no gráfico 3. Este caráter cíclico, que já havia sido observado na evolução real do PIB, repete-se no Agreste do Estado. O forte crescimento de Bom Conselho entre 2000 e 2002 é reflexo do crescimento observado no gráfico 1. Caruaru apresenta queda em seu PIB per capita até 2002 com forte recuperação apenas em 2004. Gravatá, apesar de ter apresentado intenso crescimento do PIB em 2000 não teve sua renda média acrescida, indicando um fluxo de recebimento de novos habitantes no período. Buíque é o município com maiores variações em seu PIB per capita, com decréscimos em 2000 na ordem de 9,2% e crescimento em 2002 de 9,3%. Novamente 2003 apresenta um ano ruim para os municípios menores, com queda em sua renda per capita. Já 2004 é marcado pela recuperação.

Comparando-se 2004 com 1999, observou-se que a renda per capita do estado cresceu 6,6%, enquanto que a do Agreste 7,4%. No tocante aos municípios, a

melhor situação é Bom Conselho com 9,3%, seguido por Gravatá com 9,3%. Abaixo da média de Pernambuco e da mesorregião está Buíque com crescimento de 3,6%. Caruaru teve renda per capita praticamente estagnada, com crescimento de apenas 0,8%.

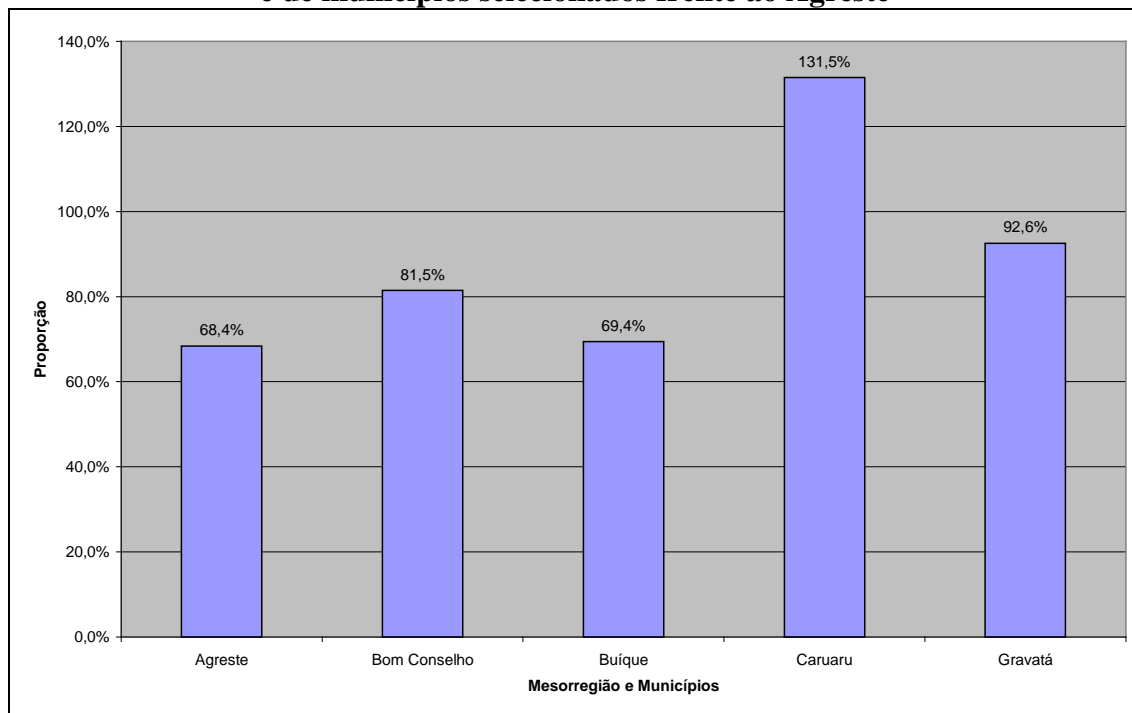
No gráfico 4 apresenta-se a comparação do PIB per capita médio do período 1999 a 2004 entre a mesorregião e o Estado e entre os municípios e o Agreste. A região Agreste mostra-se com defasagem de 31,6% em relação à renda média estadual. Caruaru, o maior PIB do Agreste, tem renda média 31,5% acima da mesorregional e 10,1% abaixo da média estadual. Em outros termos, a maior renda média dos municípios analisados está abaixo da média estadual, o que é um forte indicador de que toda a mesorregião tem importantes defasagens em seu desenvolvimento. Buíque revela-se como a pior situação, correspondendo a 69,4% da renda do Agreste e a 47,5% da renda de Pernambuco. Bom Conselho e Gravatá apresentam-se em situação intermediária.

Gráfico 3
Evolução do PIB per capita Pernambuco e Agreste e em municípios selecionados



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA e do IBGE, Estimativa de População.

Gráfico 4
Proporção média do PIB per capita do Agreste frente ao estadual
e de municípios selecionados frente ao Agreste



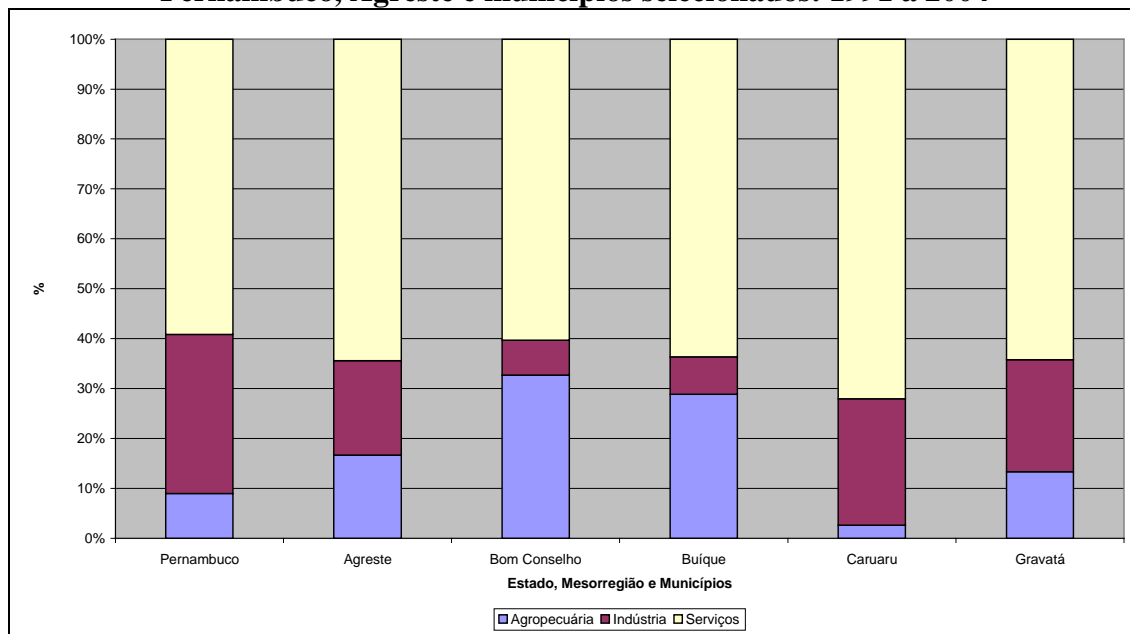
Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 5 é emblemático em apresentar as profundas diferenças de perfis entre os municípios analisados. Nele, apresenta-se a participação média de cada um dos três setores no PIB municipal. Enquanto se pode afirmar que Bom Conselho e Buíque possuem economia agrícola (agricultura com 32,8% e 29,0% de participação, respectivamente), Caruaru praticamente não possui agricultura relevante (com 2,5%) e Gravatá apresenta perfil agrícola próximo da média da mesorregião. Se Bom Conselho e Buíque são eminentemente agrícolas, Caruaru e Gravatá apresentam o setor industrial bem mais desenvolvido, apresentando taxas superiores à média do Estado (24,2% e 22,5%, respectivamente).

Todos os municípios apresentam elevada importância do setor de serviços devido, principalmente, ao setor público. Isto indica alto grau de dependência destas economias aos movimentos governamentais. Mesmo nesta característica comum, as diferenças entre os municípios são marcantes. Em Caruaru o comércio tem importante peso no PIB de serviços. Em Gravatá é o turismo, em especial o de segunda residência. Bom Conselho apresenta a menor participação dos serviços no PIB devido ao

expressivo papel da agricultura. Buíque, sem comércio expressivo e sem turismo desenvolvido, mostra a maior dependência.

Gráfico 5
Composição média do PIB
Pernambuco, Agreste e municípios selecionados: 1991 a 2004



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE.

Para explicitar melhor esta dependência foi elaborada a tabela 2. Nela, apresenta-se a receita total das prefeituras, a receita total per capita, a relação da receita/PIB, a despesa total, o grau de dependência das transferências, o grau de comprometimento com despesas de pessoal, a capacidade de arrecadação própria e a proporção do setor público dentro do valor agregado de serviços. A disparidade entre os municípios é marcante. Caruaru tem os menores índices de dependência, pois o setor público corresponde a apenas 36% do PIB de serviços, a receita tributária do município corresponde a apenas 11,08% do PIB e mesmo assim o comprometimento dos gastos com pessoal é o menor dos municípios estudados. O extremo oposto é Buíque onde 75,44% do PIB de serviços provêm do setor público e a prefeitura depende quase que totalmente (93,33%) de transferências do estado e da União. Esta fragilidade também é presente em Bom Conselho, porém com menor intensidade. É possível concluir, então, que a fragilidade econômica destes dois municípios é oriunda da ausência de industrialização relevante ao setor de serviços incipiente.

Tabela 2
Valores médios de indicadores de contas públicas 1999 a 2004

Indicadores	Bom Conselho	Buíque	Caruaru	Gravatá
Receita total - R\$	14.068.583	16.687.993	85.537.890	22.055.657
Receita total per capita - R\$	335,02	376,81	330,29	327,45
Receita / PIB	18,90%	23,92%	11,08%	15,58%
Despesa total - R\$	12.891.978	12.746.434	70.177.893	18.003.293
Grau de dep. das transferências	82,32%	93,33%	73,56%	79,09%
Comprometimento com pessoal	60,23%	53,07%	47,52%	53,50%
Capacidade de arrecadação própria	2,83%	2,98%	14,53%	12,53%
Part. do Setor Público no PIB	66,91%	75,44%	36,01%	55,00%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE.

As disparidades econômicas destacadas até o momento se desdobram em alguns indicadores de bem-estar social. Um conjunto deles é formado pelas linhas¹⁵ de pobreza e indigência, representadas na tabela 3. Novamente, a pior situação coube a Buíque, com índices de indigência de 56,6% e pobreza de 78,0%. O município melhorou sua situação na década de 1990, mas sua melhoria foi menos intensa do que a apresentada pelo Agreste e por Pernambuco, o que explicita sua pouca capacidade em reverter seu quadro de atraso. Bom Conselho também apresenta quadro de indigência e pobreza mais elevado que a média do Agreste e do Estado. Além disto, apresenta piora relativa comparando 1991 a 2000. Contudo, este município foi capaz de melhorar sua situação de forma mais intensa que Buíque, ou seja, apesar da fragilidade econômica, apresentou maior capacidade em reverter o quadro de pobreza e, especialmente, de indigência, quando comparado com Buíque. Gravatá e Caruaru apresentam situação de pobreza bem melhor do que a do Agreste e a de Pernambuco. Os indicadores de indigência destes dois municípios são, respectivamente, 22,2% e 49,5% inferiores aos do Estado em 2000. Nos indicadores de pobreza a vantagem diminui, pois os indicadores são, respectivamente, 1% e 31,5% inferiores.

¹⁵ Foram utilizadas as linhas de pobreza e indigência calculadas pelo IPEA com base em metodologia do PNUD, que corresponde a classificar como indigente aquele indivíduo que sobrevive com menos de ¼ do salário mínimo e como pobre aquele que sobrevive com menos de ½ do salário mínimo.

Outro indicador econômico-social que reflete os problemas da estrutura e dinâmica do emprego e renda nos municípios é o Índice de Gini. Este indicador mede o grau de concentração de renda de uma região. Quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda. Novamente, Buíque apresenta a pior situação entre os municípios analisados, tendo piorado dramaticamente sua situação na década de 1990. Bom Conselho, que em 1991 detinha a maior concentração de renda, consegue melhoria no indicador, mesmo quando a mesorregião, o estado e o País pioraram. Gravatá apresenta a renda menos concentrada de todos os municípios. Cumpre destacar que os municípios estudados têm situação relativamente melhor que a do estado, o que indica que outras regiões são piores e não que o Agreste tenha uma realidade confortável.

Tabela 3
Linhas de Indigência e Pobreza
Pernambuco, Agreste e municípios selecionados: 1991 e 2000

	Indigência		Pobreza	
	1991	2000	1991	2000
Bom Conselho	51,9	46,4	77,6	70,3
Buíque	59,7	56,6	84,2	78,0
Caruaru	16,3	14,1	42,3	35,3
Gravatá	25,9	21,7	58,3	51,0
Agreste	38,3	34,6	67,8	59,3
Pernambuco	33,6	27,9	59,8	51,5

Fonte: PNUD/IPEA.

Tabela 4
Índice de Gini – Brasil, Pernambuco e municípios selecionados
1991 e 2000

	1991	2000	Varição
Bom Conselho	0,617	0,615	-0,35%
Buíque	0,552	0,626	13,4%
Caruaru	0,552	0,581	5,3%
Gravatá	0,517	0,562	8,7%
Pernambuco	0,654	0,673	2,9%
Brasil	0,634	0,645	1,7%

Fonte: PNUD/IPEA.

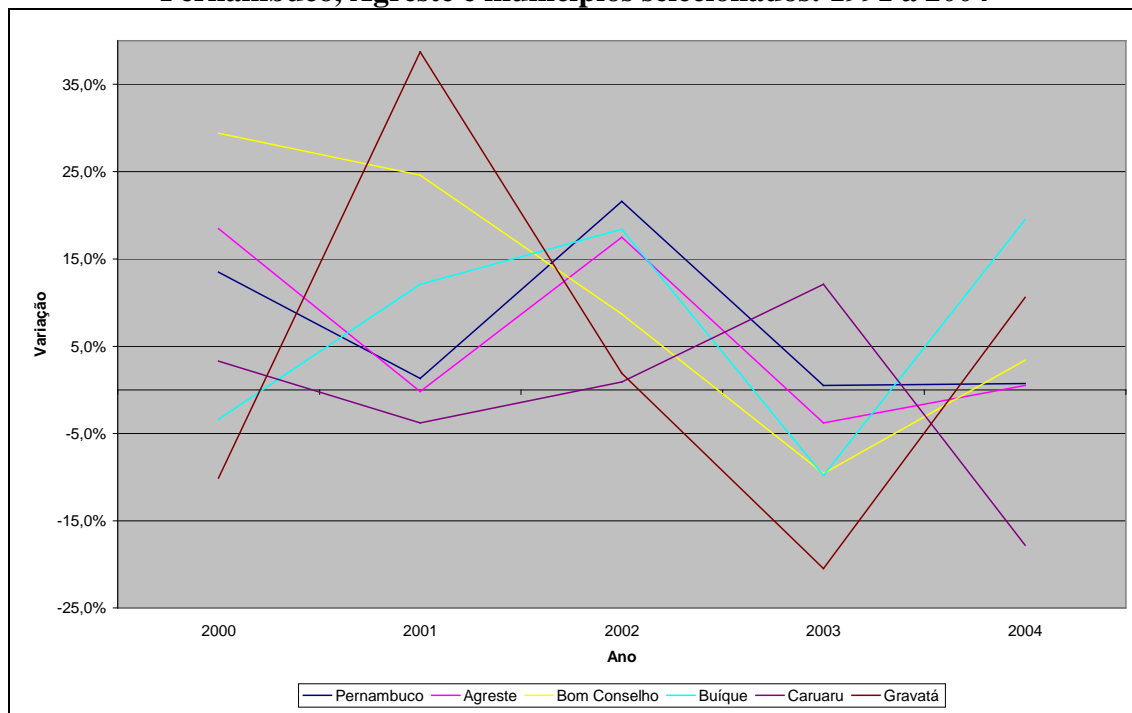
Como a agropecuária cumpre papel central na economia de Bom Conselho, Buíque e Gravatá, será dada especial atenção a esta atividade econômica caracterizando sua evolução, principais culturas, rendimentos, explicitando impactos sobre a geração de emprego e renda e desempenho econômico dos municípios selecionados.

O gráfico 6 apresenta a variação real do PIB agropecuário estadual, mesorregional e dos municípios em estudo. A principal característica evidenciada neste gráfico é a alta variabilidade do crescimento deste agregado macroeconômico, revelando a grande limitação advinda do clima, pois em anos como 2000, posterior à seca, a maioria dos municípios apresenta crescimento significativo e em 2003, marcado por forte seca, os quatro municípios analisados apresentam queda em sua produção. Todos os municípios apresentam desvio padrão do crescimento anual do PIB agropecuário superior ao do estado e da mesorregião. A maior variabilidade coube a Gravatá. Bom Conselho é o único município cuja média de crescimento é superior a de Pernambuco e do Agreste. Buíque possui desempenho melhor que a mesorregião, mas inferior que a do estado e Caruaru é o único município com média de crescimento negativo.

Em 2006, as principais lavouras temporárias nos municípios em análise foram o Feijão e o Milho. Em conjunto, representaram 98,7% do valor da produção deste tipo de lavoura em Bom Conselho, 95,6% em Buíque, 92,0% em Caruaru e a totalidade em Gravatá. O sorgo é significativo em Caruaru, com 8% e o algodão herbáceo em Buíque, com 4,4%.

Ao contrário do perfil da lavoura temporária, onde os principais produtos são comuns a todos os municípios, a lavoura permanente apresenta uma grande heterogeneidade entre os municípios estudados. Bom Conselho tem sua produção fortemente baseada na banana (88,1%), com café (6,0%) e manga (5,0%) apresentando alguma significância. Buíque também é dependente de uma única cultura, a castanha de caju (97,5%), com a banana apresentando apenas (1,6%) de participação na produção de 2005. Caruaru apresenta maior diversidade de culturas, com duas principais, a banana (23,2%) e a castanha de caju (23,2%). Também é importante o coco-da-baía (14,5%), o café (8,7%) e a manga (8,7%). Gravatá apresenta produção mais concentrada em tangerina (57,7%) e banana (29,5%) e com menor importância em coco-da-baía (5,9%) e café (1,2%).

Gráfico 6
Desempenho do PIB agropecuário
Pernambuco, Agreste e municípios selecionados: 1991 a 2004



Fonte: IBGE.

Os gráficos 7 a 14 e as tabelas 5 e 6 apresentam estatísticas da produção destas principais culturas, incluindo o valor da produção, área colhida e rendimento médio. A análise será apresentada por cultura, mas de forma transversal a todos os indicadores coletados.

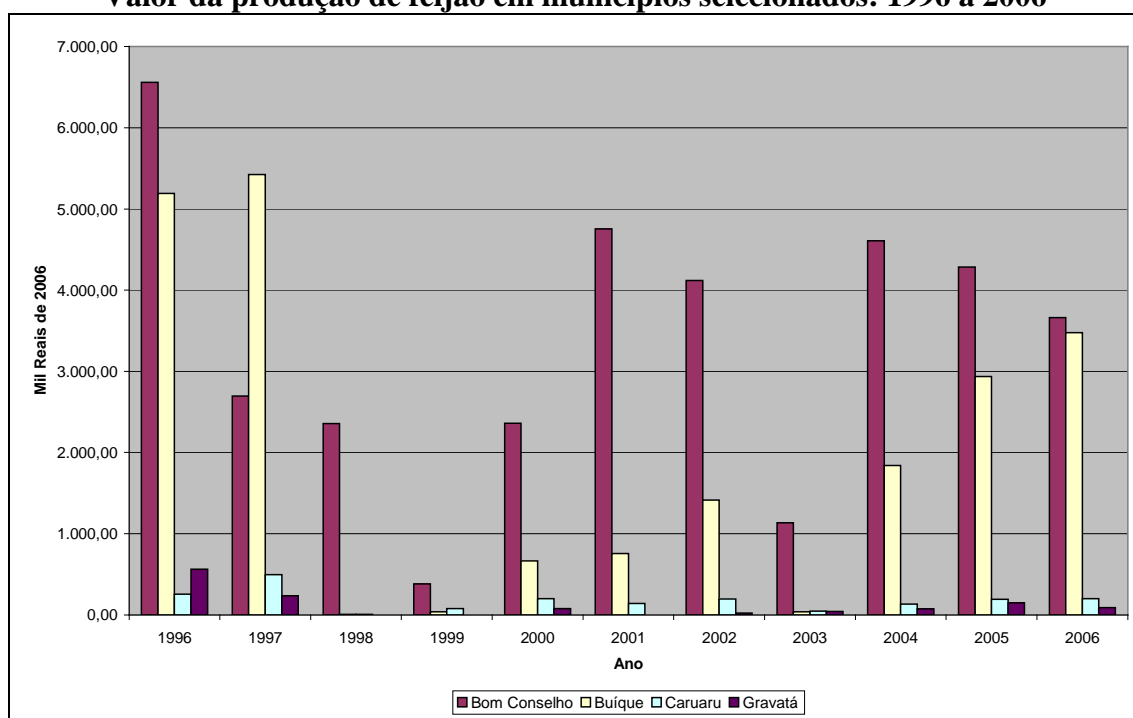
O feijão representa, em média, 26,4% do valor da produção agregada de todas as culturas selecionadas, tomando-se o Estado. Na região Agreste, a participação média é de 40,7%, ou seja, a base da agricultura da mesorregião é a cultura do feijão.¹⁶ Por ser uma cultura muito suscetível ao clima, sua produção apresenta alta variabilidade, com anos de produção muito baixa como 1999 e 2003. Outro fator que permite confirmar a suscetibilidade do feijão ao clima da região é o indicador da razão

¹⁶ Não é possível fazer esta afirmação para Pernambuco devido à não agregação nesta estatística da produção da cana-de-açúcar e das frutas da região do Vale do São Francisco.

entre área plantada e área colhida, com média de 79,2% e desvio padrão de 17,9% na mesorregião.¹⁷

Bom Conselho é, entre os municípios estudados, aquele cuja atividade do feijão é mais importante, tendo perdido para Buíque em valor de produção apenas em 1997. Este município é responsável, em média, por 4,6% e 8,9% da produção estadual e mesorregional, respectivamente. Além disto, Bom Conselho apresenta a maior média com menor desvio padrão de aproveitamento da área plantada.¹⁸ Buíque, que vem em segundo lugar, tem participação média correspondente a aproximadamente a metade da de Bom Conselho. A produção de Gravatá e Caruaru é incipiente perto de Buíque e Bom Conselho, apesar de ser importante para a agricultura de Caruaru.

Gráfico 7
Valor da produção de feijão em municípios selecionados: 1996 a 2006



Fonte: PAM/IBGE. Valores corrigidos pelo IGP-DI da FGV.

O milho é a cultura não perene mais praticada nos municípios estudados, mas seu valor da produção representa em média apenas 8,7% do valor total das culturas

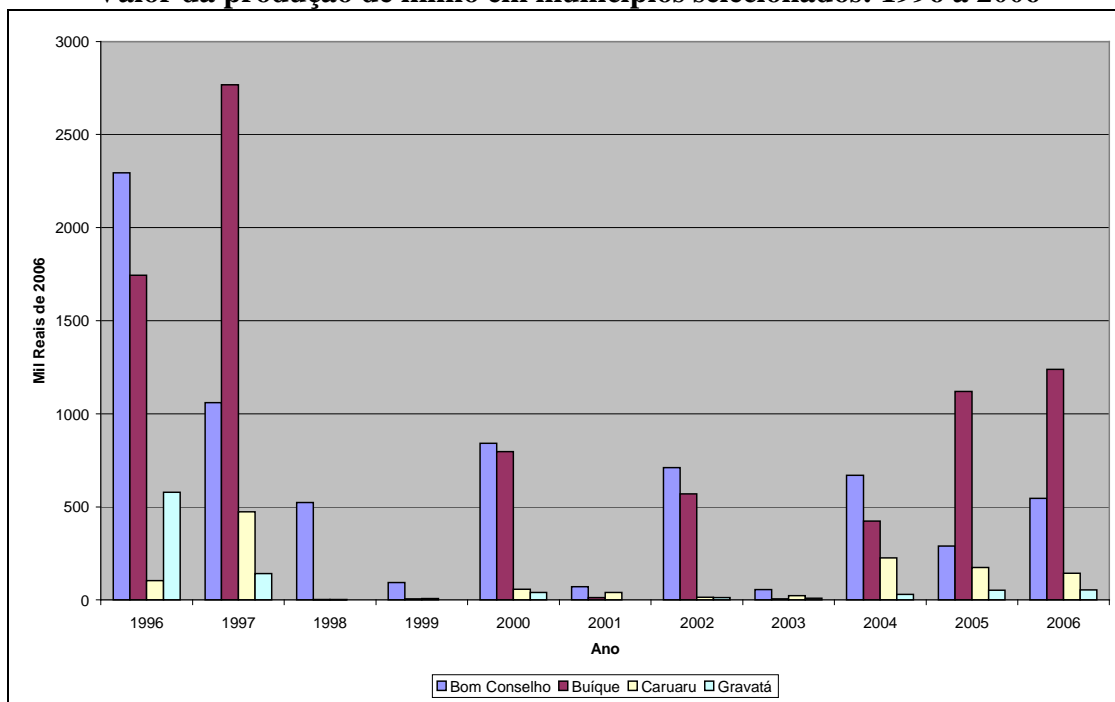
¹⁷ Um intervalo de confiança para este indicador seria de 43,4% a 115,5% (que não tem sentido econômico), muito amplo.

¹⁸ Gravatá, tem média de 100% de aproveitamento, mas área e produção muito pequenas, podendo ser desconsiderada nesta análise.

analisadas dentro do Agreste. O gráfico 8 mostra que em 1996 e 1997 o milho era uma cultura importante, com produção concentrada em Bom Conselho e em Buíque. Porém, após as secas de 1998/1999, quando há quebra de praticamente toda a produção a cultura perde importância. A tabela 5 mostra que a produção de milho tem a menor participação da área colhida sobre a área plantada e o maior desvio padrão. Disto se conclui que o alto risco da atividade diminui sua atratividade, fazendo com que os agricultores busquem outras culturas mais adaptadas à sua realidade climática. Este processo fez com que o Agreste perdesse sua importância na produção estadual do cereal, que chegou a 53,5% em 1998, passando a 22,4% em 2006 (tendo a menor participação em 2003 com 12,0%). Cumpre destacar que a forma de plantio de milho na região é baseada em tecnologia defasada, intensiva em mão-de-obra e com baixo uso de insumos. Com produtividade muito baixa¹⁹, e tendo em vista a realidade social da região, baseada em pequenos produtores rurais, a tendência de ampliação de atividades perenes pode ser uma saída para o crescimento da renda no campo.

¹⁹ O rendimento médio da produção de milho no Agreste corresponde a apenas 14,03% do rendimento médio da produção brasileira no mesmo período.

Gráfico 8
Valor da produção de milho em municípios selecionados: 1996 a 2006



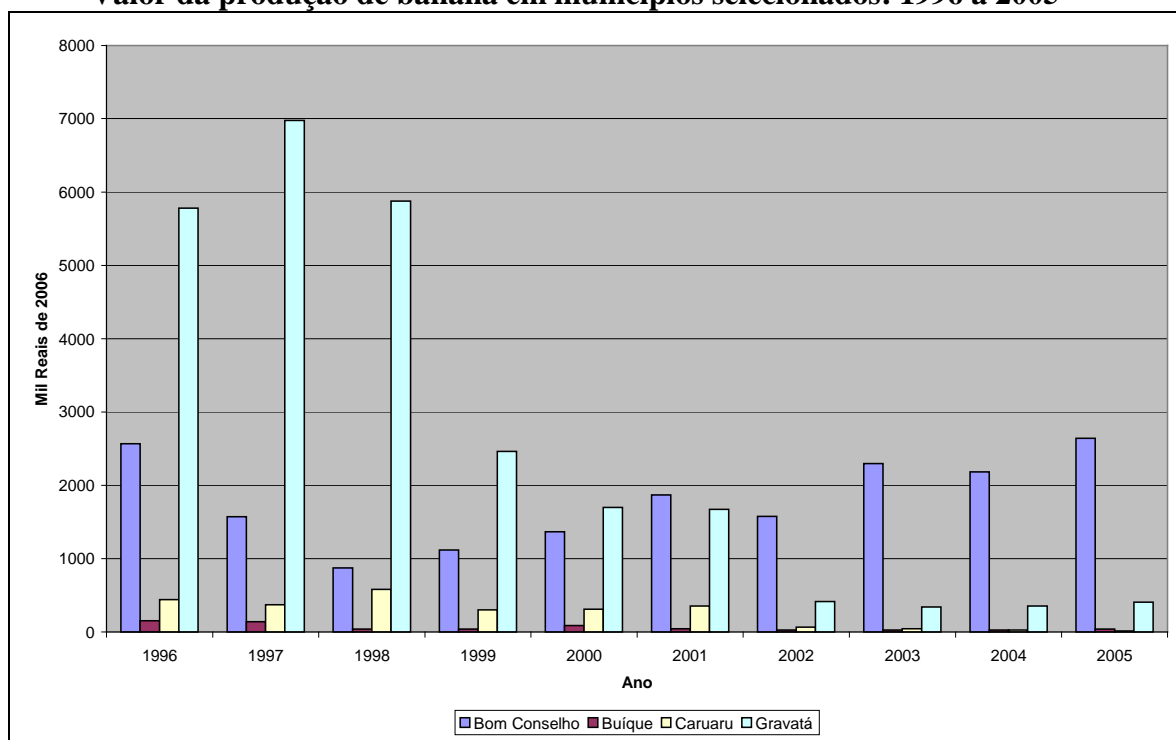
Fonte: PAM/IBGE. Valores corrigidos pelo IGP-DI da FGV.

A segunda cultura mais importante para o Agreste, tomando-se por base o valor da produção, é a banana. Esta cultura perene representou, entre 1996 e 2005, 40,7% do valor das culturas mais importantes para a mesorregião. Apesar desta média alta, o que ocorre é um período inicial com participação mais elevada (chega a 66,3% em 2001) caindo de forma significativa (em 2005 a participação é de apenas 29,9%). Este movimento pode ser notado fortemente em Gravatá, conforme se apreende no gráfico 9. Já em Bom Conselho a cultura mantém valor em torno da média, com oscilações marcadas por questões climáticas. A banana tem, conforme mostra a tabela 5, probabilidade de perda pequena, pois sua média da razão entre a área plantada e a área colhida é de 92,6%, com desvio padrão de 8,0%. Outro fator favorável à atividade é que sua defasagem de rendimento médio em relação ao Brasil é menor dos que as apresentadas no feijão e milho (62,3%).

Deve-se notar que a diminuição da área de milho e também de banana leva à necessidade de se analisar outras culturas permanentes para verificar que dinâmica a agricultura vem tomando na região e, principalmente, nos municípios analisados. Dentre

as culturas permanentes que apresentam relevância para os municípios analisados está o café, que representa, em média 5,0% do valor da produção dentro da mesorregião. O Agreste é responsável por 92,1%²⁰ do valor da produção desta cultura em Pernambuco. Os municípios estudados produziam em conjunto 5,4% do valor estadual em 1996. Em 2005 este valor cai para 2,5% sendo que apenas Bom Conselho tem presença marcante da atividade, conforme pode ser visto no gráfico 10. Esta redução em mais uma atividade que era tradicional mostra tendência da entrada de novas culturas.

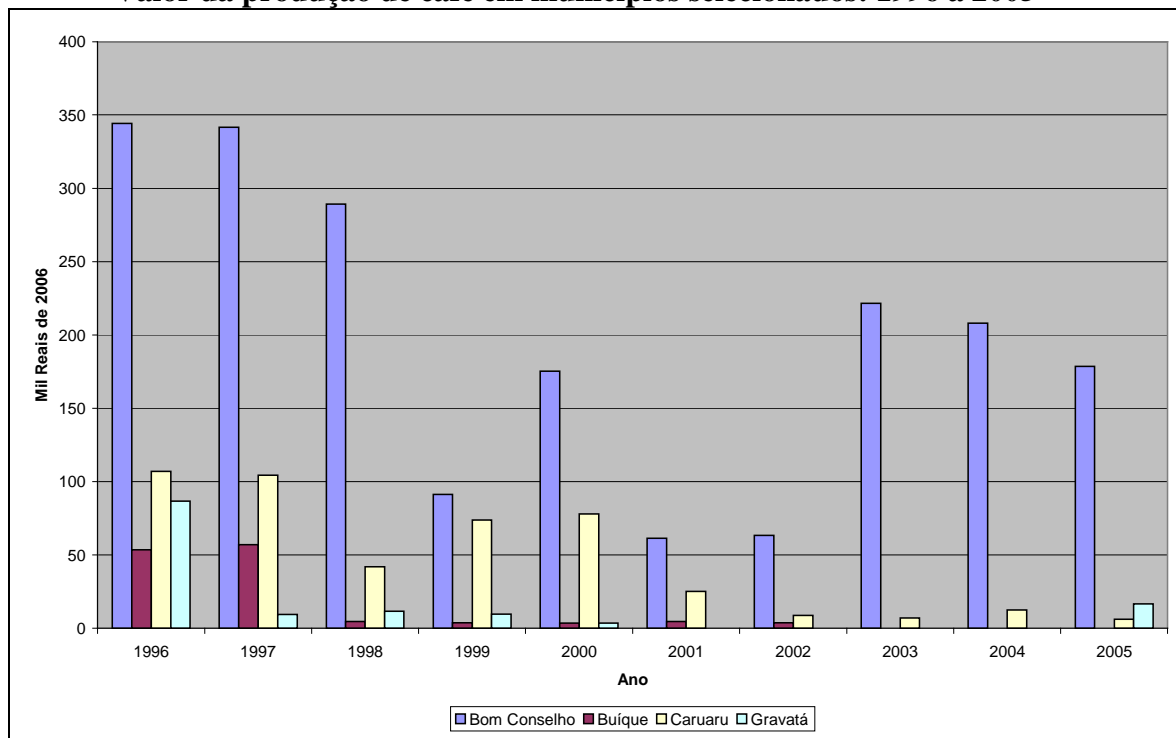
Gráfico 9
Valor da produção de banana em municípios selecionados: 1996 a 2005



Fonte: PAM/IBGE. Valores corrigidos pelo IGP-DI da FGV.

²⁰ Média entre 1996 e 2005.

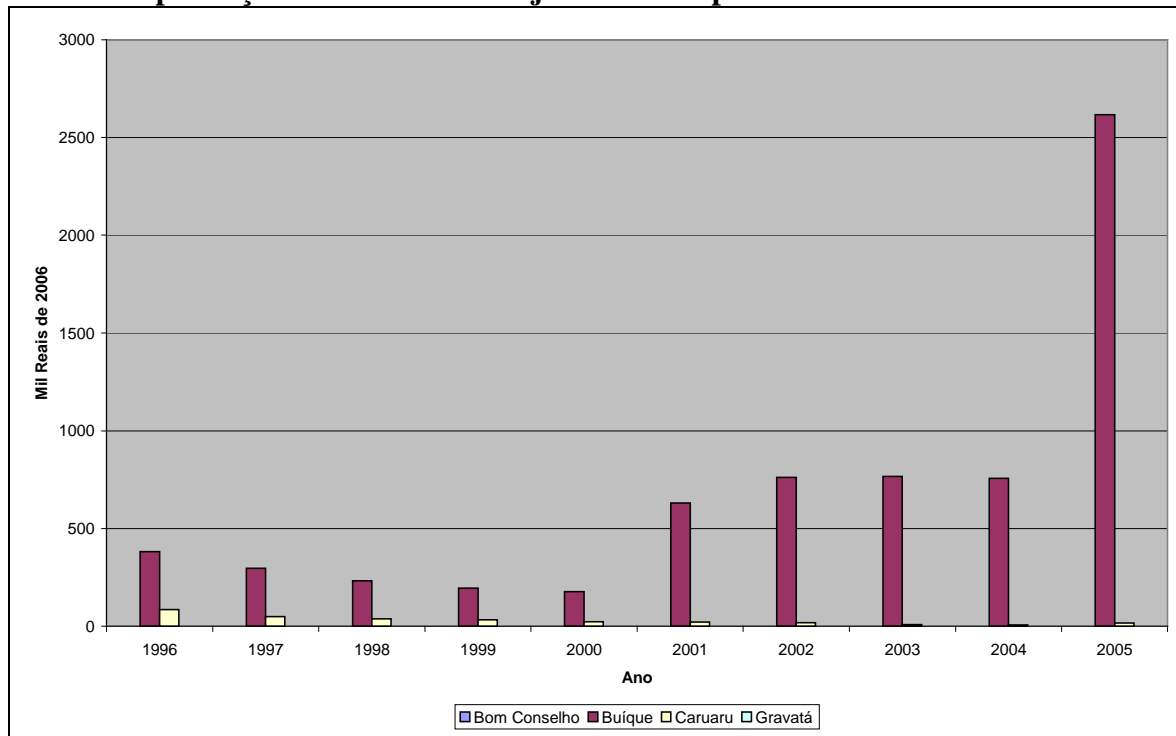
Gráfico 10
Valor da produção de café em municípios selecionados: 1996 a 2005



Fonte: PAM/IBGE. Valores corrigidos pelo IGP-DI da FGV.

Em Buíque a cultura permanente que é implantada é a castanha de caju. Conforme pode ser visto no gráfico 11 o incremento relevante inicia-se em 2001, mas intensifica-se fortemente em 2005. Entre 1996 e 2001 Buíque participava, em média, com 6,4% da produção estadual de castanha de caju. Entre 2002 e 2004 esta média eleva-se para 26,5% e no ano de 2005 passa a 56,3%. Quando se analisa a participação da atividade dentro do valor agrícola de Buíque vê-se que apesar deste crescimento mais intenso a partir de 2001, já em 1998/1999 (anos de fortes secas) a participação era de 78,1% e 66,7%, respectivamente. Isto mostra que a atividade adapta-se bem ao clima da cidade. Quando for analisado o município em separado, será demonstrado que esta forte mudança do perfil produtivo municipal está ligada à atuação de uma ONG presente no município.

Gráfico 11
Valor da produção de castanha de caju em municípios selecionados: 1996 a 2005



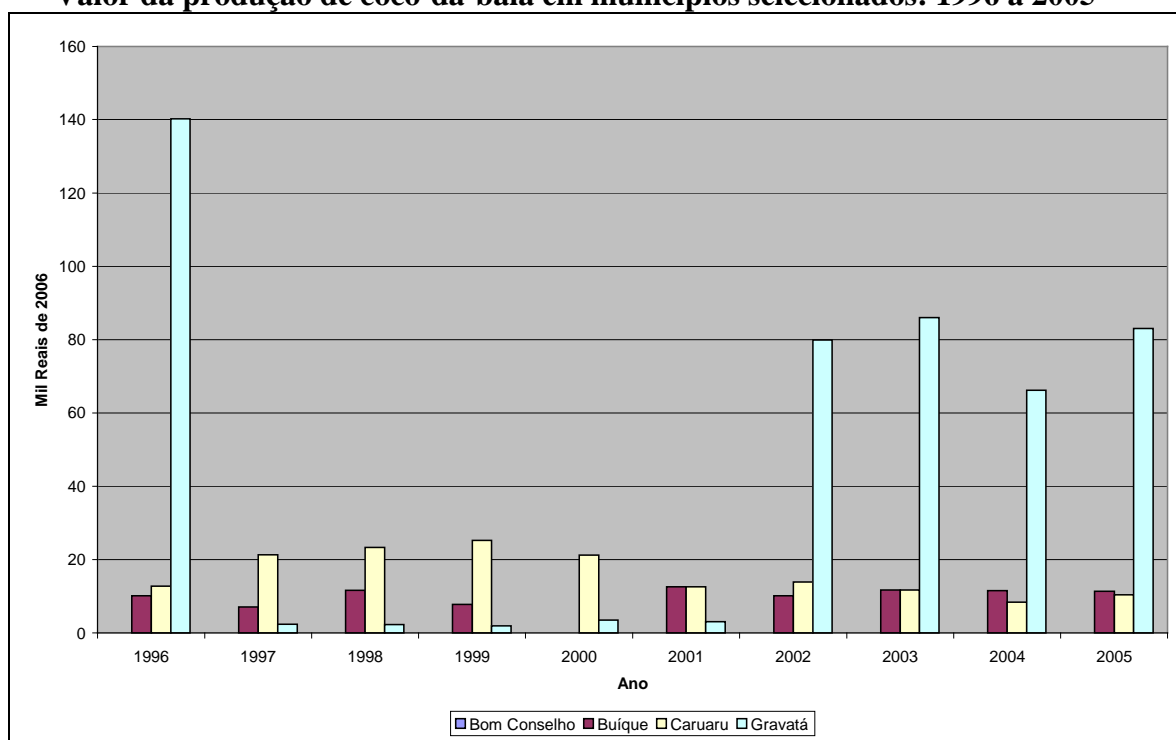
Fonte: PAM/IBGE. Valores corrigidos pelo IGP-DI da FGV.

O coco-da-baía apresenta movimento parecido em Gravatá. Em 1996 foi uma atividade importante, que praticamente não aparece até 2002, quando volta em patamar relevante ao município. Em 2005, Gravatá já era responsável por 19,1% da produção da mesorregião, mas em nível estadual sua participação é pequena, de 0,2% (gráfico 12). Disto se conclui que o movimento de diversificação em nível municipal não atinge o contexto estadual, não tendo a mesma dimensão que a apresentada pela castanha de caju em Buíque.

Bom Conselho ainda possui a manga como fonte de diversificação. Esta cultura atingiu seu pico em 1997, com queda importante nos anos de 1998 a 2000, voltando a patamar próximo de 50,0% do pico a partir de 2001 (ver gráfico 13). Apesar da cultura representar 2,4% da produção agrícola do município, sua importância para o estado é praticamente nula, com 0,2%. O rendimento médio mostra-se 61,8% do estadual, demonstrando que a produção municipal não tem condições de concorrer com a do Vale do São Francisco, ficando sua comercialização restrita à região.

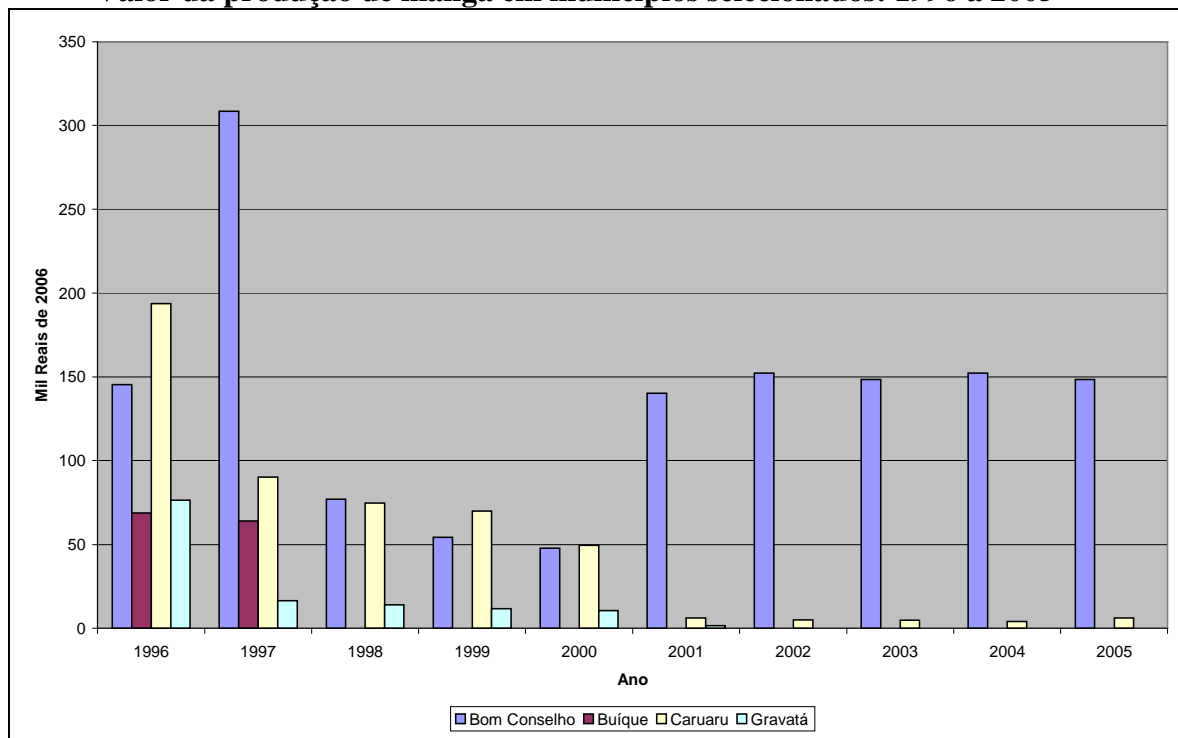
Em Gravatá a cultura que tem este impacto é a tangerina. Conforme pode ser visto no gráfico 14, a partir de 2002 esta cultura entra em patamar muitas vezes maior, atingindo participação de 28,3% na produção de Pernambuco em 2005. Importante destacar também que 99,8% da produção deste ano tem origem no Agreste.

Gráfico 12
Valor da produção de coco-da-baía em municípios selecionados: 1996 a 2005



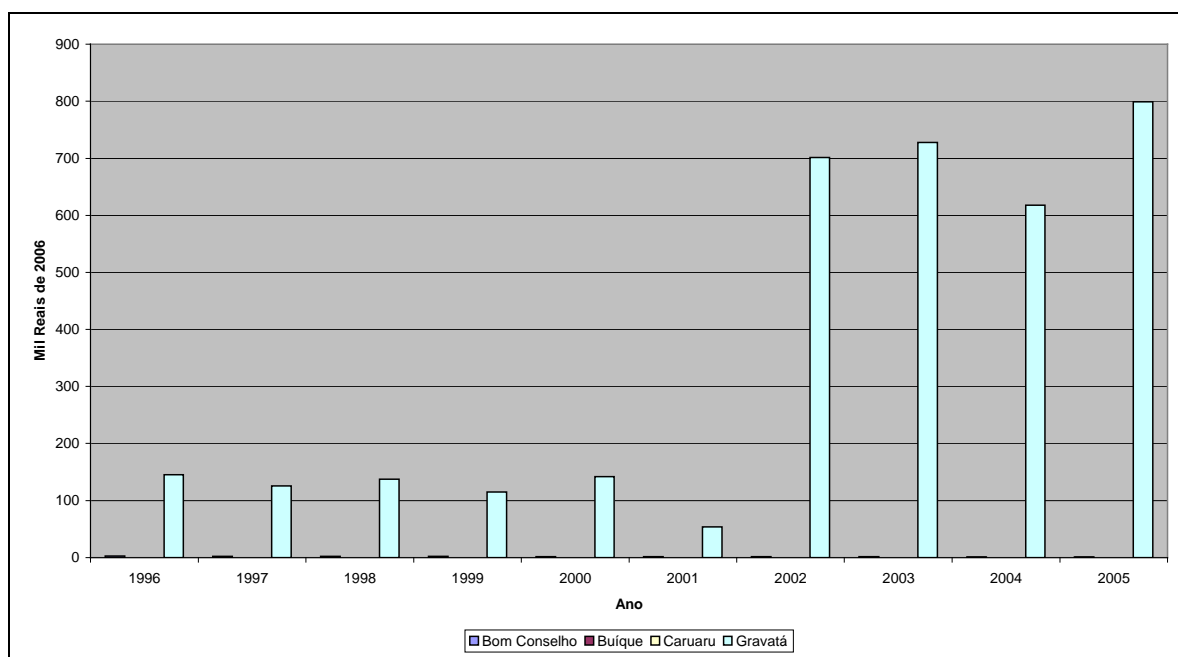
Fonte: PAM/IBGE. Valores corrigidos pelo IGP-DI da FGV.

Gráfico 13
Valor da produção de manga em municípios selecionados: 1996 a 2005



Fonte: PAM/IBGE. Valores corrigidos pelo IGP-DI da FGV.

Gráfico 14
Valor da produção de tangerina em municípios selecionados: 1996 a 2005



Fonte: PAM/IBGE. Valores corrigidos pelo IGP-DI da FGV.

A tabela 5 apresenta a média da razão entre a área colhida e a área plantada por cultura, para Pernambuco, Agreste e os municípios deste estudo. A linha total apresenta a média da razão entre o total das áreas colhidas e plantadas, das culturas selecionadas. A mesma já foi citada nos comentários sobre as culturas, cumprindo neste ponto apenas destacar que as culturas perenes tendem a ter percentual mais elevado que as anuais.

Tabela 5
Percentual da área colhida por culturas selecionadas* 1996 a 2005

Cultura	Pernambuco		Agreste		Bom Conselho		Buíque		Caruaru		Gravatá	
	Média	Desvio	Média	Desvio	Média	Desvio	Média	Desvio	Média	Desvio	Média	Desvio
Total	72,6	17,2	76,8	18,9	77,3	22,8	81,3	34,7	77,1	29,4	99,2	2,0
Feijão	73,5	17,8	79,2	17,9	84,5	19,9	79,8	37,8	72,5	35,4	100,0	0,0
Milho	64,7	22,8	67,2	27,0	64,7	35,5	77,7	38,6	72,5	37,3	100,0	0,0
Banana	92,6	8,0	92,5	7,2	94,0	6,8	100,0	0,0	94,2	11,1	97,7	4,9
Café	91,3	8,8	92,0	9,8	94,1	11,1	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Castanha	95,9	7,1	98,7	1,1			100,0	0,0	100,0	0,0		
Coco	98,0	2,9	97,3	7,5			100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Manga	96,6	6,1	99,1	0,4	98,2	1,4	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0
Tangerina	95,3	6,6	95,0	6,9	100,0	0,0					100,0	0,0

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PAM/IBGE. Nota: * Principais culturas dos municípios estudados.

As informações da tabela 6 também já foram parcialmente comentadas anteriormente, cabendo neste ponto destacar que o Agreste somente apresenta rendimento médio superior ao estadual na produção de tangerina, sendo significativamente menos produtivo em banana e manga. Bom Conselho possui produtividade em linha com o restante da mesorregião. Buíque é mais produtivo que o estado e a mesorregião em castanha de caju. Caruaru apresenta deficiência produtiva em diversas culturas indicando a necessidade de trabalho de apoio técnico ao produtor. Gravatá que está intensificando sua produção de tangerina possui rentabilidade bem inferior a estadual e mesorregional, indicando que esta diversificação deve ser auxiliada com tecnologia e apoio técnico, sob pena de vir a ser abandonada pelos produtores municipais.

Tabela 6
Rendimento médio da produção em culturas selecionadas* : 1996 a 2005

	Pernambuco		Agreste		Bom Conselho		Buíque		Caruaru		Gravatá	
	Média	Desvio	Média	Desvio	Média	Desvio	Média	Desvio	Média	Desvio	Média	Desvio
Feijão	0,4	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,4	0,2	0,2	0,1	0,4	0,1
Milho	0,5	0,2	0,4	0,1	0,4	0,1	0,4	0,3	0,3	0,2	0,6	0,2
Banana	5,5	4,6	4,6	3,8	4,4	3,9	4,6	3,6	1,7	1,4	5,0	3,4
Café	0,5	0,1	0,5	0,1	0,6	0,1	0,3	0,0	0,3	0,2	0,6	0,4
Castanha	0,6	0,1	0,6	0,1			1,0	0,2	0,2	0,1	0,0	0,0
Coco	6,6	4,0	6,2	4,2			5,3	1,6	3,8	0,7	15,6	15,7
Manga	24,6	7,9	14,5	8,6	15,2	5,6	30,0	0,0	7,4	8,0	22,7	9,0
Tangerina	81,6	72,1	82,4	73,3	13,8	12,5					63,8	49,9

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da PAM/IBGE. Nota: * Principais culturas dos municípios estudados.

Para finalizar a caracterização da agricultura nos municípios selecionados, é apresentada a tabela 7, onde se encontram indicadores para mensurar a estrutura fundiária dos municípios. Os dados são baseados no Censo Agropecuário de 95/96 e revelam que há uma fortíssima concentração da posse da terra, com índice de Gini superior a 0,7 em todos os municípios. Buíque apresenta uma situação diferenciada no indicador razão familiar/patronal, que é mais elevado que os demais (variando entre 280% e 313,2% a mais que os outros municípios), indicando concentração fundiária ainda maior.

Tabela 7
Estrutura fundiária

Município	Gini – Terra	Razão Familiar/Patronal Número de estabelecimentos
Bom Conselho	0,727	5,80
Buíque	0,789	22,07
Caruaru	0,779	5,34
Gravatá	0,779	5,44

Fonte: Incra (1998) e IBGE, Censo Agropecuário (95/96).

O quadro da pecuária dos municípios analisados pode ser visto a partir da tabela 8. Nela estão representadas as participações da produção do Agreste dentro da estadual e da produção dos municípios dentro da do Agreste. Nota-se que a produção de leite é muito importante para a economia do Agreste, tendo em vista seu elevado grau de participação no estado. Dentro desta mesorregião está um dos pólos produtivos que são objeto de apoio específico do Governo Estadual, o pólo de Garanhuns, ao qual

pertence Bom Conselho. Em 2005, Bom Conselho representava apenas 3,7% da produção mesorregional, tendo obtido 7,5% no censo agropecuário de 1996. Tudo indica que esta forte redução deva-se à crise vivida pelo setor no ano em tela, principalmente em virtude da falência do principal laticínio da região, a Parmalat, sediada na estrada entre Garanhuns e Bom Conselho e principal comprador da produção do município.

Tabela 8
Participação da mesorregião na produção estadual
e dos municípios na produção mesorregional – 2005

Produção	Agreste	Bom Conselho	Buíque	Caruaru	Gravatá
Leite (Mil litros)	74,8%	3,7%	8,2%	0,7%	1,4%
Ovos de galinha (Mil dúzias)	39,8%	1,3%	0,2%	6,0%	1,9%
Mel de abelha (Quilograma)	7,0%	0,6%	0,9%	5,6%	6,7%

Fonte: Pesquisa da Pecuária Anual.

A tabela 9 mostra a situação do emprego em 2000. Nota-se que há dois patamares entre os municípios. Caruaru e Bom Conselho apresentam proporção acima de 55% da população que possuía algum emprego. A tabela 10 mostra que a maior parcela da população de Bom Conselho e de Buíque estava envolvida com a produção agropecuária, seguindo o perfil já destacado na composição do PIB. A pecuária bovina aparece como empregadora de cerca de 6,0% da população, percentual baixo para municípios que pleiteiam posição relevante na produção leiteira do Estado. Caruaru revela emprego agropecuário pequeno, com Gravatá em situação intermediária.

Tabela 9
Proporção da população em idade ativa²¹ por número de empregos

	Bom Conselho	Buíque	Caruaru	Gravatá
Nenhum	42,25	48,47	41,41	49,10
Um	55,87	50,50	56,80	48,68
Dois ou mais	1,88	1,03	1,80	2,22

Fonte: IBGE/Censo (2000)

Em Caruaru os destaques do emprego são a indústria da transformação e o comércio que juntos representam 47,1% da população empregada. Isto reforça a constatação de que a dinâmica econômica de Caruaru é completamente diferente dos

²¹ A idade ativa corresponde a pessoas entre 15 e 64 anos de idade.

demais municípios analisados. Em Gravatá a indústria da transformação representa a metade da participação de Caruaru, mas mais que o dobro da participação de Bom Conselho e Buíque, revelando que este município está em situação intermediária. Um fato importante é que o emprego em construção civil é relevante tanto em Caruaru quanto em Gravatá. Na primeira cidade a participação é elevada em decorrência da própria dinâmica econômica. Já em Gravatá, o volume de pessoas envolvidas com a construção civil é alto devido à intensa atividade de construção de ‘segundas’ residências, ou seja, de casas pertencentes a moradores da Região Metropolitana de Recife, e de hotéis e pousadas. Isto implica que o setor de construção civil do município foi estimulado pela duplicação da BR-232, que intensificou o processo de turismo de final de semana em Gravatá. Este tipo de turismo tem outro efeito sobre o emprego de Gravatá, a elevada participação de pessoas empregadas em serviços domésticos (10,6%).

Tabela 10
Setor de atividade para população de 10 anos ou mais
com trabalho na semana anterior ao censo

Setor de Atividade	Bom Conselho	Buíque	Caruaru	Gravatá
Agropecuária	66,78	71,92	8,83	25,13
Milho	6,97	15,90	2,86	1,15
Mandioca	2,31	5,94	0,47	1,51
Outros produtos de lavoura temporária	45,86	35,50	2,20	2,40
Hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura	0,34	4,06	1,11	3,90
Cultivos agrícolas mal especificados	2,27	0,45	0,45	8,91
Criação de bovinos	6,78	5,59	0,46	1,81
Outros	2,26	4,47	1,29	5,45
Indústrias de transformação	2,14	3,65	18,60	9,52
Construção	2,07	2,73	5,60	6,42
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	8,66	5,87	28,55	17,99
Transporte, armazenagem e comunicações	2,03	1,62	5,77	6,14
Serviços domésticos	4,23	2,10	5,13	10,56
Outros	14,09	12,12	27,53	24,26
Total	15.640	14.421	99.034	22.670

Fonte: IBGE/Censo (2000).

A tabela 11 apresenta o emprego formal de 2005, obtido a partir da RAIS. Por tratar-se apenas do emprego formal, não é possível fazer estimativas precisas do volume atual de emprego dos municípios selecionados, mas permite retirar conclusões importantes, sobretudo acerca do emprego não agrícola e, indiretamente, da estrutura econômica de Gravatá e Caruaru. De forma esquemática são possíveis as seguintes conclusões a partir desta tabela:

1. A fragilidade das economias de Bom Conselho e de Buíque ficam evidentes, uma vez que 2/3 do emprego formal advém do setor público e o carro chefe da economia, a agricultura, não é capaz de gerar formalização no trabalho.
2. Caruaru e Gravatá apresentam economias mais diversificadas, com Caruaru destacando-se na indústria têxtil (14,5% do seu emprego formal está neste setor), no comércio atacadista (7,7% do emprego, sendo que grande parte deste comércio atacadista é especializado em produtos têxteis) e varejista (25,0%) e parcela significativa do emprego está espalhada em diversos setores (os “outros” totalizam 22,7%). Gravatá apresenta como setores importantes o alojamento (12,2%), comércio varejista (19,0%) e comercialização e administração de imóveis (12,7%). Em resumo, Caruaru é impulsionada pelo pólo têxtil e Gravatá pelo turismo de final de semana.
3. O pólo de móveis de Gravatá não é capaz de gerar emprego formal, o que demonstra a fragilidade do setor.

Tabela 11
Emprego formal dos principais setores dos municípios selecionados – 2005

	Bom Conselho	Buíque	Caruaru	Gravatá	Agreste	Pernambuco
Mad. e mobil.	3	14	214	46	1.027	4.225
Ind. Têxtil	5	-	5.098	16	9.753	18.365
Aloj. comunic.	58	114	2.747	658	10.089	88.765
Com. varej.	209	232	8.786	1.029	23.061	147.715
Com. atacad.	2	1	2.693	141	4.199	29.215
Adm. tec. prof.	10	4	1.295	686	3.562	103.838
Ensino	50	11	1.934	69	3.958	33.246
Adm. pública	1.203	1.511	3.774	1.784	57.024	326.590
Agricultura	128	248	570	213	4.621	56.305
Outros	110	34	7.972	773	20.477	287.287
Total	1.778	2.169	35.083	5.415	137.771	1.095.551

Fonte: RAIS/MTE, 2005.

5.4 Dinâmica populacional

Alguns elementos da dinâmica demográfica, como, por exemplo, crescimento populacional, migração e composição da população por sexo e idade, podem ser úteis para auxiliar a análise de nível de desenvolvimento de municípios, em perspectiva comparada. A taxa geométrica média de crescimento anual é um bom indicador para se analisar a atratividade migratória de um município, pois mostra o resultado da combinação do saldo migratório (diferença entre imigrantes e emigrantes) e do crescimento vegetativo (diferença entre nascimentos e mortes), e evidencia quanto o primeiro altera o ritmo do segundo de determinada localidade, entre períodos selecionados. Quando são comparados municípios de tamanhos diferentes, no entanto, o volume populacional de cada um deve ser levado em conta, pois se espera alterações menos pronunciadas quanto maior o tamanho do município.

Para o cálculo da taxa geométrica anual média de crescimento populacional, foram consideradas as populações dos municípios selecionados nos anos de 1980, 1991 e 2000. Segundo a tabela 12, conclui-se que o município de Bom Conselho expulsa população, tanto no primeiro período de referência como no segundo²², sendo o único a

²² Embora a taxa de crescimento para este período seja positiva, ela se encontra aquém do crescimento vegetativo esperado, portanto se afirma que o município perde população por emigração.

apresentar crescimento negativo entre 1980 e 1991; o movimento de saída é tão intenso que, mesmo com o crescimento positivo, porém tímido, observado entre 1991 e 2000, o período de 1980 a 2000 ainda representa diminuição de população em número absoluto. O fraco crescimento de Buíque para o primeiro período fica atrás, apenas, de Bom Conselho, mas, no segundo período, o município demonstra melhora na questão atratividade/fixação de moradores, tornando-se o segundo neste quesito. Caruaru é o lugar cuja população mais cresceu, tanto no primeiro quanto no segundo período, com índice superior ao do estado e do país (ver tabela 13). Tal crescimento é ainda mais importante quando se considera que este município é o maior dentre os analisados. Gravatá teve um bom crescimento no primeiro período, mas não manteve o mesmo ritmo no segundo, o que demonstra piora quanto ao poder de atração/fixação do município entre os períodos analisados.

Tabela 12
População e taxa geométrica média de crescimento ao ano
segundo o período escolhido, em municípios selecionados: 1980 a 2000

Município	População (em mil hab.)			Taxa geom. média de crescimento a.a.		
	1980 (1)	1991 (2)	2000 (3)	(1) a (2)	(2) a (3)	(1) a (3)
Bom Conselho	43,6	41,2	42,1	-0,53	0,24	-0,18
Buíque	36,4	38,1	44,2	0,43	1,65	0,98
Caruaru	172,5	213,7	253,6	1,96	1,92	1,95
Gravatá	52,5	61,5	67,3	1,45	1,00	1,25

Fonte: DATASUS. Tabulação própria.

A microrregião de Garanhuns, onde está localizado Bom Conselho, teve um desempenho fraco em termos de crescimento populacional nos períodos considerados, de acordo com a tabela 13; o município de Bom Conselho, por sua vez, teve um crescimento ainda mais fraco do que a média dos demais municípios da região, nos dois períodos, evidenciando perda líquida de população. No Vale do Ipanema nota-se o menor crescimento dentre as microrregiões analisadas; Buíque - situado nesta área - teve crescimento maior que o entorno no primeiro período e desempenho ainda mais expressivo no segundo, considerando-se os demais municípios da região. No Vale do Ipojuca observa-se o maior crescimento dentre as regiões consideradas, sendo superior até mesmo ao crescimento da população do estado de Pernambuco nos dois períodos; os municípios de Caruaru e Gravatá - localizados nesta microrregião - apresentam

desempenhos diferentes, como visto acima, pois Caruaru está sempre à frente da região como um todo, enquanto que Gravatá teve índice superior aos municípios do entorno somente no primeiro período.

Tabela 13
Taxa geométrica média de crescimento ao ano, segundo
o período escolhido, em regiões selecionadas: 1980 a 2000

Região	Tx cresc a.a.		
	1980 a 1991	1991 a 2000	1980 a 2000
Microrregião de Garanhuns (Bom Conselho)	0,42	0,78	0,58
Microrregião de V Ipanema (Buíque)	0,28	0,54	0,40
Microrregião de V Ipojuca (Caruaru e Gravatá)	1,38	1,27	1,33
Pernambuco (UF)	1,36	1,18	1,28
Brasil	1,93	1,63	1,79

Fonte: DATASUS. Tabulação própria.

5.4.1 Migração

Para a leitura da tabela 14, explica-se que a categoria de “não migrante” corresponde ao morador que nasceu e sempre viveu no município; os migrantes que responderam positivamente à pergunta “nasceu no município?” são considerados “imigrantes retornados”, mais especificamente “imigrantes retornados plenos” (esta qualidade adicional serve para diferenciá-los daqueles que retornaram à UF de nascimento, mas não ao município em que nasceram); a soma dos imigrantes retornados plenos com os todos os demais imigrantes resulta no estoque de imigrantes, não importando há quanto tempo ocorreu a fixação no município. Como pode ser observado na tabela 14, Bom Conselho e Buíque têm relativamente poucos imigrantes em sua população, mas Buíque é o que apresenta menor atratividade migratória; associando esta informação à análise do crescimento populacional acima (tabela 13), segundo a qual Buíque teve um crescimento importante entre 1991 e 2000, podemos concluir que o município apresenta um bom poder de fixação dos próprios moradores, ainda que não tenha atraído muitos imigrantes. Bom Conselho possui um maior percentual de imigrantes de outros municípios do que Buíque, porém seu crescimento populacional é baixo, podendo ser considerado como local de evasão populacional. Entre Caruaru e Gravatá, ambos com estoques expressivos de imigrantes, é o primeiro município que

evidencia maior poder de atração, mas não para retornados plenos, que aparecem em proporções semelhantes, e sim para pessoas de outros municípios.

Tabela 14
Distribuição da população por município de residência,
segundo o status migratório, em municípios selecionados: 2000

Município	Não migrante	Migrante		Total	N
		Nasceu neste Município?			
		Sim	Não		
Bom Conselho	84,18	3,45	12,37	100,00	42657
Buíque	87,54	2,77	9,69	100,00	45047
Caruaru	65,68	4,66	29,66	100,00	253635
Gravatá	74,83	4,83	20,34	100,00	67273

Fonte: Censo IBGE 2000. Tabulação própria.

Na tabela 15, a seguir, o residente de cada um dos municípios selecionados é agrupado em função da região brasileira em que residia anteriormente, caso tenha imigrado no intervalo de 10 anos anteriores ao Censo 2000: esta categoria é conhecida como “migrante de última etapa”, e não incorpora os migrantes internos do estado de residência no momento do Censo – Pernambuco, neste caso. Em Bom Conselho encontra-se a maior proporção de imigrantes vindos do Nordeste; Buíque, além de ter o menor estoque de imigrantes (tabela 14), é o município com menor proporção de imigrantes de última etapa; Caruaru, por sua vez, é o lugar que, tanto proporcional quanto absolutamente, mais atraiu pessoas nos dez anos anteriores ao Censo 2000 - migrantes vindo, em sua maioria, do Sudeste (vale lembrar que os migrantes do estado de Pernambuco não estão neste cômputo); em Gravatá encontra-se a maior proporção de imigrantes com última residência no Centro-Oeste (a análise do micro-dado mostra que a principal origem dentro da Região é o Distrito Federal). Combinando as informações sobre crescimento populacional e migração, mais uma vez, pode-se considerar Caruaru como o município de maior atratividade migratória.

Tabela 15
Distribuição da população segundo região do Brasil de residência anterior
(residentes no município há menos de 10 anos)

Município	Região de origem do migrante de última etapa						Demais residentes	Total %
	N	NE	SE	S	CO	Outra		
Bom Conselho	0,00	2,62	2,00	0,00	0,02	0,35	95,01	100,00
Buíque	0,02	0,41	2,25	0,03	0,04	0,24	97,01	100,00
Caruaru	0,19	1,74	2,58	0,04	0,14	0,62	94,68	100,00
Gravatá	0,27	0,68	2,15	0,05	0,20	0,28	96,38	100,00

Fonte: Censo IBGE 2000. Tabulação própria. Categoria “Outra” corresponde à soma das origens em país estrangeiro e região ignorada.

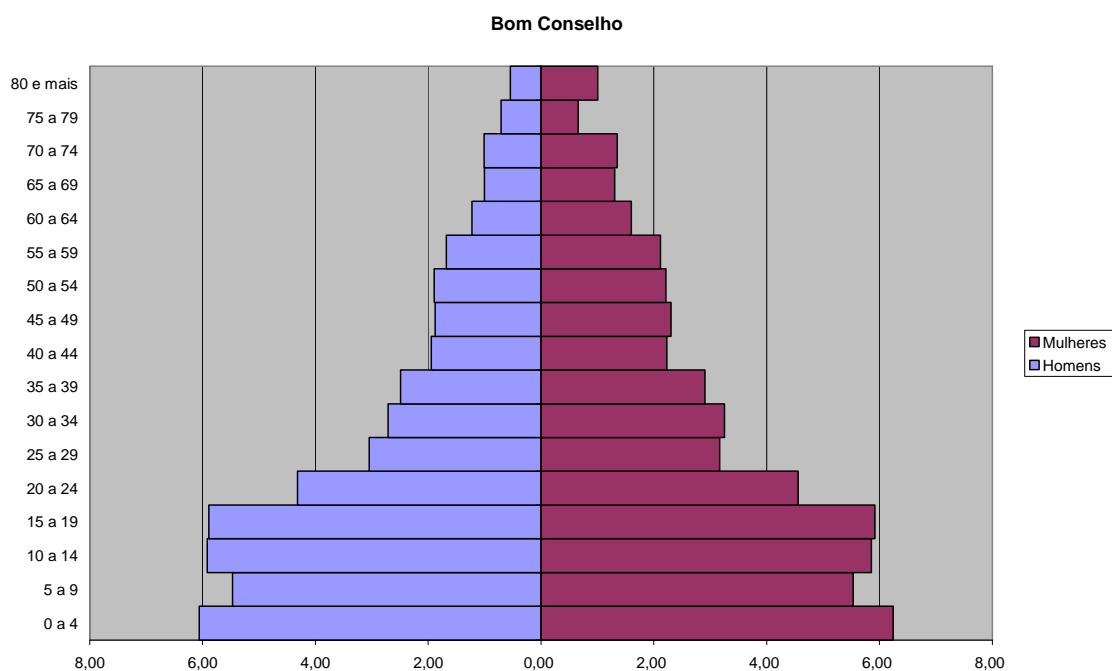
5.4.2 Pirâmide Etária

Os contornos das pirâmides etárias de Bom Conselho e Buíque (gráficos 8 e 9, respectivamente) revelam as descontinuidades típicas de pequenas populações. Tais descontinuidades resultam da combinação do problema de expansão de amostras de populações relativamente pequenas e do maior impacto em determinadas faixas etárias causado pela migração. Ambas são semelhantes, em termos de base larga e pico estreito, mas o formato da base de ambas reflete uma imigração seletiva por idade, com crianças e adolescentes na faixa de 0 a 19 anos, ainda mais pronunciada em Buíque do que em Bom Conselho. Também pode ser observada uma reentrância na faixa de 5 a 9 anos nas duas pirâmides, seguido pelo aumento da população na faixa de 0 a 4 anos. Pelo fato da taxa de fecundidade estar em queda de maneira regular nos últimos anos, o aumento de crianças na faixa de 0 a 4 anos pode ser interpretado como o resultado das parturições do maior número proporcional de mulheres na faixa de 20 a 24 anos, quando comparado às mulheres da faixa imediatamente superior (25 a 29 anos). O rápido estreitamento da pirâmide nas faixas de 25 a 49 anos, por outro lado, pode indicar a emigração dessas pessoas nos anos anteriores ao Censo, mas não necessariamente de período recente.

Caruaru e Gravatá têm pirâmides com contornos mais suavizados, próprios de populações maiores – quando comparadas aos municípios anteriores – e, conseqüentemente, com menores impactos localizados em determinadas faixas de idade, causados pela expansão da amostra ou pela migração (ver gráficos 10 e 11). Percebe-se o estreitamento gradual na parte inferior da pirâmide, nas faixas de 0 a 9 anos em

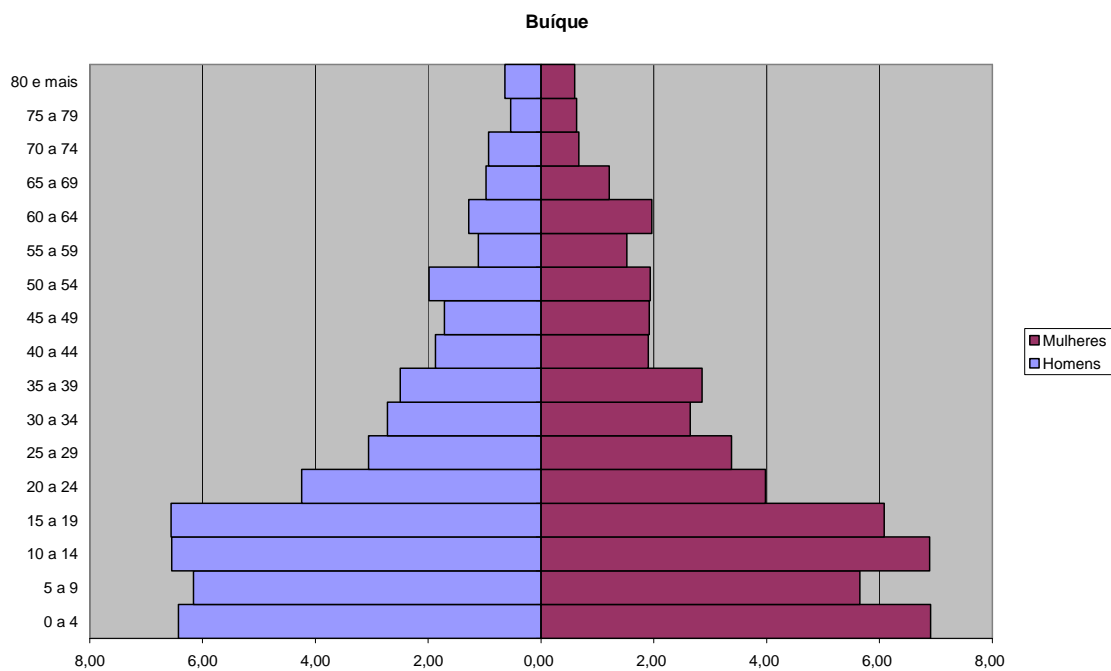
Caruaru e nas faixas de 0 a 14 anos em Gravatá, refletindo a forte queda nas taxas de fecundidade locais – assim como em todo o território nacional -, ocorrida nos últimos anos. A razão de sexos normalmente indica maior número de mulheres em idades mais avançadas, mas, nos casos analisados, as mulheres predominam de maneira mais intensa nas populações de Caruaru e Gravatá desde a faixa dos 25 a 29 anos. Essa superioridade pode estar associada a movimentos de população, tanto de ingresso de mulheres como de egresso de homens, em anos anteriores.

Gráfico 8
Distribuição da população residente por sexo segundo faixas de idade
Bom Conselho – 2000



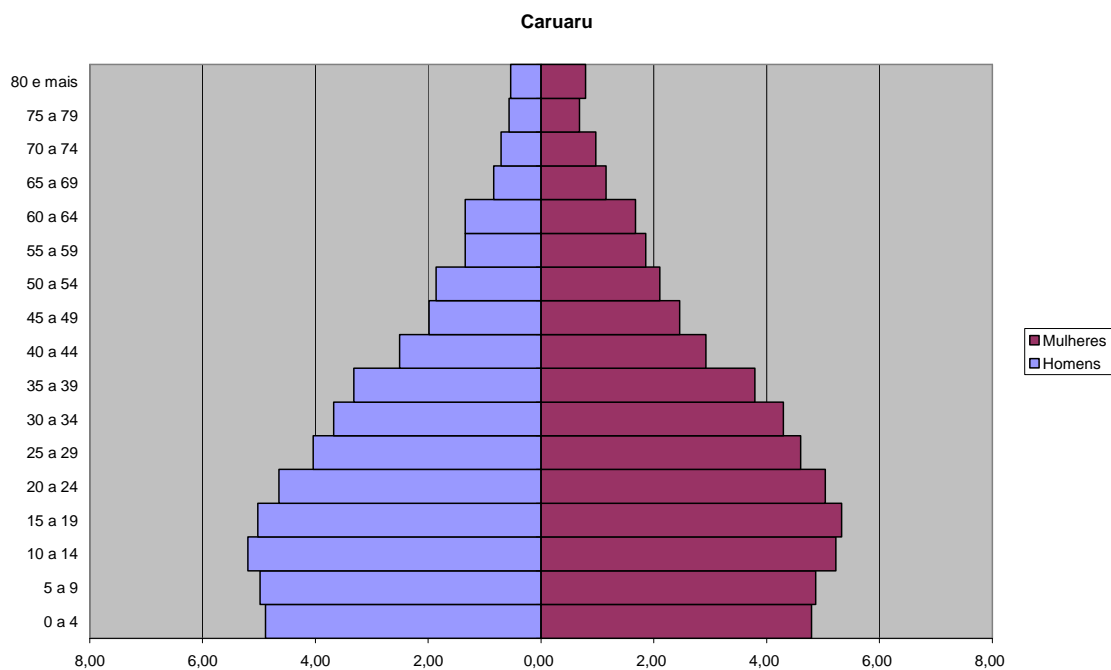
Fonte: Censo IBGE 2000.

Gráfico 9
Distribuição da população residente por sexo segundo faixas de idade
Buíque – 2000



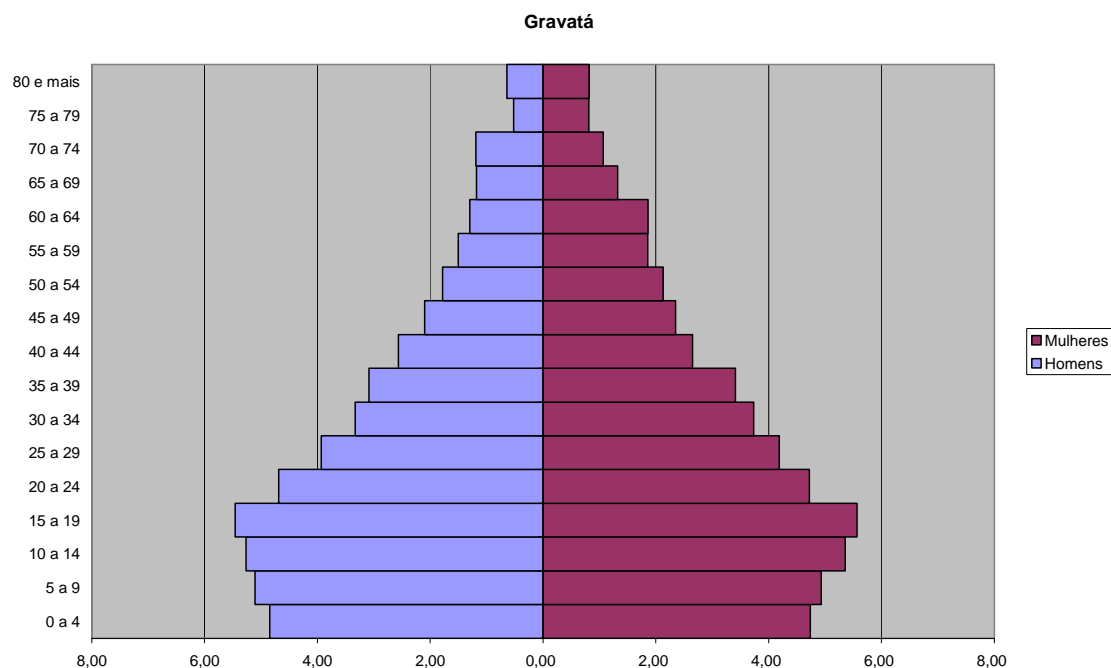
Fonte: Censo IBGE 2000.

Gráfico 10
Distribuição da população residente por sexo segundo faixas de idade
Caruaru – 2000



Fonte: Censo IBGE 2000.

Gráfico 11
Distribuição da população residente por sexo segundo faixas de idade
Gravatá – 2000



Fonte: Censo IBGE 2000.

5.5 Educação

Não se pode falar em desenvolvimento econômico e social de uma localidade sem considerar o nível educacional de sua população. O acesso a uma educação de qualidade é requisito essencial para a formação de uma mão-de-obra qualificada e, portanto, apta a tornar os mercados de bens e serviços mais dinâmicos e produtivos. Daí a necessidade de se avaliar o grau de desenvolvimento de um município através de seu sistema educacional e da escolaridade de sua população. Como este objetivo, nesta seção, são selecionados diversos indicadores educacionais que permitirão definir como está atualmente a educação em cada município de estudo e como a mesma evoluiu desde o Censo do IBGE de 1991.

De acordo com os dados secundários levantados, observa-se que a situação da educação nos municípios selecionados é definida em grande medida pelo desempenho do IDH, ou seja, municípios de IDH mais alto tendem a apresentar os

melhores desempenhos educacionais. Este resultado é uma consequência direta da própria construção do IDH que tem em um de seus componentes a taxa de alfabetização e de frequência escolar. De uma maneira geral, observa-se que as populações de Caruaru e Gravatá apresentam um nível educacional mais desenvolvido do que as de Buíque e Bom Conselho, reforçando o senso comum de que o nível educacional de uma população reflete o grau de desenvolvimento de uma localidade.

As tabelas 16 a 19 trazem um panorama da oferta de escolas e vagas por modalidade de ensino e dependência administrativa. Em todos os municípios a oferta escolar se concentra predominantemente na esfera pública, tendo as escolas de ensino fundamental maior concentração na esfera municipal e as de ensino médio na esfera estadual. A disponibilidade de escolas de ensino médio é bastante inferior a de ensino fundamental evidenciando que não há uma garantia da continuidade da educação, impossibilitando, assim, os indivíduos de obterem uma escolaridade mais elevada. Dos quatro municípios, apenas Caruaru possui escolas técnicas, e mesmo assim da esfera particular, ou seja, disponível apenas para os que podem pagar.

Apesar de Bom Conselho ter porte populacional semelhante ao de Buíque, esta última cidade possui maior número de escolas e matrículas no ensino fundamental. Entretanto, para o ensino médio, Bom Conselho apresenta mais escolas e alunos matriculados. Esta realidade traz uma consequência direta para a escolaridade média dessas duas populações, ou seja, por ter mais alunos em séries mais adiantadas, os cidadãos de Bom Conselho têm em média 3,29 anos de estudo, enquanto que os de Buíque possuem 2,18 anos, como será visto mais adiante.

Caruaru apresenta uma maior infra-estrutura escolar e seu sistema educacional é mais consolidado do que o dos demais municípios de estudo. Gravatá, embora mais populosa do que Bom Conselho e Buíque, tem uma reduzida oferta relativa de escolas e matrículas no ensino fundamental, em contrapartida, apresenta mais alunos matriculados no ensino médio. Até 2004, Gravatá não possuía escolas técnicas.

Tabela 16
Número de escolas e matrículas por modalidade
de ensino e dependência administrativa: Bom Conselho – 2004

Dependência administrativa	Fundamental		Médio		Técnico	
	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas
Total	73	10.071	4	1.987	0	0
Estadual	3	1.895	2	1.724	0	0
Municipal	68	7.638	1	132	0	0
Particular	2	538	1	131	0	0

Fonte: Secretaria de Educação - PE.

Tabela 17
Número de escolas e matrículas por modalidade
de ensino e dependência administrativa: Buíque – 2004

Dependência administrativa	Fundamental		Médio		Técnico	
	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas
Total	115	14.021	3	1.398	0	0
Estadual	9	3.577	2	1.307	0	0
Municipal	103	10.076	1	91	0	0
Particular	3	368	0	0	0	0

Fonte: Secretaria de Educação - PE.

Tabela 18
Número de escolas e matrículas por modalidade
de ensino e dependência administrativa: Caruaru – 2004

Dependência administrativa	Fundamental		Médio		Técnico	
	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas
Total	251	54.209	29	12.585	3	385
Estadual	27	21.383	15	9.213	0	0
Municipal	128	21.758	0	0	0	0
Particular	96	11.068	14	3.372	3	385

Fonte: Secretaria de Educação - PE.

Tabela 19
Número de escolas e matrículas por modalidade
de ensino e dependência administrativa: Gravatá – 2004

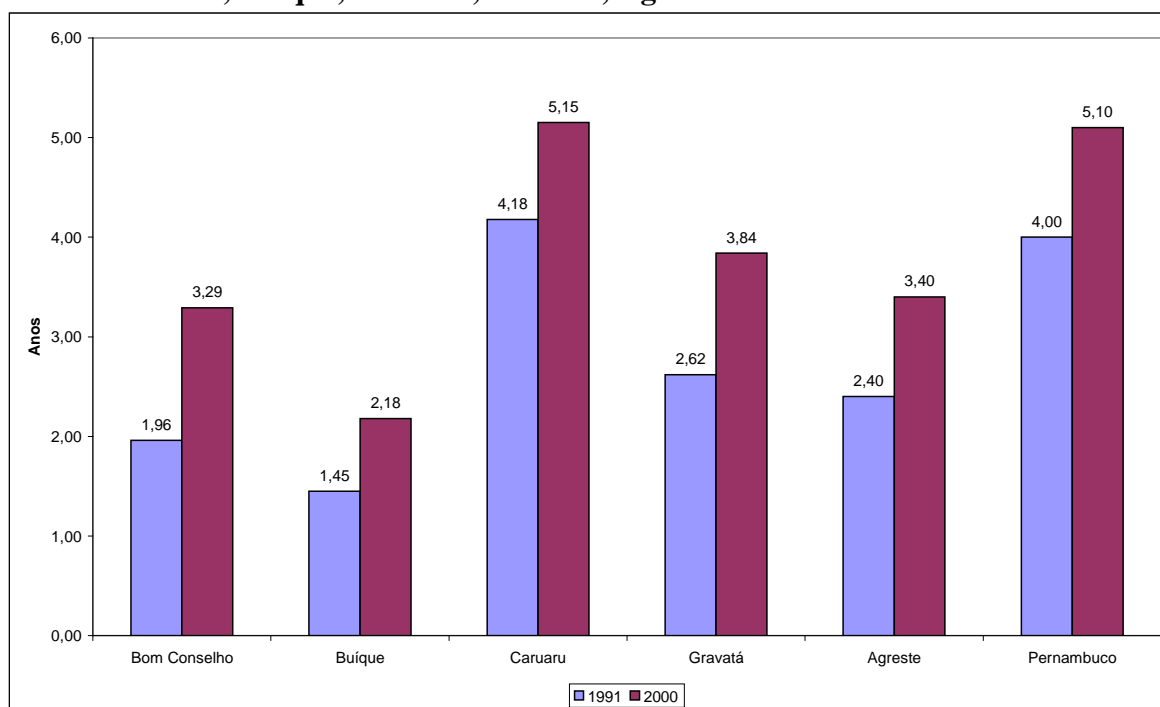
Dependência administrativa	Fundamental		Médio		Técnico	
	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas
Total	103	15.730	7	2.910	0	0
Estadual	6	4.473	4	2.687	0	0
Municipal	73	9.144	0	0	0	0
Particular	24	2.113	3	223	0	0

Fonte: Secretaria de Educação - PE.

O gráfico 12 traz as informações acerca da média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais dos municípios selecionados. Caruaru possui

indivíduos relativamente mais escolarizados, apresentando para o ano de 2000 um valor médio em torno de cinco anos de estudo, o que corresponde à quinta série do ensino fundamental. Buíque apresenta a menor escolaridade, em média sua população concluiu até somente a segunda série, no ano de 2000. Para este mesmo ano, os indivíduos de Gravatá concluíram em média até quase a quarta série e os de Bom Conselho até a terceira. Como já argumentado, o IDH está diretamente associado aos indicadores da educação. Buíque e Bom Conselho se encontram no grupo daqueles municípios com IDH abaixo da média da mesorregião do Agreste e assim sendo era de se esperar que esses municípios apresentassem uma escolaridade muito reduzida.

Gráfico 12
Anos médios de estudo de pessoas de 25 anos ou mais
Bom Conselho, Buíque, Caruaru, Gravatá, Agreste e Pernambuco – 1991 e 2000

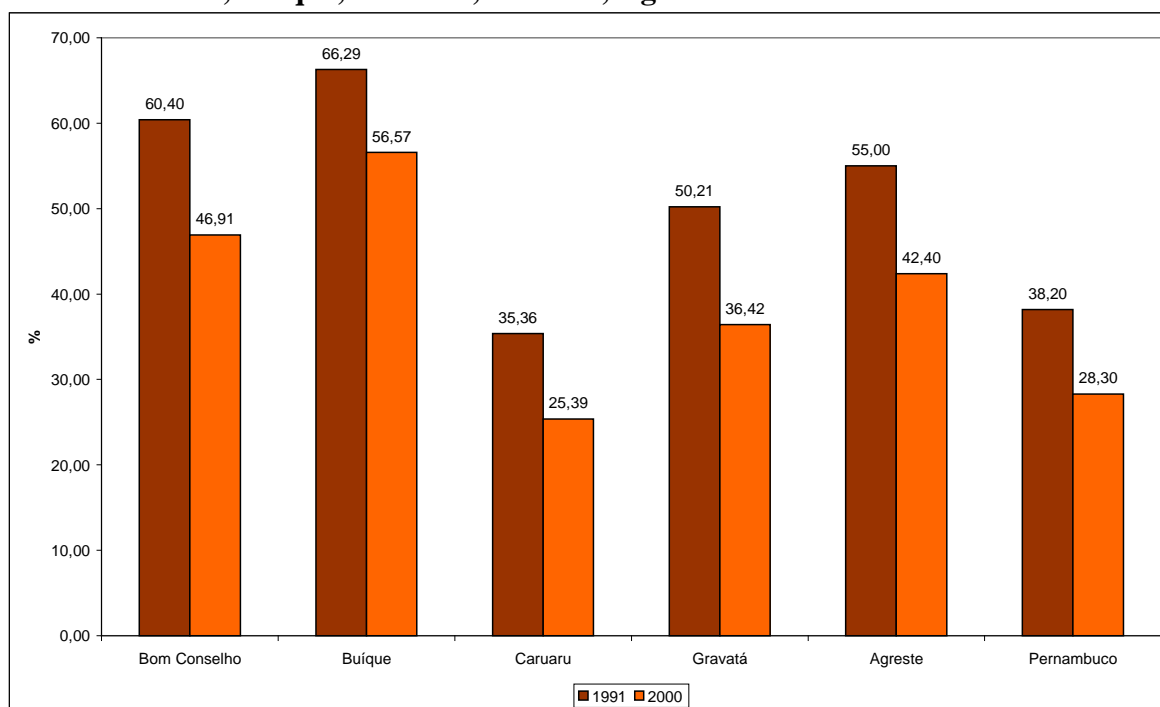


Fonte: Ipeadata a partir dos dados do Censo IBGE.

São significativamente elevados os percentuais de analfabetos nos municípios de Buíque e Bom Conselho, como mostra o gráfico 13. Em 2000, cerca de 57% e 47% das populações de Buíque e Bom Conselho, respectivamente, não tinham sido alfabetizadas. Caruaru e Gravatá já se encontram em melhor situação, embora Gravatá ainda apresente um percentual de analfabetos superior à média do estado. A

análise de tendência entre 1991 e 2000 mostra que Buíque e Bom Conselho não têm conseguido reverter o quadro de analfabetismo na mesma velocidade que Caruaru e Gravatá. Esta melhoria a um ritmo mais lento, por parte daqueles municípios, repete-se para os demais indicadores de educação que serão apresentados a seguir. Este é um dado preocupante, pois a situação educacional de Buíque e de Bom Conselho já é relativamente mais atrasada do que a de Caruaru e de Gravatá e, neste compasso, acentuar-se-á ainda mais a disparidade entre os dois grupos de municípios.

Gráfico 13
Percentual de analfabetismo entre pessoas de 25 anos ou mais
Bom Conselho, Buíque, Caruaru, Gravatá, Agreste e Pernambuco – 1991 e 2000



Fonte: Ipeadata a partir dos dados do Censo IBGE.

A tabela 20 traz informações sobre alunos de 7 a 14 anos que se encontram com mais de um ano de atraso na escola. Buíque, mais uma vez apresenta o pior desempenho, seguido de Bom Conselho. No ano de 2000, cerca de 56% e 49% dos alunos de Buíque e Bom Conselho, respectivamente, encontravam-se em defasagem escolar. Neste mesmo ano, Caruaru e Gravatá possuíam cerca de 33% e 37% de seus alunos com mais de um ano de atraso, percentuais inferiores ao verificado em todo

Agreste e estado (para o caso de Caruaru apenas). Entre 1991 e 2000, verifica-se ainda que essas duas cidades têm diminuído a defasagem escolar a um ritmo maior do que o Agreste, porém inferior à queda verificada no estado. Neste período, Bom Conselho e Buíque reduziram o problema da defasagem em cerca de 13%, uma queda ainda tímida comparada ao desempenho da mesorregião e do Estado.

Tabela 20
Defasagem escolar: percentual de alunos de 7 a 14 anos com mais de 1 ano atraso
Bom Conselho, Buíque, Caruaru, Gravatá, Agreste e Pernambuco – 1991 e 2000

Municípios	1991	2000	Varição 91-00
Bom Conselho	56,30%	49,19%	-12,62%
Buíque	64,57%	56,31%	-12,79%
Caruaru	42,19%	32,75%	-22,37%
Gravatá	47,46%	36,94%	-22,17%
Agreste	53,30%	42,60%	-20,08%
Pernambuco	48,30%	36,80%	-23,81%

Fonte: Ipeadata a partir dos dados do Censo IBGE.

Os dados de evasão escolar e de trabalho infantil apresentados nas tabelas 21 e 22 devem ser analisados conjuntamente, uma vez que a principal razão que leva a criança a trabalhar é a necessidade de contribuir com o orçamento familiar. São famílias que não têm como sustentar seus filhos e enfrentam problemas de restrição creditícia no mercado de crédito para financiar a educação dos filhos. Em 2000, os dados de evasão escolar para alunos de 7 a 14 anos não diferem muito entre os quatro municípios estudados, embora apresentem cifras superiores à média observada no estado. Entre 1991 e 2000, verifica-se uma redução expressiva da evasão escolar de no mínimo 59%, em todas as localidades da tabela 21. Buíque foi o município que apresentou a maior redução: a sua evasão escolar caiu em 80%, saindo de 50% para 10% no período considerado.

Tabela 21
Evasão escolar: percentual de pessoas de 7 a 14 anos fora da escola
Bom Conselho, Buíque, Caruaru, Gravatá, Agreste e Pernambuco – 1991 e 2000

Municípios	1991	2000	Varição 91-00
Bom Conselho	34,95%	11,98%	-65,72%
Buíque	50,23%	9,91%	-80,27%
Caruaru	22,77%	9,29%	-59,19%
Gravatá	31,03%	10,00%	-67,77%
Agreste	34,02%	9,98%	-70,66%
Pernambuco	26,03%	7,95%	-69,46%

Fonte: Ipeadata a partir dos dados do Censo IBGE.

Nas cidades de Bom Conselho e de Buíque, a significativa queda na evasão escolar não vem sendo acompanhada da redução do trabalho infantil, como mostram os dados da tabela 22. Muito pelo contrário, entre 1991 e 2000, aumentou o percentual de pessoas de 10 a 14 anos trabalhando, em 4% para Bom Conselho e 6% para Buíque. Atualmente esses municípios apresentam percentuais de trabalho infantil superiores àqueles observados no Agreste: de 15% e 16%, respectivamente. Considerando que a evasão diminuiu, mas o trabalho infantil aumentou, isto significa que essas crianças estão conciliando trabalho e estudo, o que por razões óbvias comprometem a qualidade do aprendizado.

Para os municípios de Caruaru e Gravatá, a redução da evasão escolar vem sendo acompanhada pela do trabalho infantil, embora que para este último indicador a um ritmo menor. Isto pode estar ocorrendo em função das diferenças de faixas etárias entre essas duas variáveis, é possível que crianças com menos de 10 anos tenham contribuído mais substancialmente para a redução da evasão escolar. Em 2000, essas duas cidades apresentavam percentuais de trabalho infantil correspondentes à metade daqueles verificados em Bom Conselho e Buíque.

Tabela 22
Trabalho infantil: percentual de pessoas de 10 a 14 anos trabalhando
Bom Conselho, Buíque, Caruaru, Gravatá, Agreste e Pernambuco – 1991 e 2000

Municípios	1991	2000	Variação 91-00
Bom Conselho	14,29%	14,84%	3,85%
Buíque	15,46%	16,40%	6,08%
Caruaru	10,83%	7,10%	-34,43%
Gravatá	11,25%	7,69%	-31,65%
Agreste	9,06%	7,96%	-12,14%
Pernambuco	14,82%	14,62%	-1,35%

Fonte: Ipeadata a partir dos dados do Censo IBGE.

A tabela 23 apresenta dois indicadores que refletem a qualidade do ensino na rede pública: são as taxas de desempenho e eficiência do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE). Em 2002, houve uma avaliação de todas as escolas da rede pública do estado com o intuito de examinar a aprendizagem do aluno, a eficiência da escola (através de suas taxas de aprovação), as condições de funcionamento das escolas, dentre outros aspectos. O aprendizado do aluno em cada escola foi medido através da taxa de desempenho que consiste na pontuação (índice de acertos) nas provas de português e matemática dos alunos da quarta e oitava séries do ensino fundamental e da terceira série do ensino médio. Os alunos da segunda série do ensino fundamental também foram avaliados somente para português. A eficiência da escola foi mensurada a partir da taxa de eficiência, a qual está associada à capacidade de aprovação e desistência (evasão) de cada estabelecimento de ensino.

Entre os quatro municípios estudados, os alunos da rede pública de Bom Conselho apresentaram o pior desempenho relativo nas avaliações de português e matemática. Em seguida vieram os alunos de Buíque. Os alunos de Caruaru e Gravatá tiveram um desempenho semelhante na aprendizagem dessas disciplinas. No que se refere à eficiência das escolas, Buíque se destacou dos demais municípios quanto à sua capacidade de aprovação, apresentando uma taxa de eficiência bem mais elevada. Contudo, há que se interpretar este dado de forma cautelosa, já que este município não apresentou uma boa performance quanto a vários outros indicadores educacionais, como por exemplo, incidência de analfabetismo, de trabalho infantil, defasagem escolar, anos médios de estudo e a própria taxa de desempenho. Dois aspectos devem, portanto, ser considerados na interpretação da eficiência escolar. Primeiramente, Buíque apresentou

uma queda significativa na evasão escolar de alunos com idade entre 7 e 14 anos, o que é uma conquista bastante positiva. Além disso, Buíque apresentou as maiores taxas de aprovação na escola fundamental²³. Ambos os fatos puxam para cima o valor da taxa de eficiência. No entanto, como este indicador não está correlacionado com os demais indicadores que refletem a qualidade do sistema educacional, pode-se inferir que os alunos nas escolas desta cidade estão sendo aprovados, mas seu aprendizado não tem sido eficaz.

Tabela 23
Taxas de desempenho e eficiência do SAEPE – 2002

Municípios	Desempenho	Eficiência
Bom Conselho	43,6	41,3
Buíque	47,2	54,0
Caruaru	49,0	43,9
Gravatá	49,2	46,3

Fonte: Secretaria de Educação e Cultura, 2002.

5.6. Saúde, saneamento e qualidade de vida

As condições de saúde de uma localidade são uma das dimensões de seu grau de desenvolvimento, pois reflete a qualidade de vida de sua população. Gozar de uma boa saúde é um requisito essencial para ser um trabalhador produtivo e para geração de filhos saudáveis. Indivíduos são saudáveis porque têm acesso à alimentação balanceada, a condições de saneamento adequadas, contam com uma oferta satisfatória quanto à infra-estrutura de saúde e também porque vivem em localidades menos sujeitas à violência. Ademais, uma população com saúde forma uma força de trabalho produtiva que possui trabalhadores capazes de se engajar em trabalhos que exijam condicionamento físico e que estejam aptos para assimilar eficientemente os conhecimentos que lhe são repassados na escola e futuramente no ambiente de trabalho. Sendo assim, entende-se porque os indicadores de saúde refletem muito mais do que apenas a saúde de sua população e, por tal, devem ser considerados na avaliação do grau de desenvolvimento de um lugar.

²³ Segundo dados do SAEPE, 2002, as taxas médias de aprovação no ensino fundamental foram de 76,55% para Buíque, 53,2% para Bom Conselho, 61,85% para Caruaru e 65,8% para Gravatá.

Amartya Sen aborda o conceito de desenvolvimento através de uma perspectiva da não privação das capacidades humanas e dentro deste contexto ele afirma que uma dada localidade não seria desenvolvida apenas em função de seu poder aquisitivo, mas sim através de um conjunto de variáveis que refletiriam a qualidade de vida de uma maneira mais ampla. Em geral, não se pode negar que há uma relação direta entre pobreza e saúde precária, contudo é possível que as condições de saúde e longevidade de uma população esteja muito mais atrelada a hábitos alimentares e incidência de violência do que ao nível de renda propriamente dito. Nesse sentido, para se ter um melhor panorama do grau de desenvolvimento de um dado lugar há que se considerar aspectos relativos à saúde isoladamente e examinar em que medida as condições de saúde se relacionam com as de renda, educação e qualidade de vida. Com este objetivo, nesta seção, são selecionados diversos indicadores que permitirão definir como está atualmente a saúde em cada município de estudo e como a mesma evoluiu desde o Censo do IBGE de 1991.

Assim como no caso dos indicadores de educação, as condições de saúde e qualidade de vida dos municípios de estudo se relacionam diretamente com os valores de IDH. Isto deriva da própria definição do IDH que tem como um de seus componentes a longevidade média de sua população. Regra geral, observa-se que os indivíduos de Caruaru e Gravatá apresentam condições de saúde mais desenvolvidas do que os de Buíque e Bom Conselho, reforçando o senso comum de que a saúde de uma população reflete o grau de desenvolvimento de uma localidade.

A tabela 24 traz a oferta da infra-estrutura hospitalar e dos profissionais da saúde para os quatro municípios investigados. Caruaru apresenta a maior taxa de leitos por habitante, pois dispõe de mais unidades hospitalares com e sem internação. Este é um município pólo que assiste aos moradores das cidades de seu entorno, inclusive os de Gravatá, fato que justifica sua reduzida oferta de infra-estrutura hospitalar, principalmente no que se refere a estabelecimentos com internação. Bom Conselho e Buíque têm uma rede hospitalar menor do que Caruaru e embora Buíque tenha um hospital a mais do que Bom Conselho, este último possui mais leitos por habitante.

Caruaru conta com maior disponibilidade relativa de profissionais da saúde de nível superior. Gravatá apresenta o segundo maior contingente per capita desses

profissionais, os quais atuam, sobretudo, nos estabelecimentos sem internação. De uma maneira geral, Bom Conselho possui uma infra-estrutura hospitalar e disponibilidade de profissionais maior do que Buíque, porém inferior a de Caruaru e semelhante a de Gravatá.

Tabela 24
Infra-estrutura hospitalar e profissionais da saúde
Bom Conselho, Buíque, Caruaru e Gravatá

Municípios	Taxa de leitos por mil hab 2003	Estabelec. com internação 2003	Estabelec. sem internação 2003	Pessoal de saúde¹ por mil hab 2002	Agentes de saúde por mil hab 2002
Bom Conselho	1,17	2	15	1,32	2,16
Buíque	1,53	1	17	0,79	0,97
Caruaru	2,20	7	91	4,13	1,05
Gravatá	0,42	1	22	2,10	0,93

Fonte: IBGE - Pesquisa de Assistência Médica Sanitária (AMS), 2002. SIH/SUS, 2003.

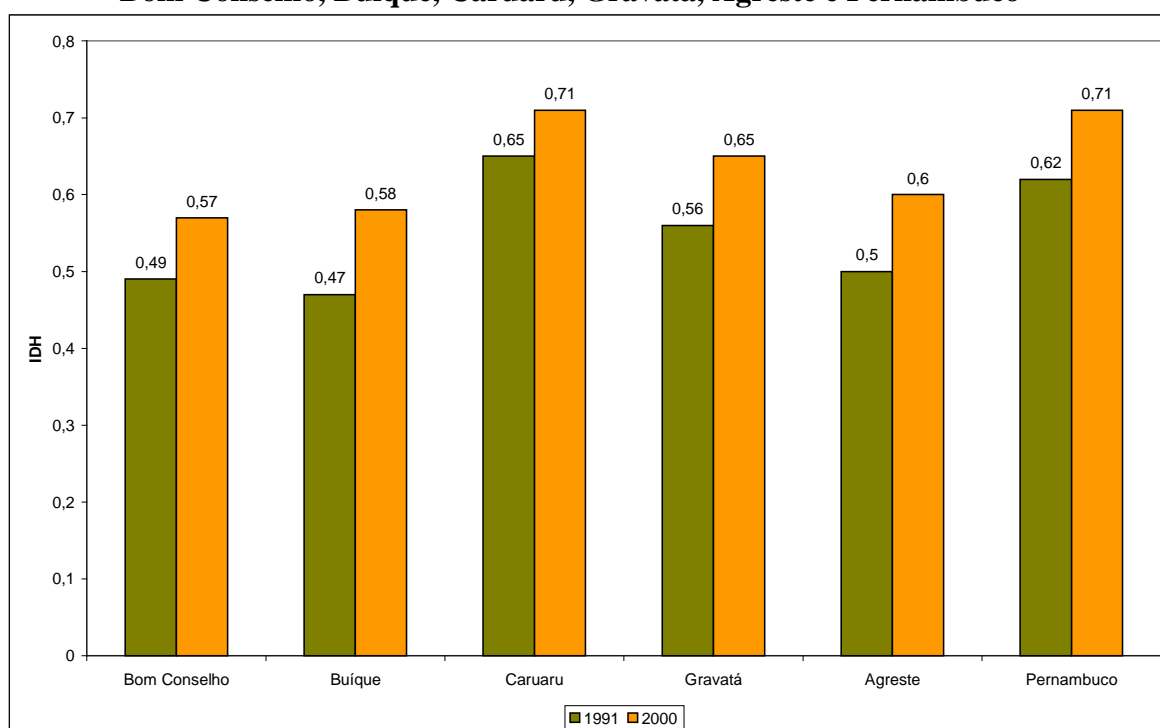
1: Profissionais de nível superior.

O gráfico 14 traz os valores do IDH para os quatro municípios selecionados. O IDH além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. Pela própria definição da metodologia de seleção dos grupos de municípios, Buíque e Bom Conselho apresentaram em 2000 valores de IDH inferiores à média observada no Agreste e esta região, por sua vez, encontra-se num patamar de desenvolvimento humano ainda menor do que o estado como um todo. Caruaru e Gravatá, por outro lado, integraram o grupo de municípios com IDH superior à média do Agreste, porém Gravatá apresentou um grau de desenvolvimento humano inferior ao do estado.

No período de 1991 a 2000, as cidades de Buíque e Bom Conselho apresentaram o maior crescimento no seu IDH, o que mostra uma tendência de

convergência desses municípios a patamares de desenvolvimento semelhantes ao dos de Caruaru e Gravatá.

Gráfico 14
IDH – 1991 e 2000
Bom Conselho, Buíque, Caruaru, Gravatá, Agreste e Pernambuco



Fonte: Ipeadata a partir dos dados do Censo IBGE.

Indicadores relativos à esperança de vida e mortalidade infantil são apresentados na tabela 25. No ano de 2000, as populações de Buíque e Bom Conselho viviam uma média de 3 a 4 anos a mais do que as de Caruaru e Gravatá, porém apresentavam maiores taxas de mortalidade infantil. Em Bom Conselho, município em que este tipo de mortalidade é mais severa, para cada mil nascidos vivos, cerca de 47 crianças morrem antes de completar 1 ano de idade²⁴.

²⁴ Vale salientar que a taxa de mortalidade infantil (TMI) é um indicador problemático em função da qualidade dos dados. O denominador da equação, que é o número de nascidos vivos de uma localidade, em determinado período, sofre problemas de cobertura e registro. O numerador, que corresponde ao número de óbitos de crianças com menos de 1 ano, ocorridos naquela localidade e naquele período, tem os problemas de cobertura e registro ainda maiores, especialmente no Nordeste do Brasil. O recurso utilizado para suavizar as deficiências da TMI, neste trabalho, foi a adoção da média de óbitos e de nascidos vivos para o período de 5 anos, em determinado município. Ainda assim, consideramos

Entre os anos de 1991 e 2000, Bom Conselho e Gravatá foram os municípios que mais ampliaram a longevidade de seus habitantes e também apresentaram maiores taxas de redução da mortalidade infantil. Este fato revela que há uma correlação inversa entre os dados de esperança de vida e mortalidade infantil, ou seja, quedas neste último indicador acarretam em incrementos na longevidade. Apesar disso, observa-se que embora Caruaru e Gravatá apresentem melhores valores de IDH e de mortalidade infantil do que Buíque e Bom Conselho, as populações das primeiras cidades vivem em média menos do que aquelas dos últimos municípios. Este resultado sugere que a violência pode estar atuando como um dos determinantes da longevidade da população. De fato, Caruaru e Gravatá apresentam maiores taxas de homicídios do que Buíque e Bom Conselho, como mostra o gráfico 15.

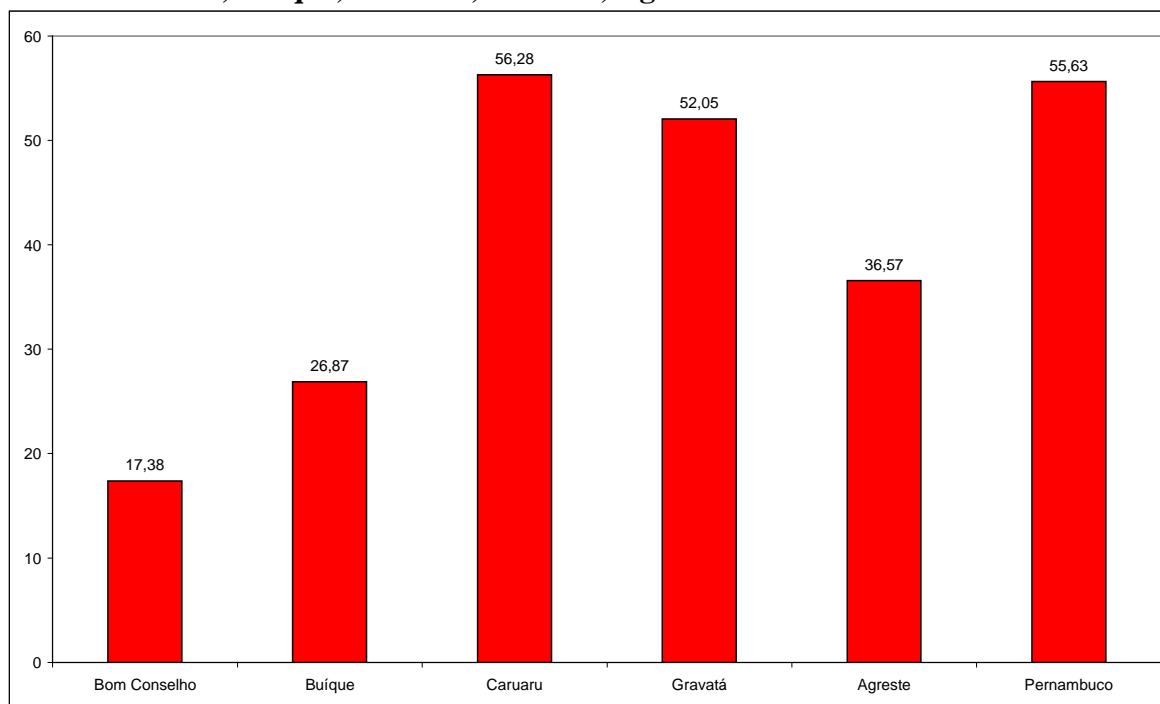
Tabela 25
Esperança de vida ao nascer e mortalidade infantil
Bom Conselho, Buíque, Caruaru e Gravatá

Municípios	Esperança de vida ao nascer 1991	Esperança de vida ao nascer 2000	Taxa de crescimento da esperança de vida 1991 a 2000	Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) - média de 1999 a 2004	Taxa de crescimento da mortalidade infantil 1999 a 2004
Bom Conselho	59,81	68,21	14,04%	46,88	-14,33%
Buíque	63,91	69,09	8,10%	37,28	1,10%
Caruaru	60,22	65,41	8,62%	23,97	-8,09%
Gravatá	57,47	65,57	14,10%	27,78	-9,66%

Fonte: Ipeadata a partir dos dados do Censo IBGE (dados para esperança de vida). SIM/SINASC (dados para mortalidade infantil).

apropriada a relativização das conclusões a respeito dessas taxas, ao compararmos os municípios analisados, em função da pouca confiabilidade que as estimativas diretas oferecem.

Gráfico 15
Taxas médias de homicídios por 100 mil habitantes
Bom Conselho, Buíque, Caruaru, Gravatá, Agreste e Pernambuco – 1999 a 2002



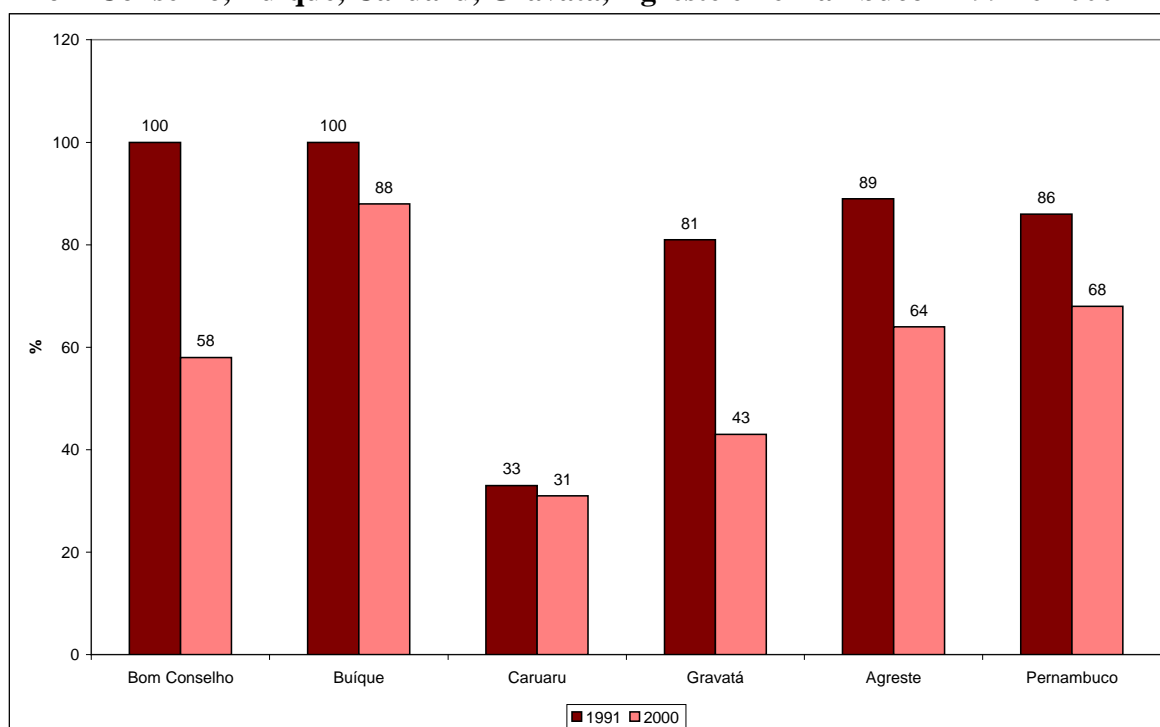
Fonte: Ipeadata a partir dos dados do SIM-DATASUS.

Em 1991, os municípios de estudo, com exceção de Caruaru, apresentavam graves problemas de saneamento básico. Em Buíque e Bom Conselho, a quase totalidade de seus domicílios não tinham esgotamento sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica ligada à rede pluvial, como se pode verificar no gráfico 16. Gravatá também apresentava alto índice de esgotamento inadequado (81%). A relação entre a qualidade do esgotamento sanitário e doenças é direta e, portanto, há que ser considerada na avaliação da qualidade de vida dos indivíduos. Um esgotamento inadequado represa água contaminada que fica em contato com os indivíduos ou ainda atinge os lençóis freáticos, o que cria, em ambos os casos, focos de doença.

Entre os anos de 1991 e 2000, Bom Conselho e Gravatá reduziram significativamente o problema de saneamento básico inadequado. Esses municípios ampliaram o percentual de domicílios ligados à rede geral ou com fossa séptica ligada à rede pluvial a uma magnitude superior à observada no Agreste e em todo o estado de Pernambuco. No período considerado, o município de Caruaru não apresentou

alterações na infra-estrutura de saneamento, uma vez que já dispunha de um alto índice de esgotamento sanitário adequado quando comparado às médias da mesorregião e do estado. Apenas Buíque permaneceu numa situação insatisfatória. Entre 1991 e 2000, este município não conseguiu ampliar de forma significativa a sua infra-estrutura de saneamento básico, contando ainda com 88% de seus domicílios com esgotamento sanitário inadequado.

Gráfico 16
Percentual de domicílios com esgotamento sanitário inadequado
Bom Conselho, Buíque, Caruaru, Gravatá, Agreste e Pernambuco – 1991 e 2000



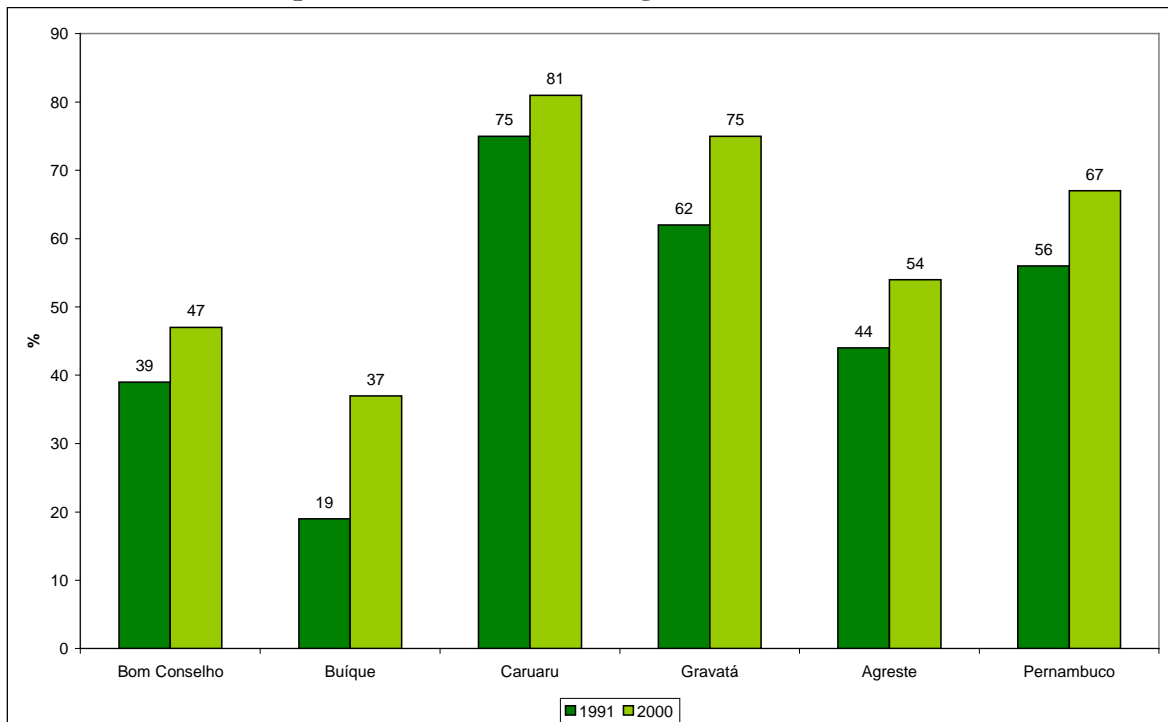
Fonte: Ipeadata a partir dos dados do Censo IBGE.

O gráfico 17 traz o percentual de pessoas que moram em domicílios com água encanada. É interessante observar a correlação entre o nível de desenvolvimento capturado pelo IDH dos municípios estudados e a oferta de infra-estrutura de saneamento, água e energia elétrica (ver gráficos 17 a 19). Apesar desses tipos de infra-estrutura não entrarem na composição do índice, verifica-se uma relação direta entre tais indicadores, o que revela o embricamento entre os diversos aspectos do bem-estar, fortalecendo a metodologia do trabalho na medida em que o dinamismo econômico, por

definição, é bem representado pelo crescimento do PIB per capita e a qualidade média de vida da população, cuja *proxy* utilizada é o IDH, está fortemente correlacionada com diversos indicadores sociais associadas ao bem-estar de uma população.

Para o ano de 2000, a grande maioria das populações de Caruaru e Gravatá morava em domicílios com água encanada e ambos os municípios apresentaram percentuais de acesso à água superiores àqueles observados no Agreste e em Pernambuco. Buíque apesar de ter apresentado o maior crescimento na oferta de água encanada no período de 1991 a 2000, ainda enfrenta problemas no abastecimento, já que para o ano de 2000 apenas 37% da sua população morava em residências com água encanada.

Gráfico 17
Percentual de pessoas morando em domicílios com água encanada
Bom Conselho, Buíque, Caruaru, Gravatá, Agreste e Pernambuco – 1991 e 2000

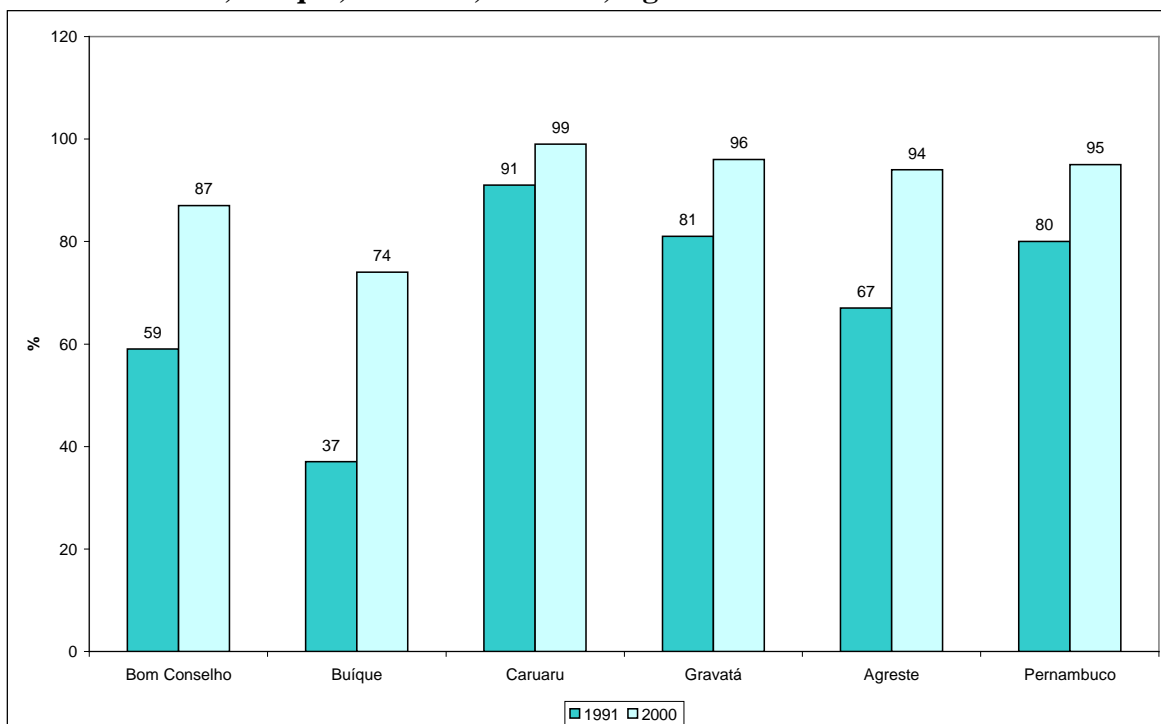


Fonte: Ipeadata a partir dos dados do Censo IBGE.

A análise de acesso à energia elétrica e de percentual de domicílios com tratamento de lixo inadequado se assemelha àquelas da infra-estrutura de água e

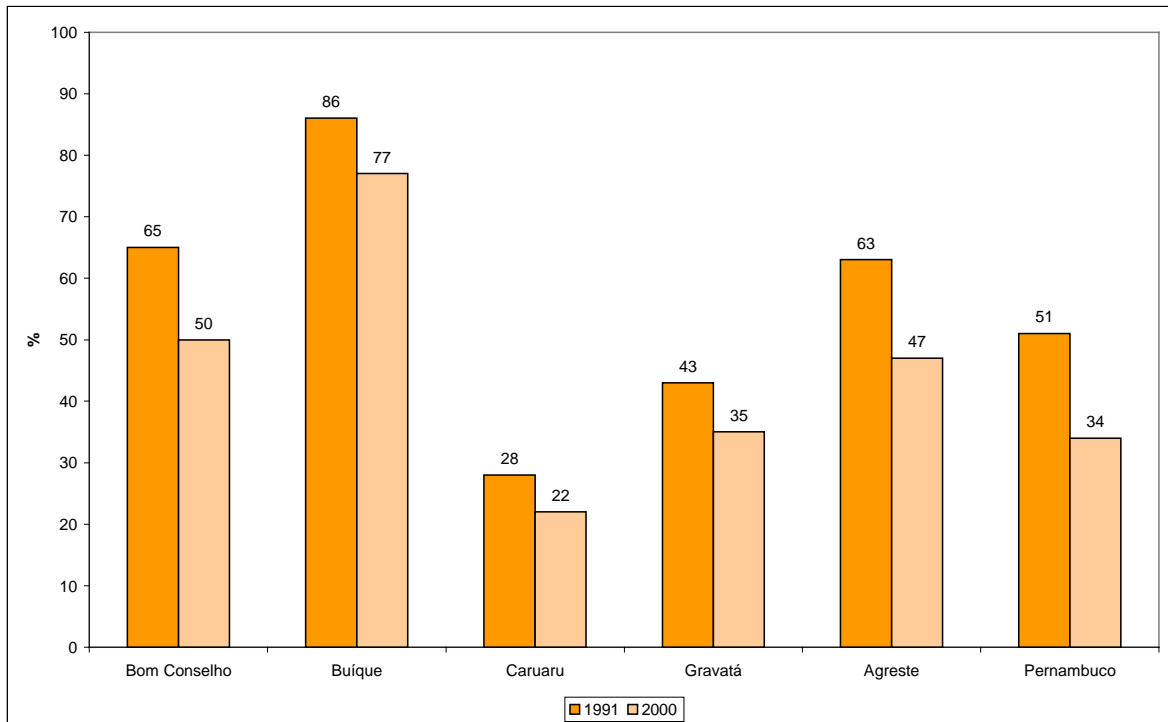
saneamento. Os gráficos 19 e 20 trazem as estatísticas para esses dois indicadores adicionais que medem a qualidade de vida da população.

Gráfico 19
Percentual de domicílios com energia elétrica
Bom Conselho, Buíque, Caruaru, Gravatá, Agreste e Pernambuco –1991 e 2000



Fonte: Ipeadata a partir dos dados do Censo IBGE.

Gráfico 20
Percentual de domicílios com tratamento de lixo inadequado
Bom Conselho, Buíque, Caruaru, Gravatá, Agreste e Pernambuco – 1991 e 2000



Fonte: Ipeadata a partir dos dados do Censo IBGE.

CAPÍTULO 6

O CAPITAL SOCIAL EM BOM CONSELHO

O acesso por estradas mal conservadas leva ao município de Bom Conselho. Para chegar à cidade partindo do Recife, é preciso percorrer as BRs 232 e 423 e a PE-218. Com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2000, inferior à média observada no Agreste (e esta região, por sua vez, num patamar de desenvolvimento humano ainda menor do que o Estado como um todo), Bom Conselho se assemelha ao município de Buíque em sua estrutura produtiva, conforme comentado anteriormente. O município participa com 1,7% do total do PIB da região, que corresponde a 15,1% do total do índice estadual.

A partir de 2003, é observado um crescimento real do PIB em Bom Conselho, fato que se repete nos quatro municípios estudados nesta pesquisa. O setor de serviços ocupa o primeiro lugar na composição deste índice na cidade, seguido da agropecuária. A indústria tem uma participação pequena no PIB, semelhante ao que ocorre em Buíque. O setor de serviços é relevante na composição do índice em virtude do “tamanho” da participação da administração pública. Segundo o Ministério do Trabalho, 67,66% do setor formal é ocupado por servidores públicos. O restante do setor formal é composto por várias atividades: o comércio varejista responde por 11,75% e a agropecuária por 7,2% (MTE/RAIS, 2005).

Bom Conselho conseguiu um crescimento acima de suas condições edafoclimáticas, ou seja, de seu capital natural (condições de clima e de solo) no período estudado. O município é o quinto maior produtor de bovinos e de leite e o segundo maior de feijão e batata doce do Estado de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM, 2007). Também é forte produtor de milho (IBGE, 2004). O município conseguiu, entre 1991 e 2000, obter uma redução do índice de desigualdade social, o oposto do que ocorreu em Buíque no mesmo período (PNUD/IPEA, 2000).

Foi neste município que uma das maiores empresas estatais produtoras de leite foi criada, a Companhia Industrial de Leite de Pernambuco (Cilpe), vendida em 1994 para o grupo italiano Parmalat. Os produtores de leite argumentam que a bacia leiteira foi prejudicada com o fim da Cilpe. Vários postos de coleta de leite foram

fechados, o que desestimulou a produção local. O processo de venda da Cilpe para a Parmalat por si seria motivo de descontentamento para os produtores, pois a empresa de capital estatal não fazia exigências sobre a qualidade do leite entregue e também possuía padrão de comercialização que conferia aos produtores um importante nível de subsídio. O fato de uma empresa privada passar a comprar o leite altera o nível de exigência de qualidade e o padrão de pagamento e preços adotados, diminuindo a rentabilidade do produtor. Além disso, a estratégia adotada pela Parmalat nos mercados em que atuava era, naquele momento, de adquirir os pequenos laticínios para fechá-los e assumir uma postura de quase monopólio, o que diminuía ainda mais a rentabilidade dos produtores.

Em 2004, dez anos após a compra da Cilpe, a Parmalat entrou em concordata em virtude de uma crise mundial que atingiu a empresa italiana. Isso levou à redução da produção da Parmalat em Pernambuco, e conseqüentemente à diminuição da compra do leite aos produtores locais. Se, num primeiro momento, estes produtores sofreram com a perda do preço subsidiado praticado anteriormente pela Cilpe e com a exigência da Parmalat por mais qualidade no leite fornecido pelos pecuaristas, num segundo momento eles sofreram com a redução da compra do produto em virtude da crise na fábrica italiana. Isso forçou os produtores locais a diversificar a produção e melhorar a qualidade do leite. O pedido de concordata ocorreu em janeiro de 2004 e em fevereiro foi feito pedido de empréstimo para salvar a empresa. Em junho do mesmo ano, a fábrica foi bloqueada até que a ação contra sua venda tivesse seu mérito julgado.

Agora, vencida esta fase, a expectativa é de que haja o incremento da economia local com a instalação da fábrica da Perdigão/Batavo na cidade. Para isso, a Prefeitura Municipal de Bom Conselho ofereceu uma redução no ICMS e doou cem hectares para a instalação da indústria, terreno comprado por cerca de R\$ 450 mil. A construção está sendo financiada pelo Banco do Brasil, através da Previ, com dispensa do ISS pela prefeitura. A expectativa é de que gere de 350 a 400 empregos, o que deve tornar a capacitação da mão-de-obra imprescindível. Com a chegada da fábrica, os pecuaristas locais deverão investir também na criação de suínos. De acordo com o secretário de Governo, Darlan Cavalcanti, a expectativa é de que todos os criadores

melhorem seu plantel porque sabem da possibilidade de comercialização. A operação da Perdigão está prevista para iniciar em dois anos (2009).

Bom Conselho tem uma localização estratégica, estando perto de vários centros urbanos: Maceió, Garanhuns, Caruaru, Palmeira dos Índios e Arapiraca. Esta localização foi um ponto importante na escolha da Perdigão em se instalar na cidade, uma vez que vai distar 270 quilômetros do Recife, 130 km de Maceió e 230 de Aracaju. Bom Conselho é o maior município em extensão do Agreste, com quatro distritos e três povoados. O Estado de Alagoas é abastecido de frutas e verduras, principalmente banana, pela produção agrícola de Bom Conselho.

A cidade possui três microclimas: mata (com cultivo de caju e responsável pela produção de aproximadamente 15,4% do leite do município); sertão (com cultivo de umbu e responsável por 53,8% do leite); e agreste (plantio de caju e produção de 30,8% do leite). O sertão é considerado a bacia leiteira do município em virtude do clima, que favorece a adaptação do gado de leite mestiço. Os três climas existentes na cidade favorecem tanto a pecuária (sertão e agreste) como a agricultura (mata), embora a diversidade climática dificulte a inserção em uma política pública de desenvolvimento específica.

Apesar de estar crescendo acima de suas condições naturais, Bom Conselho não conta com redes associativistas capazes de garantir um capital social fortalecido e que possa interferir nas políticas de desenvolvimento local. Observa-se no município uma maior tentativa de construção de capital social em torno do segmento agropecuário. Das três cooperativas de leite existentes no município, uma delas, a Coaleão, é na verdade uma instituição privada, “*com dono*”, como afirmam os produtores rurais. As outras duas são consideradas em decadência, embora alguns produtores estejam engajados no sentido de revitalizá-las.

A presença de trabalhadores rurais em grupos focais organizados por esta pesquisa foi significativamente maior na cidade de Bom Conselho do que de Buíque. Foi possível reunir cerca de 30 participantes no grupo focal de trabalhadores e produtores rurais no município em análise. Mesmo com uma organização associativista de artesãos, a cidade não dispõe de um capital cultural forte, que possa ajudar a

construir uma indústria do turismo, uma vez que não conta com reservas ecológicas naturais e iniciativas que atraiam turistas à região.

Segundo o secretário de Governo, as ações políticas da prefeitura são normalmente comunicadas através de reuniões de pais nas escolas públicas. O prefeito de Bom Conselho frequenta estes encontros, realizados duas vezes por semestre. Como a frequência dos pais chega a 80%, o espaço favorece que sejam feitas reivindicações. “*É um contato político*”, de acordo com o secretário. Entretanto, ele ressalta que a população é desinteressada acerca das ações da prefeitura, fazendo pedidos em benefício próprio, sem pensar na coletividade.

O governo municipal, porém, é considerado negligente por não exigir o cumprimento de acordos firmados com os trabalhadores organizados em associações, como, por exemplo, o programa que previa a doação de uma vaca para cada pequeno produtor, deixando-o responsável em doar a primeira cria para outro pequeno produtor, e que não foi cumprido. Para o secretário de Governo, “*o paternalismo gerou vício, desde a época da ditadura, por conta do perdão de dívidas feito regularmente. É a cultura do perdão*”.

Algumas das dificuldades apontadas pelos agentes consultados na pesquisa são a obtenção de sementes, a construção de escolas para a educação de adultos e a construção de sede própria para as associações. Isso poderia ser favorecido a partir de uma mudança de mentalidade que levasse a uma maior organização do capital social para a reivindicação dessas ações na esfera pública local: o Conselho Municipal de Desenvolvimento e a Câmara de Vereadores, além da Prefeitura Municipal e de outras instâncias do poder público do Estado.

Organizações não-governamentais e entidades como Lions, Rotary, Maçonaria, Sebrae e Sesi, de acordo com a prefeitura, fazem parcerias, especialmente para a realização de cursos como corte e costura e eletricitista, e para a realização de gincanas e bingos com o objetivo de arrecadar recursos para pessoas carentes do município. O quadro abaixo indica como está a organização local, para se começar a medir o capital social em Bom Conselho, conforme as tabelas 26 e 27:

Tabela 26
Consultas realizadas em Bom Conselho

Entidade	Modalidade da consulta	Entrevistado
1. Secretaria de Governo/Prefeitura	Entrevista	Darlan Cavalcanti - Secretário
2. Conselho Municipal de Assistência Social	Entrevista	Milene – Representante do Conselho
3. Câmara dos Dirigentes Lojistas	Entrevista	José Hermínio Amaral – Presidente
4. Associação Comercial	Entrevista	Mábio Tenório – Presidente
5. Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	Entrevista	Nazário Filho - Presidente
6. Alami Laticínios	Entrevista	Proprietário
7. Granja Tamanduá	Entrevista	Proprietário
8. Produtores/trabalhadores agropecuários	Grupo focal	Cerca de 25 a 30 participantes, dentre eles: produtores e trabalhadores rurais, presidentes de associações e representantes de sindicatos
9. Associação de Artesãos	Grupo focal	Cerca de 10 a 15 artesãos associados

Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pelas Secretarias Municipais, Prefeitura e pesquisa de campo.

A tabela 27 apresenta a posição relativa de Bom Conselho no mapeamento de instituições realizado para a pesquisa. O número de instituições levantadas corresponde ao número de associações, ONGs, entidades públicas etc que compõem o capital social do município e que foram mapeadas no levantamento junto a órgãos estaduais, municipais e também junto às próprias instituições consultadas. Este número não corresponde ao total de entrevistados, mas é um dos indicadores da densidade do capital social do município. A linha total corresponde ao somatório levantado nos quatro municípios da pesquisa. Bom Conselho apresenta 20,7% das instituições, mas por seu menor porte tem uma densidade mais elevada que a média dos quatro municípios.

Tabela 27
Número de instituições de capital social em Bom Conselho

Município	Nº de instituições levantadas	Nº de instituições levantadas por mil habitantes¹
Bom Conselho	53	1,25
Total	256	0,60

Fonte: Elaboração própria com base nos dados levantados em Secretarias de Governo ou Conselhos Municipais.

1: Foram utilizadas estimativas populacionais do IBGE para o ano de 2004.

Como nos outros municípios estudados, não é possível aferir o funcionamento efetivo de todas as instituições. O representante da Coaleão, por exemplo, não recebeu a equipe de pesquisa, o que a impediu de ouvir a versão da instituição acerca de sua relevância na economia e sua participação no capital social local.

6.1 O capital social na agropecuária

A pecuária leiteira é a atividade agropecuária mais forte de Bom Conselho e será comentada adiante no item 6.1.1. Além da criação de gado para produção de leite e abate, o município também possui criação de pintos de um dia. A Granja Tamanduá mantém um consórcio com os granjeiros do município, fornecendo ração para a criação dos animais. Com 45 dias, os frangos são vendidos, com cerca de 2,1 kg, e abatidos no município de Belo Jardim. Em seguida, são revendidos em supermercados. O formato de produção das granjas em consórcio com a Tamanduá segue o padrão desenvolvido no sul do Brasil pela Sadia e pela Perdigão, o que aumenta as chances de que o empreendimento seja bem-sucedido, tendo em vista que já existe uma cultura de integração no município.

A prefeitura contabiliza 33 associações rurais com as quais faz um trabalho de distribuição de cestas básicas, via Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Para o secretário de Governo, os agricultores se organizam em associações apenas com objetivos imediatistas. É importante lembrar que este número de associações beneficiadas pelo recebimento de cestas básicas não corresponde ao total de associações de produtores rurais cadastradas no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bom Conselho.

O secretário de Governo ressalta que as entidades do meio rural são espalhadas pelo município e os associados têm intenção apenas de receber ajuda dos programas assistenciais dos governos estadual e federal: *“não fazem nada em prol deles mesmos, não criam bancos de sementes, fundo de reserva. É um problema cultural. Não tem uma pessoa que trabalhe a questão do cooperativismo”*. A governança na agropecuária pode ser assim identificada:

- ✓ Prefeitura municipal – incentivo para a formação de uma cooperativa de produtores de castanha de caju;
- ✓ Conselho Municipal de Desenvolvimento – reúne produtores e sindicatos de trabalhadores, com reuniões mensais;
- ✓ Ipa – disponibilidade de técnico e veterinário para os trabalhadores e produtores rurais;
- ✓ Fundação Bradesco – realização de cursos para técnico agrícola;
- ✓ Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf) – apoio às associações de trabalhadores rurais. Integra o Conselho de Desenvolvimento;
- ✓ Sindicato dos Trabalhadores Rurais – reúne trabalhadores rurais e representantes de associações;
- ✓ Associações rurais – reúne agricultores nas diversas regiões do município.

Há um número relevante de associações rurais, que enfrentam sérios problemas de inadimplência com a Receita Federal. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do município (Sintraf), Nazário Filho, houve incentivo da prefeitura para a criação dessas associações a partir de 1995, mas a falta de assistência levou à falta de estrutura e ao fechamento de algumas entidades.

A intensificação da criação destas associações está diretamente ligada à estratégia do Governo do Estado, através do programa Renascer. Este programa tinha como objetivo apoiar o produtor do campo, mas sua sistemática de atuação é baseada na coletividade. Portanto, para que os agricultores do município pudessem ser atendidos

era preciso que houvessem associações para intermediar os pleitos dos mesmos junto às secretarias municipais e estaduais.

A partir de 2004, com a criação do Sintraf, as associações passaram a receber assistência para solucionar problemas financeiros e fiscais. Atualmente, a entidade mantém uma relação direta com 17 associações rurais. De acordo com Nazário Filho, em Bom Conselho, as associações urbanas são menos organizadas do que as rurais.

Em 2005, foi firmado um convênio entre o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e o Ministério de Desenvolvimento Agrário para qualificar os trabalhadores e garantir acesso aos projetos de financiamento para a agricultura. Entre agosto de 2005 e agosto de 2006, a entidade sindical assinou carta de aptidão para diversos trabalhadores, garantindo a liberação de R\$ 2 milhões na linha do Pronaf.

Para o produtor e ex-secretário de Agricultura de Bom Conselho, Edson de Oliveira Ferro, os pequenos agricultores do município são os mais organizados do Estado. Segundo ele, são 43 entidades registradas. Entretanto, os agricultores afirmaram que muitas foram fundadas, mas não funcionam efetivamente. As associações atuam especialmente para reivindicar a construção de cisternas, de casas, instalação de eletrificação rural e a elaboração de projetos do Pronaf. Os presidentes das entidades afirmam que aos poucos o comparecimento e a participação dos associados estão melhorando.

No grupo focal que reuniu produtores e agricultores rurais (ver foto 7), falou-se sobre o deslocamento de sete mil trabalhadores para o sul do país para realizar o corte da cana. Neste ponto da discussão ficou claro que não eram de todos os distritos do município que saíam trabalhadores para o corte da cana, mas principalmente os residentes nos distritos onde o microclima é típico do sertão, mais seco e com menor potencial agrícola. Isso reflete o problema do desemprego no município.

Foto 7
Grupo focal da agropecuária – Bom Conselho



Foto: Ivone Medeiros

A concessão do bolsa família é considerado fundamental, uma vez que afastou os desempregados “*da porta da prefeitura, onde iam pedir cesta básica e remédio*”. Entretanto, foi destacada por algumas associações a acomodação por parte dos que recebem ajuda dos programas sociais. Segundo alguns integrantes do grupo, “*há terras do município para o trabalho, cedidas em comodato, mas muitos não querem*”.

Com o crescimento da produção de castanha de caju em Bom Conselho, a prefeitura está estimulando a formação de uma cooperativa de produtores, uma vez que já há uma fábrica de beneficiamento da castanha em processo de instalação. A intenção da cooperativa é oferecer treinamento para que os trabalhadores estejam aptos para o beneficiamento. Deve-se empregar cerca de 40 pessoas na cooperativa, mas a prefeitura ainda não tem garantias de que vai conseguir estimular a formação da instituição.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento é considerado muito atuante. Os produtores se dizem conscientes da importância de pagar os empréstimos, normalmente obtidos através do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. Entretanto, o presidente do Sintraf garante que os projetos do Pró-rural aprovados via Conselho Municipal somente se tornaram acessíveis a uma maior quantidade de trabalhadores rurais após a intervenção do sindicato, que integra o Conselho.

A atuação da Empresa Pernambucana de Agropecuária (Ipa) em Bom Conselho é considerada importante, por dispor de técnicos e de veterinários para prestar assistência nas terras dos produtores rurais. Já a Fundação Bradesco, situada em Garanhuns, mas próxima a Bom Conselho, tem um papel relevante na realização de cursos para técnico agrícola.

A possibilidade de constituição e de fortalecimento das cooperativas parece ser possível somente a partir de uma mudança de cultura. O pensamento da população local é individualista, embora muitos afirmem ser a favor de práticas associativistas. A inexistência de cursos de nível superior e a concentração das escolas de nível fundamental na área urbana dificultam uma ação mais efetiva na mudança desta mentalidade.

Para o presidente do Sintraf, falta capacitação para os trabalhadores no sentido de modificar o pensamento individualista e favorecer o associativismo. Ele afirma: *“nem todos conseguem ver a importância da associação como lugar de obter um sucesso coletivo. Só procuram a associação na hora em que precisam, assim como o sindicato. Falta formação política e associativista”*.

O resultado da precariedade do associativismo é a retirada dos financiamentos em virtude de uma série de problemas que poderiam ser solucionados coletivamente. Entre eles, a falta de documentação que comprove a posse da terra, a dificuldade de comunicação com a gerência do banco local sobre as condições para obter os empréstimos, as informações insuficientes sobre as linhas de crédito disponíveis e sobre a elaboração de projetos.

6.1.1 O capital social na bacia leiteira

A cidade conta com algumas fábricas de leite e derivados, como a Alami, a Leta e a Dalely. Embora estejam consolidadas, ainda precisam de incentivos para continuar a garantir seu papel na economia local. Existem também três cooperativas de leite, mas apenas uma atua efetivamente na comercialização do leite.

Os produtores rurais se ressentem do fim da Cilpe. No grupo focal realizado com produtores e trabalhadores rurais, um deles afirmou: *“época boa do leite foi no*

período da Cilpe". Segundo o secretário de Governo, há mais de 30 anos o leite é uma atividade relevante em Bom Conselho. Além da estatal produtora de leite, o município possuía, nos anos 60, a Laticínios Santa Maria, produtora de queijo prato, mussarela e manteiga. A fábrica faliu e seu prédio foi vendido à Cilpe na época.

De acordo com o secretário, a prefeitura não interviu na venda da estatal à Parmalat. À época, a Cilpe vendia leite pasteurizado com um teor de gordura de 2,3% (o leite natural possui 4% e há vacas que produzem leite com até 4,5% de gordura). Com a diluição do leite em água, foi reduzido o teor de gordura. A falta de controle de qualidade do produto levou a Cilpe a dar prejuízo, o que favoreceu a sua privatização. Para indicar as condições de governança no setor leiteiro, os seguintes agentes foram identificados:

- ✓ Prefeitura municipal – organização de um sistema de consórcio com pecuaristas para melhoria do valor genético do rebanho. Doação de terreno para instalação da indústria da Perdigão, que deve fabricar produtos embutidos (de origem suína) e lácteos;
- ✓ Ipa – responsável pelo estudo para melhoria do gado, levando a um incremento da produção no período de dois e três anos;
- ✓ Conselho Municipal de Desenvolvimento – reúne produtores e sindicatos de trabalhadores, com reuniões mensais;
- ✓ Sindicato de Trabalhadores na Agricultura Familiar – apoio às associações de trabalhadores rurais. Integra o Conselho de Desenvolvimento;
- ✓ Sindicato dos Trabalhadores Rurais – reúne trabalhadores rurais e representantes de associações;
- ✓ Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) – congrega o segmento de laticínios do município;
- ✓ Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil – oferta de linhas de financiamento para produtores de leite.

A cidade possui uma história cooperativista, se forem consideradas as cooperativas existentes na bacia leiteira no passado, mas a decadência e a falta de

estímulo para sua revitalização são problemas que precisam ser enfrentados. Os produtores de leite identificaram a existência de três cooperativas em Bom Conselho. A primeira delas, a Coaleão, é uma cooperativa privada com 15 anos de existência. De acordo com o secretário de Governo, a entidade funciona nos moldes das cooperativas do sul do país. Ninguém soube informar quantos produtores são vinculados à Coaleão. Esta instituição funciona como uma intermediária da produção de leite local. Os trabalhadores rurais vendem diariamente a sua produção para a Coaleão, a única que possui resfriadores para o armazenamento adequado do produto. A política de preços praticados depende da qualidade e da quantidade de leite por produtor.

Houve unanimidade entre os agricultores presentes no grupo focal de que a forma de atuação da Coaleão não era condizente com o espírito cooperativista. Desde sua fundação a direção ficou a cargo da mesma pessoa, que foi seu principal fundador. A forma de comercialização e gestão da cooperativa não é transparente, fazendo com que, apesar da estrutura legal, os associados vejam a cooperativa como “*pertencente*” ao seu presidente. O fato de uma cooperativa ter atuação neste formato, em ambiente de descontentamento, revela baixo capital social na parcela da população do município que mais participação foi identificada.

Já a Cooperativa Agropecuária de Bom Conselho chegou a contar com cinco mil sócios, possuindo um patrimônio elevado que foi sendo vendido e agora se encontra paralisada. O produtor Edson Ferro destacou a importância de revitalizá-la. Alguns, porém, consideram a sua paralisação um fato consumado. O ex-secretário de Agricultura se queixa da falta de entusiasmo pela reabertura da cooperativa, que conta atualmente com apenas 30 sócios.

Quando funcionava, a entidade emprestava dinheiro aos pequenos produtores, mas com a decadência, teve seus imóveis vendidos. De acordo com o grupo consultado, a decadência decorreu de “*má administração e roubo*”. No tempo em que era forte politicamente, chegou a intervir na produção de algodão, oferecia linhas de crédito e fornecia ração para os produtores a preços acessíveis.

A terceira entidade é a Cooperativa de Produtores de Leite do Logradouro dos Leões (Coplasa), a primeira a ser criada no sertão de Bom Conselho. O “*dono*” da Coaleão era sócio da Coplasa antes de fundar a sua cooperativa. Aos poucos, de acordo

com os produtores, a Coplasa foi se dissolvendo, à medida que a Coaleão foi crescendo. O presidente da Coaleão, segundo os entrevistados, valeu-se dos contatos de fornecedores e compradores de leite da Coplasa para se tornar o intermediário de compra e venda de leite, centralizando os clientes e repassando dívidas para a Coplasa. De acordo com os agentes consultados, hoje a cooperativa se resume a prédios velhos.

Cerca de seis meses antes da pesquisa, o litro do leite estava sendo comercializado a R\$ 0,43/litro. Em agosto de 2007, o preço estava melhor, em torno de R\$ 0,70/litro. Há controvérsias entre os trabalhadores e produtores quanto à produção do leite: alguns consideram que se produz mais do que na época da existência da Cilpe, mesmo com rebanho menor, em virtude da qualidade do gado. O preço do leite foi caindo desde 1999, o que prejudicou seriamente a bacia leiteira, melhorando a partir de 2004.

A compra da Cilpe pela Parmalat gerou uma crise no setor, mas para alguns houve um efeito contrário: algumas fábricas de derivados, que produziam apenas para Bom Conselho, ampliaram seu mercado e diversificaram sua gama de produtos. Foi o caso da Alami, da Leta e da Dalely (ver foto 8). O leite produzido em Bom Conselho chega a ser comercializado fora do Estado, além de servir para a produção das fábricas de laticínios locais. Entretanto, os pequenos produtores se dizem reféns de um único comprador, a Coaleão.

Foto 8

Fábrica de laticínios Alami – Bom Conselho



Foto: Ivone Medeiros.

Mesmo possuindo uma presença forte na bacia leiteira do Estado, falta uma cultura de associativismo no setor em Bom Conselho, uma vez que se identificou resistência na revitalização das antigas cooperativas ou mesmo a proposição de uma nova entidade. O elo entre a Coaleão e o poder público, por exemplo, é fraco: de acordo com o secretário de Governo, esta entidade não tem nenhuma aproximação com a prefeitura.

6.2 O capital social do comércio

O comércio do município sofre concorrência de centros urbanos próximos, como o de Garanhuns. De acordo com os comerciantes de Bom Conselho, as facilidades de crédito em cidades maiores são melhores, o que atrai o consumidor. Entretanto, dois segmentos estão estruturados para concorrer com os centros maiores: o de móveis e o de eletrodomésticos. O setor de alimentação, porém, segue na informalidade. As seguintes entidades compõem a governança do comércio local:

- ✓ Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) – reúne os lojistas locais, contribuindo na consulta ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e à Centralizadora dos Serviços dos Bancos S.A. (Serasa);
- ✓ Associação Comercial – congrega comerciantes do município;
- ✓ Sebrae – realização de pesquisas e de cursos de capacitação.

A Associação Comercial de Bom Conselho existe desde 1947. Entretanto, desde 2006 vem funcionando com dificuldades, de acordo com o presidente da instituição, Mábio Tenório. Segundo ele, falta apoio e interesse dos empresários locais para que a associação se consolide, não havendo uma cultura associativista no setor. Ele avalia que em Garanhuns a mentalidade neste sentido já está mais fortalecida. Já houve, no passado, divergências políticas entre a Associação Comercial e a CDL, o que levou à inexistência de parceria entre as duas entidades na atualidade.

A localização estratégica de Bom Conselho em relação a vários centros urbanos, como Maceió, Garanhuns, Caruaru, Palmeira dos Índios e Arapiraca, acaba sendo prejudicial no caso do setor comercial, pois incentiva os consumidores a se deslocarem para outras cidades para realizar compras. O preço de ida e volta de ônibus para Garanhuns, por exemplo, custa R\$ 7,00.

Embora o Sebrae seja citado como um elemento da governança local, o presidente da Associação Comercial se ressentido de uma atuação mais forte no município. Houve uma parceria anterior entre o Sebrae e a associação, no Projeto Empreender, para a realização de cursos de capacitação em vários segmentos, a maior parte deles na área de beleza e artesanato. Nos últimos dois anos, porém, esta parceria passou a ser feita com a CDL.

O presidente da associação afirma que o dirigente anterior da entidade usou a instituição para fazer “*politicagem*”, o que teria inibido as parcerias. Embora haja uma relação saudável entre a Associação Comercial e a Prefeitura Municipal, ele se queixa da falta de apoio ao setor. A instalação da Perdigão em Bom Conselho, incentivada pela prefeitura, é considerada uma boa iniciativa, pois deve fomentar o comércio local.

O outro elo da governança no setor comercial, a Câmara de Dirigentes Lojistas, apresenta problemas por falta de capacitação no setor. Com seis anos de

funcionamento, a CDL não concorre a linhas de crédito por não ter condições de elaborar projetos para obter os financiamentos. A câmara funciona em Bom Conselho dando apoio aos lojistas, fornecendo informações do SPC e da Serasa. Cerca de 60 lojistas são filiados à instituição, pagando uma mensalidade que varia entre R\$ 15,00 e R\$ 20,00. A CDL também representa o segmento de laticínios, mas a presença da entidade nas reuniões da entidade é rara.

Além destes serviços, a CDL oferece à população, através de balcão de atendimento, o acesso a cadastros para verificação de débitos. O presidente da entidade, José Hermínio, ressalta que sempre são feitas campanhas promocionais em Bom Conselho para estimular as vendas no comércio em datas comemorativas, como as festas de fim de ano, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças. Segundo ele, nas festas natalinas de 2006, a CDL investiu cerca de R\$ 10 mil com a campanha. Entretanto, Hermínio destaca que os lojistas querem que ações como estas sejam realizadas sem ônus para os associados.

Apesar da queixa da falta de capacitação, a visão do presidente da CDL acerca do Sebrae é diversa da do dirigente da Associação Comercial. Para Hermínio, os convênios para realização dos cursos estão sendo feitos e em 2007 foram contabilizados seis cursos, dos quais três deles em apenas um mês. Entre eles, o curso de *Desenvolvimento de Equipe*. Os preços dos cursos são praticamente simbólicos para possibilitar uma maior participação dos lojistas.

O Sebrae foi responsável pela realização de uma pesquisa no comércio de Bom Conselho com o intuito de avaliar o relacionamento entre o cliente e o comerciário. Os resultados desse estudo foram repassados para a Câmara de Dirigentes Lojistas. A intenção é que esses dados sirvam para fomentar o setor comercial, especialmente garantindo qualidade de atendimento.

A CDL não tem uma atuação relevante na área social do município porque o presidente afirma que “*não sabe como começar*”. Ele tem intenções de realizar atividades esportivas para jovens, através de escolinhas de futebol, o que pode ser um ponto de partida para um trabalho a ser desenvolvido junto à comunidade.

O que garante o aquecimento do comércio local são os programas sociais, como o bolsa família, e a aposentadoria. O artesanato também poderia se inserir no

comércio local, caso fosse valorizado e tivesse suas potencialidades desenvolvidas. Outra fonte de renda para a população local decorre da safra de cana de São Paulo, para onde se deslocam cerca de sete mil trabalhadores em busca de trabalho. Ao retornarem, aquecem a economia local. Entres os trabalhadores que fazem este deslocamento, há costureiras e marceneiros, que vão para o corte da cana por falta de oportunidade no mercado de trabalho em Bom Conselho.

A prefeitura não parece ser parceira para o setor comercial. A CDL fez reivindicações para melhoria de calçamentos, iluminação pública e segurança. Os benefícios dessas ações seriam para a coletividade, mas a CDL não obteve êxito em sua solicitação. Uma conquista para o comércio local, porém, foi obtida após aprovação de projeto de lei na Câmara de Vereadores que permitiu a abertura das lojas no dia 28 de dezembro. Nesta data, o comércio de Bom Conselho fechava, o que obrigava os consumidores a se deslocarem para outras cidades para realizarem as compras de fim de ano.

O setor comercial parece ser um dos que mais necessitam de articulação associativista e, conseqüentemente, uma intervenção nas políticas públicas para o desenvolvimento local. Apesar da existência de duas entidades, elas não estão atuando em conjunto e há divergências com relação ao trabalho do Sebrae para o comércio local. A atuação da prefeitura também não está em sintonia com estas entidades, o que enfraquece o capital social do setor.

6.3 O capital social da cultura e turismo

Os artesãos de Bom Conselho instituíram, desde 2003, uma associação para o setor de artesanato. A entidade funciona em espaço cedido pela Prefeitura Municipal. O Sebrae e a CDL também têm ações que ajudam a consolidação da cultura e do turismo locais que, mesmo contando com a Associação de Artesãos, carece de um capital social fortalecido para dar a Bom Conselho condições de promover o desenvolvimento sustentável a partir deste setor. O grupo focal realizado com artesãos mostrou as fragilidades e potencialidades da arte local. Abaixo, os agentes que compõem a governança da cultura e do turismo no município:

- ✓ Casa do Artesanato (Associação de Artesãos) – reúne os artesãos de Bom Conselho, com espaço para exposição dos trabalhos;
- ✓ Associação Mista para o Bem-Estar da Mulher – reúne 300 mulheres artesãs do distrito de Queimadas;
- ✓ Associação Quilombola – realiza oficinas de dança e percussão;
- ✓ Prefeitura Municipal – contribui no deslocamento de artesãos para feiras e cede o espaço para a instalação da associação. Ajudou na realização de uma feira;
- ✓ CDL – promoveu feira local com espaço para artesanato;
- ✓ Sebrae – realização de uma feira local e promoção de cursos;
- ✓ BNB – financiamento da feira realizada pelo CDL.

O trabalho de arte feito em Bom Conselho reúne artesãos e pintores, que fazem peças de arte sacra, escultura em granito, madeira (MDF), pintura em tela, cabaça, objetos em palha de bananeira, gesso, vitral, bordado, crochê e fuxico (costura). A característica do artesanato de Bom Conselho é a diversidade de materiais usados. Os trabalhos feitos em palha de bananeira estão sendo exportados para a Holanda.

A Prefeitura Municipal contribui com o trabalho dos artistas locais ao ajudar no deslocamento para participação anual na Feira Nacional de Negócios do Artesanato (Fenart), realizada no Recife, reunindo trabalhos de artesãos do todo o Estado de Pernambuco e outras regiões do Nordeste. No entanto, os artesãos se ressentem de maior apoio, uma vez que o artesanato pode se transformar numa atividade geradora de autonomia financeira para eles.

Os artesãos não realizam exposições locais, mas, em 2003, receberam apoio da Câmara de Dirigentes Lojistas, da prefeitura e do Sebrae para a realização de uma feira que dispunha de espaço para o artesanato. A feira foi financiada pelo BNB. Apesar de bem-sucedida, o evento não foi repetido no município.

Uma outra iniciativa de estímulo à arte foi a realização de um chá em homenagem aos artistas de Bom Conselho, durante o qual cada um expôs seus trabalhos. Entretanto, entre os artesãos presentes à reunião do grupo focal, apenas um afirmou que conseguiu vender a peça que colocou em exposição. Para garantir a

oportunidade de comercialização, os artistas montam seus ateliês em casa. Apenas uma das artesãs presentes ao grupo focal possui uma loja para venda de seus trabalhos.

Também o Sebrae é apontado como parceiro, ajudando no transporte para feiras e na montagem de estandes, além de realizar capacitações para os artesãos na área de vendas. Houve ainda mini-cursos para trabalhos em madeira e palha de bananeira e uma preparação para organização do setor em cooperativas. Entretanto, a participação neste último curso foi pequena, não gerando o estímulo necessário para a constituição de uma cooperativa de artesãos.

A Associação Mista para o Bem-Estar da Mulher, além de fortalecer o trabalho do artesão, realiza terapia, promoção de cidadania e busca o fornecimento de oportunidades de autonomia financeira para as mulheres do Distrito de Queimadas. Uma das associadas desta instituição diz que conseguiu se firmar com o apoio da entidade: *“tudo que tenho hoje aprendi lá”*. Esta instituição faz um trabalho de promoção humana e financeira que o grupo considera importante.

No agreste de Bom Conselho funciona a Associação Quilombola, na região de Angico de Cima – também conhecida como Angico dos Louros. A entidade foi fundada em 2002 e, além de atuar na agricultura, também faz trabalhos relevantes para a cultura local, com a promoção de oficinas de dança e percussão, afoxé, maracatu, reisado, além da realização da festa da santa padroeira dos negros, Nossa Senhora do Rosário.

Embora os artesãos reconheçam a importância de atuar em grupo, as associações existentes não conseguem ter um papel relevante a ponto de interferir nas políticas públicas locais no sentido de garantir ações voltadas para o setor, de modo a incluí-lo como elemento do desenvolvimento local. A população do município é considerada desinteressada pela arte da região. Esta desvalorização leva à crítica dos preços das peças de artesanato, prejudicando a comercialização feita na Casa de Artesanato. Entretanto, alguns artesãos acreditam que a abertura da associação é o início do processo de valorização.

Os artistas de Bom Conselho acreditam que não devem cobrar do poder público a divulgação do artesanato, mas partir para a participação de feiras e exposições. A organização incipiente do setor dificulta a busca por patrocínio para a

realização de eventos locais. Enquanto isso, poucos artesãos do município sobrevivem do artesanato, trabalhando em outras áreas de atividade, principalmente no serviço público, principal gerador de emprego na cidade.

A festividade local mais importante é a festa da padroeira, a Sagrada Família (Jesus, Maria, José). Mesmo dispondo de alguns lugares históricos – como o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, a Ermida de Santa Terezinha e as igrejas da Matriz, de São Sebastião e de Santo Antônio – e a inclusão de Bom Conselho na Rota da Fé²⁵, não há divulgação e estímulo para potencializar o setor turístico. A cidade possui uma biblioteca pública e um teatro em reforma, mas não possui cinema e museu. É consenso entre os artesãos locais que Bom Conselho não consegue atrair turistas.

²⁵ Ver informações detalhadas no capítulo 5.

CAPÍTULO 7 O CAPITAL SOCIAL EM BUÍQUE

O acesso pela rodovia PE-270 – estrada esburacada, sem acostamento e com sinalização precária – leva a Buíque, um município com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH/2000) abaixo da média da Região Agreste do Estado. Este município apresentou um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) abaixo de seu potencial natural, ou seja, de suas condições edafoclimáticas. Situado numa área de transição entre o Agreste e o Sertão do Estado, Buíque tem clima semi-árido e uma área seca, propícia para a criação de gado, e terreno adequado para plantação de caju e palma, o que ajuda na produção de leite, uma tendência da economia local, mas que ainda carece de investimento, capacitação e organização associativista.

Embora Buíque participe apenas com 1,5% do PIB estadual, há uma tendência de crescimento de sua participação a partir de 2003. No setor agropecuário, Buíque teve um elevado crescimento na produção de castanha de caju, cultura dominante na produção local. O milho e o feijão também têm uma participação importante no setor, mas a maior parte serve para subsistência dos agricultores. Já a produção de leite é a terceira do Estado. A indústria é a área de menor relevo na composição do PIB, o que coloca Buíque em condições de crescimento semelhantes a Bom Conselho e diversa de Caruaru e Gravatá, cidades onde o setor industrial é mais relevante.

Buíque possui ainda os piores índices com relação à indigência e à pobreza entre os quatro municípios estudados. Os agentes consultados em Buíque, de modo geral, valorizam as relações com o poder público municipal e culpam as administrações passadas pelo baixo IDH. De 2000 em diante, creditam os avanços na cidade ao “espírito desenvolvimentista” do atual prefeito, cuja gestão teve início em 2000, tendo sido reeleito em 2003 para o período de 2004 a 2008.

A compreensão destes dados, porém, é mais densa quando se parte para entender as relações sociais locais. Elas permitem verificar a composição do capital social do município e a sua relevância no fomento às políticas locais de desenvolvimento. Um dos pontos-chave que evidencia o potencial de Buíque é a

existência do Vale do Catimbau que, segundo os agentes consultados na pesquisa, ainda não é explorado adequadamente como atração turística. Todos os indivíduos entrevistados – personagens que representam setores da agropecuária, do governo, do turismo, da cultura e de organizações não-governamentais – destacaram a importância da reserva natural para o desenvolvimento do turismo ecológico, religioso e cultural, mas os investimentos para isso ainda não foram significativos para garantir a inclusão do Vale como elemento representativo na economia local.

Entretanto, é evidente a ausência de sentimento associativista no município: há uma atitude que gravita entre a desconfiança, a descrença e o descomprometimento que leva os indivíduos a não apostarem em ações coletivas. Assim, as redes sociais existentes estão fortemente ligadas à igreja (Católica e Evangélica), ao poder público e às associações de pequenos produtores. No caso destas associações, com um interesse instrumental de obter recursos para o seu próprio investimento, sem uma perspectiva coletiva, o que eleva os índices de inadimplência com relação ao pagamento dos empréstimos obtidos em virtude do descomprometimento coletivo.

O descrédito e a resistência da população com relação às organizações coletivas e à formação de redes se devem às experiências negativas dos últimos 20 anos, quando muitas iniciativas de ação governamental resultavam em desvio de recursos e na falta de transparência na gestão. Um secretário municipal afirmou que *“a população não confia, não acredita em virtude das experiências negativas do passado”*.

Os conselhos existentes são reconhecidos como de pouco poder deliberativo e criados apenas para cumprimento de exigências legais. As ONGs, por sua vez, representam um papel na economia local, a exemplo da instituição Amigos do Bem, que administra uma fazenda de produção de caju. Embora conte com o apoio do Sebrae, não existe um posto da instituição na cidade. O representante da Associação Comercial de Buíque acha que o município já tem condições de sediar um escritório da entidade, cujo apoio seria relevante para o fomento do associativismo.

Abaixo, apresentam-se duas tabelas: uma que atesta o universo de entidades existentes em Buíque e consultadas nesta pesquisa e outra com dados numéricos que é relevante para se tentar perceber como está a organização local e, de certa forma, a medida do capital social no município (ver tabelas 28 e 29).

Tabela 28

Consultas realizadas em Buíque

Entidade	Modalidade da consulta	Entrevistado
1. Prefeitura	Entrevista	Arquimedes Guedes Valença – Prefeito
2. Presidência da Câmara	Entrevista	Ernane Peixoto Cavalcanti Neto – Presidente
3. Assessoria de Comunicação da Prefeitura	Entrevista	Aldeney Salatiel Rodrigues dos Santos – Assessor
4. Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável (CMDS)	Entrevista	Damião Tomé da Silva – Presidente
5. Associação Comercial	Entrevista	Roberval – Presidente
6. ONG Amigos do Bem	Entrevista	Alcione de Albanesi – Presidente
7. Associação de guias turísticos e artesãos	Grupo focal	6 participantes: 2 artesãos e 4 guias
8. Produtores/trabalhadores agropecuários	Grupo focal	5 participantes, dentre eles: 3 presidentes de associações rurais, 1 representante de sindicato e o Presidente do CMDS

Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pelas Secretarias Municipais, Prefeitura e pesquisa de campo.

A partir de uma comparação entre os municípios, veja a condição de Buíque:

Tabela 29

Número de instituições de capital social – Buíque

Município	Nº de instituições levantadas	Nº de instituições levantadas por mil habitantes¹
Buíque	54	1,16
Total dos 4 municípios	256	0,60

Fonte: Elaboração própria com base nos dados levantados em Secretarias de Governo ou Conselhos Municipais.

1: Foram utilizadas estimativas populacionais do IBGE para o ano de 2004.

É interessante ressaltar que não foi possível aferir o funcionamento efetivo de todas as instituições. Algumas possuem registro legal, mas não estão atuantes. Isso pode justificar o fato de Buíque possuir um quantitativo maior de entidades do que Caruaru, por exemplo. Foram identificadas apenas duas ONGs, a Pedra D'Água – que atua na promoção de cursos de capacitação, sobretudo na área de informática – e a

Amigos do Bem – que mantém 350 produtores rurais contratados com carteira assinada para trabalhar em plantações de caju.

Mais recentemente, tem havido um crescimento de movimentos sociais vinculados à igreja (sobretudo à Paróquia local) e, embora isto represente uma tentativa de diversificação do capital social para outras esferas além da rural, observa-se que a atuação dessas entidades tem maior ênfase na promoção de apoio espiritual e psicológico e ainda um papel reduzido na organização de iniciativas comunitárias que tragam melhorias para as localidades em que vivem. No caso dos trabalhadores rurais, é relevante destacar a desarticulação na área. No grupo focal realizado para a pesquisa, reuniram-se apenas cinco integrantes em Buíque, o que é um número bem reduzido se comparado ao grupo focal de Bom Conselho que chegou a reunir cerca de 30 trabalhadores rurais (ver foto 9).

Foto 9
Grupo focal da agropecuária - Buíque



Foto: Ivone Medeiros.

Cabe, contudo, destacar algumas experiências de excelência, como é o caso do trabalho da Pastoral da Criança, que tem obtido conquistas positivas na redução da mortalidade infantil e foi inclusive premiada por esta iniciativa. Embora o município de Buíque tenha se destacado quanto ao número de organizações comunitárias por mil habitantes, não foi verificada, nas consultas realizadas, uma equivalência quanto ao grau de participação dessas entidades na deliberação de ações definidoras de políticas públicas. o prefeito Arquimedes Valença – que assume a condição de principal

fomentador do desenvolvimento local – tem papel relevante no desenvolvimento do município, estando sempre à frente das principais iniciativas, como no caso da produção do leite. Também a presidente da ONG Amigos do Bem tem forte influência na vida dos trabalhadores contratados.

7.1 O capital social na agropecuária

Embora a agropecuária seja uma tradição no município, a falta de treinamento para sensibilizar os produtores rurais para a importância da alimentação adequada do gado e para a forma apropriada de ordenha, por exemplo, faz com que os resultados no setor ainda estejam vinculados à ação política do prefeito atual.

Segundo um membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, a falta de acompanhamento técnico e de capacitação dos agricultores impede a evolução da fruticultura na cidade, que poderia ser uma forte produtora de manga, laranja, goiaba, pinha, jaca e acerola. Há prejuízos no plantio de frutas por dificuldade de comercialização, levando os agricultores a transformarem os produtos em ração para gado. Para um dos entrevistados, é “*um prejuízo lamentável*” em decorrência da inexistência de uma fábrica despulpadeira.

Com extensa área rural, a agricultura de Buíque gravita entre os seguintes produtos: mandioca, batata doce e caju. Há ainda a produção de feijão e milho, mas os próprios agricultores assumem como sendo suficiente apenas para a subsistência. Buíque se apresenta hoje como um bom produtor de caju, com a existência, desde 2005, de uma fazenda mantida pela ONG Amigos do Bem, chamada Cidade do Bem. Abaixo, as entidades que competem para a governança no setor:

- ✓ Prefeitura municipal – favorável ao trabalho da ONG Amigos do Bem, produtora de caju;
- ✓ Governo federal – projeto de construção de cisternas e eletrificação rural;
- ✓ Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – com cerca de 40 membros, reúne 25 associações, sindicatos e representantes da

prefeitura e do poder legislativo, com reuniões mensais. Conta com representantes de várias comunidades e lugarejos, como Queimadinhos, Lagoa de Fora, Sítio Mocó e Sítio Laje;

- ✓ Pastorais da Igreja – fundamental no estímulo aos movimentos sociais locais e à prestação de assistência na área de saúde e educação, além de ajuda para a construção de cisternas e banheiros na área rural;
- ✓ Cáritas – construção de caixas d’água e de cisternas;
- ✓ Sebrae – apoio à prefeitura para a capacitação;
- ✓ ONG Amigos do Bem – instituição formada por grupo de São Paulo, que atraiu agricultores para trabalharem em fazenda de caju;
- ✓ ONG Pedra D’água – cursos de capacitação.

Não há uma estrutura de rede que indique um capital social consolidado na produção agrícola de Buíque. A fazenda da ONG Amigos do Bem, embora seja uma iniciativa de uma organização não-governamental, foi idealizada por um grupo de paulistas que administram o local, fazendo visitas mensais para acompanhar a produção. A fazenda é localizada na estrada do Vale do Catimbau, com uma área de cerca de 400 hectares com 100 mil pés de caju. Nela, vivem aproximadamente 350 trabalhadores, em casas construídas pela organização. Todos os trabalhadores têm carteira assinada e dispõem de infra-estrutura de uma cidade: escola, padaria, farmácia, mercearia, área de lazer, consultório médico e odontológico, com saneamento básico, eletrificação e sede administrativa (ver foto 10).

Foto 10
Vila Agrícola do Bem da ONG Amigos do Bem
Buíque



Foto: Ivone Medeiros.

A condição para que assumissem uma atividade na Cidade do Bem foi o abandono de suas casas de origem para morar dentro da fazenda, onde dispõem ainda de um templo religioso onde são realizados cultos evangélicos e católicos. Também o compromisso de não consumirem bebida alcoólica e estarem “*dispostos à transformação*” foram pré-condições para trabalhar na fazenda. Segundo a presidente da ONG, não há um processo de estímulo para que se organizem como cooperativa. O local não é aberto à visitação pública. A ação da entidade não tem um efeito de construção de rede para o restante dos trabalhadores rurais da cidade, ou seja, não há integração com outros agentes da governança e não há contribuição para o aprimoramento do capital social local. A presidente da entidade diz preferir manter-se à distância do poder político do município.

Em outras áreas agrícolas de Buíque, há uma forte tendência à manutenção de uma agricultura de subsistência, com o plantio de feijão, milho e algodão, servindo para as famílias agricultoras e para o consumo interno do município, com a comercialização dos produtos na feira local. Também em Buíque vive um dos maiores produtores de ovinos e caprinos do Estado. Os animais são de raça e servem para a venda e para reprodução, sendo constantemente levados a exposições. Mesmo com a existência de criadores de animais, não existe um matadouro municipal, mas apenas um “*arranjo*”, como admite um agente da administração pública.

Além da área rural, há em Buíque a comunidade indígena Kapinawá, que vive no Vale do Catimbau. Embora seja *“complicado trabalhar com índio”*, como afirma o prefeito, não é uma região de conflito. Os índios são apoiados pelo Pronaf para a construção de casas e a instalação de eletrificação rural, sobrevivendo da agricultura e da pecuária, com a plantação comunitária de mandioca, milho, feijão e a criação de gado e de bode, além de produção de artesanato indígena. Os Kapinawá dispõem ainda de água encanada, o que os diferencia do resto da população, que sofrem com a falta de água e de banheiros, precisando de cisternas e de poços artesianos.

Há ainda em Buíque a plantação de mandioca, com a instalação de uma indústria de beneficiamento do produto, a Mina Grande, que gera atualmente 400 empregos diretos, dispendo de estrutura para produção de farinha e fécula. A instalação desta indústria, porém, foi dificultada pela ausência de mão-de-obra, pois, segundo alguns agentes consultados, *“há uma cultura de programas sociais que levam os trabalhadores não quererem mais trabalhar”*. Para o prefeito, *“o problema não é a geração de emprego, mas mudança dessa cultura. O desemprego é decorrência da desistência de trabalhar. Muitos projetos sociais fomentaram esta cultura”*. A referência aos programas inclui frentes de emergência contra a seca, perdão de financiamentos, seguro-desemprego, bolsa-família e bolsa-escola.

Embora o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável realize reuniões mensais, a secretária da entidade avalia que há pouca participação da comunidade, as ausências são freqüentes em virtude da *“cultura do comodismo e de espera de que os outros façam por ele”*. Quando há concessão de empréstimos, alguns utilizam os recursos para outros fins não relacionados à produção agrícola ou pecuária: adquirem bens como veículos, DVDs, antenas parabólicas, não havendo um compromisso com a coletividade, uma vez que a inadimplência prejudica todo o grupo, que se torna devedor em virtude do modelo solidário de financiamento.

De acordo com um dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Buíque, há um registro de inadimplência no município em projetos do Pronaf, o que é considerado preocupante, pois prejudica os outros beneficiados. Ele afirmou: *“é preciso apoio das associações de agricultores rurais para*

se obter o pagamento. Os bancos não fiscalizam e os trabalhadores ficam ‘soltos’ e não se comprometem a pagar”.

7.1.1 O capital social na bacia leiteira

No caso da produção de leite, mesmo ocupando a condição de terceiro maior produtor do Estado, Buíque tem sua produção vinculada às ações do poder público, com a constituição do Plano de Recuperação Agropecuária do Vale do Ipanema, apoiado pelo governo federal, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. O plano atinge cinco municípios da bacia leiteira: Buíque, Tupanatinga, Pedra, Caetés e Venturosa. Neste sentido, verifica-se que o poder público se apresenta como ator principal na cena constitucional do capital social, mas o palco exige a presença efetiva de outros atores. Os seguintes agentes foram consultados, o que nos faz dispor as condições de governança:

- ✓ Prefeitura municipal – ambiente aberto para o estímulo ao empreendedorismo, mantendo como canal de comunicação com a população a participação do prefeito em programas locais de rádio;
- ✓ Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – com cerca de 40 membros, reúne 25 associações, sindicatos e representantes da prefeitura e do poder legislativo, com reuniões mensais. Conta com representantes de várias comunidades e lugarejos, como Queimadinhos, Lagoa de Fora, Sítio Mocó e Sítio Laje;
- ✓ Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil – oferta de linhas de financiamento para produtores de leite;
- ✓ Fiepe – recursos para estudo do projeto para a viabilização da bacia leiteira através do CNI (que resultou em benefício à indústria leiteira de Garanhuns e Gravatá);
- ✓ Embrapa e Ibama – estímulo ao projeto do Vale do Ipanema para a produção de leite;

- ✓ Sebrae – apoio à prefeitura para a capacitação;
- ✓ Pastoral da Criança – doação de cabras para o aumento do rebanho entre as famílias de agricultores.

Embora seja considerada como uma área consolidada na economia local, a produção de leite somente recebeu estímulo a partir de 2003, com a vinda do presidente da República ao município. O prefeito foi personagem fundamental para a efetivação do Plano Ipanema. Foram trazidos técnicos do Sebrae e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com a intenção de propor um trabalho que fornecesse assistência técnica para os produtores do município. Atualmente, com um número impreciso de produtores de leite, o governo municipal lidera a organização de 12 associações, chamadas de Associações de Agricultores Familiares Produtores de Leite (Ancorp), das quais sete estão em funcionamento efetivo. Entretanto, estas associações não se caracterizam como redes sociais estruturadas por indivíduos com poder de definição de ações para o setor, mas como sedes administrativas que oferecem estrutura para os produtores, tais como resfriadores de leite, técnicos agrícolas e armazéns para depósito de ração.

A instalação das Ancorps ocorreu sem conflito na região. Elas estão localizadas na parte seca da cidade, em terrenos comprados pela prefeitura. O projeto conta com infra-estrutura financiada pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), incluindo o pagamento de técnicos agrícolas e a compra de ração para os produtores por um ano. A terra de cada produtor incluído no Plano Ipanema precisa ter no mínimo cinco hectares e ficar a no máximo cinco quilômetros da sede de uma Ancorp para que não haja estrago do leite durante o transporte. Cada Ancorp reúne de 35 a 40 produtores com seis animais por produtor, cada um deles com três anos de carência para iniciar o pagamento do financiamento. O projeto prevê que sejam abertas tantas associações quanto sejam necessárias, mas somente após a implantação das 12 que foram previstas inicialmente. O leite produzido é comercializado para indústrias em Garanhuns (Parmalat) e Gravatá (Natural da Vaca).

Para a estruturação da bacia leiteira e lançamento do plano, o governo de Buíque precisou criar a Agência Municipal de Desenvolvimento Integrado, gestora do projeto. Embora a iniciativa busque forçar a união e possa vir a dar sustentabilidade ao

associativismo, os baixos índices de alfabetização dificultam o processo de capacitação não apenas para a produção de leite com qualidade, mas para a compreensão da importância da cooperação entre os produtores para que as ações tenham êxito. Entre os produtores, há reclamações de inadimplência no pagamento de empréstimos solidários, decorrente de comportamentos oportunistas de alguns beneficiados. Como a liberação de recursos fica condicionada à participação em algum tipo de organização coletiva, muitos se associam apenas para garantir a realização de seus interesses, despreocupando-se em cumprir regras e efetuar os pagamentos dos empréstimos, o que prejudica os outros produtores, uma vez que estes financiamentos são concedidos na forma de consórcio, por aval solidário.

Percebe-se, assim, que não há um capital social consolidado em torno de organizações civis que reivindiquem e proponham ações para o setor. Há dependência das iniciativas da administração pública, que no momento se mostra empreendedora. Como alguns produtores afirmam, não há espírito associativista nem a percepção da importância do planejamento coletivo, o que só é conquistado pelo associativismo. A demanda por leite no mercado interno e externo já se apresenta relevante e há condições edafoclimáticas para a ampliação da produção local, mas isso depende de novas ações a partir das iniciativas adotadas pela atual gestão municipal.

7.2 O capital social da cultura e turismo

O Vale do Catimbau é um parque arqueológico já reconhecido pelo governo federal e é considerado como potencial econômico de Buíque. As seguintes entidades competem para a constituição da governança do turismo e da cultura locais:

- ✓ AGTurc – associação que reúne os guias turísticos do Vale do Catimbau;
- ✓ Ibama – regulamenta o uso do espaço do Vale, preocupando-se com a preservação do mesmo;
- ✓ Prefeitura municipal – compreensão da importância turística da área;
- ✓ Sebrae – ações de capacitação dos guias turísticos.

O reconhecimento pelo poder público da importância arqueológica da área de 90 mil hectares, porém, não foi suficiente para garantir ações estruturadoras para o local. O secretário de ação social de Buíque admite que ainda falta explorar o turismo ecológico de forma sustentável. Além de gravuras rupestres, o Catimbau dispõe de formações rochosas, com serras e vales, e de uma fauna própria. Tem ainda potencial para o turismo religioso, em virtude da história da Fazenda Porto Seguro, onde residem várias famílias seguidoras há mais de 40 anos de um homem conhecido como Meu Rei²⁶. O líder místico levou várias famílias a morar no Vale do Catimbau e assumir a crença pregada por ele. Ainda não há uma percepção clara do valor cultural do local e há problemas com a preservação na área, onde muitas famílias vivem e fazem a retirada de lenha para carvão e realizam plantio para sobrevivência.

Em 2003, um projeto do Sebrae promoveu a capacitação dos guias turísticos, que são responsáveis pelos roteiros no Vale do Catimbau. O material de que dispõem para oferecer o serviço aos turistas são álbuns de fotografias nos quais podem selecionar as trilhas que desejam conhecer, segundo o grau de dificuldade de acesso. São paisagens, vales, grandes chapadas, pedras com formas humanas e de animais, trilhas com inscrições rupestres que indicam a passagem do homem primitivo. Além do parque, há uma área privada, Paraíso Selvagem, cujo proprietário, sem consciência ecológica, desmatou e formou piscinas após represamento da cachoeira. O lugar é aberto à visitação no verão. Não há uma integração entre a atuação do proprietário da área privada com o poder público e a entidade que reúne os guias turísticos, o que aponta a fragilidade do capital social para o desenvolvimento sustentável do turismo local.

A Associação de Guias Turísticos de Buíque (AGTurc) é uma entidade que reúne os 15 guias existentes na cidade, desde 2001 (ver foto 11). Nasceu após a realização de alguns cursos em 1998, que estimulou e apontou a necessidade de organização para dar suporte aos guias em seu trabalho. A sede ainda é provisória, alugada pela prefeitura, mas há expectativa de construção de um receptivo turístico. O prefeito destacou a intenção de construir um pórtico de entrada e um receptivo para

²⁶ As informações sobre a história de Meu Rei estão detalhadas no capítulo 5.

orientação ao turista. Tanto os guias como os artesãos entrevistados mostraram orgulho pela cidade. Eles citam não apenas o Vale do Catimbau e a importância da bacia leiteira, mas também o fato do escritor Graciliano Ramos ter vivido no município.

Foto 11
Grupo focal de cultura e turismo - Buíque



Foto: Ivone Medeiros.

A riqueza turística vai além, com a existência da comunidade indígena Kapinawá, que dispõe de um cemitério de índios e produz artesanato em palha, além de manterem a tradição de dançar o Toré. As histórias do cangaço e o artesanato nativo em cerâmica e madeira também se constituem em características próprias do município. O secretário de Ação Social de Buíque afirma que há artesãos conhecidos, “*mas é preciso trabalhar a questão da qualidade*”. Segundo os entrevistados, não há valorização da cultura e do artesanato local. Não se sabe o número de artesãos atuantes em Buíque e não existe um ponto de venda do artesanato produzido na cidade. Os artesãos ficam restritos à venda em suas residências, ao pequeno museu local ou à participação em feiras, com o apoio da prefeitura e do Sebrae.

Não há teatro ou cinema no município, que conta apenas com um pequeno museu, uma biblioteca, algumas praças públicas, um clube e duas igrejas. A cidade não dispõe de uma rede de hospedagem adequada para receber os turistas, havendo apenas uma pousada no vale e quatro na sede da cidade. O secretário reconhece a importância da construção, por exemplo, de um hotel-fazenda, pois os visitantes vêm à cidade,

visitam o vale, mas se hospedam em Arcoverde, município situado a 30 quilômetros de Buíque.

CAPÍTULO 8

O CAPITAL SOCIAL EM CARUARU

De acordo com a metodologia da pesquisa, Caruaru se enquadra dentre os municípios que apresentaram um grau de desenvolvimento humano acima da média do Agreste, porém não tem experimentado dinamismo econômico equivalente ao seu potencial edafoclimático. Por construção, a metodologia indica que a explicação para esse desempenho aquém do esperado deve-se à ineficiência de iniciativas por parte de seus agentes representativos em manter o crescimento do município em níveis compatíveis ao seu potencial de recursos naturais. Naturalmente, pode-se argumentar que dentre os quatro municípios de estudo, a manutenção deste crescimento econômico sintonizado ao potencial edafoclimático, para o caso de Caruaru, é um grande desafio. Por ser a economia mais forte do Agreste, Caruaru já esgotou seu potencial de crescimento em vários segmentos econômicos e, portanto, a manutenção de altos índices de crescimento seria naturalmente conduzida pelo desenvolvimento de novas atividades ou reestruturação daquelas já consolidadas.

A compreensão das causas desse desempenho aquém do potencial certamente envolve uma avaliação complexa do comportamento das empresas, do governo, instituições de treinamento, estrutura de ensino e pesquisa e da sociedade civil organizada. Para isso, a pesquisa empreendeu uma série de consultas junto aos atores-chave do desenvolvimento local. Como apresentado no capítulo 3, a dotação de capital social é um dos “fatores” que fomentam o crescimento econômico e o objetivo deste capítulo é justamente o de construir, com base nos argumentos revelados, a relação entre a atual situação de capital social de Caruaru e a razão deste município se enquadrar no grupo dos que crescem aquém de seu potencial natural.

Os setores já consolidados da economia caruaruense englobam as atividades de comércio/indústria (sobretudo têxtil e de confecções), de serviços médico-hospitalar e turístico e também a agropecuária. A área de logística vem sendo citada como uma atividade potencial do município, principalmente quando concretizada a construção da Transnordestina. Caruaru apresenta grandes perspectivas de se tornar um grande centro distribuidor porque é cortado por duas BRs (232 e 107) e por causa de sua posição

geográfica que a faz próxima de várias capitais e pólos importantes de estados nordestinos.

Em função de seu porte, Caruaru se destaca dos demais municípios estudados como sendo uma economia bastante diversificada e com estruturas de governança mais bem estabelecidas. Por exemplo, é o município que concentra a presença de unidades regionais do Sistema S (dentre essas: Sebrae, Senai, Senac e Sesc), possui maior número de instituições de ensino superior, técnico e de pesquisa, já dispõe de uma rede de ONGs atuando nas mais diversas áreas, enfim, já desenvolveu as unidades essenciais para a construção do capital social.

A questão a que nos interessa responder neste trabalho é: em que medida esses agentes do capital social estão interagindo entre si de forma a promover a ampliação do bem-estar de sua população? A tabela 30 traz o número de entidades de capital social existentes em Caruaru, levantadas pela pesquisa. É importante destacar que não se trata do universo e sim de uma amostra obtida a partir de uma pesquisa da UFPE - Caruaru. A decisão em se utilizar este número como um indicador, parte da premissa de que a disponibilidade de informação acerca de instituições de capital social representa, em si, um indicador de capital social. Cidades que conseguiram reunir um maior número de entidades em seu mapeamento teriam em tese maior potencial para construção de capital social. Apesar de Caruaru apresentar um montante de entidades de capital social por mil habitantes inferior à média observada para os quatro municípios estudados, isto não significa que esta cidade apresente um capital social relativamente menos organizado. Como será argumentado ao longo deste capítulo, a existência dessas entidades não garantirá maiores dotações de capital social. Indicadores de participação e de integração entre elas serão fundamentais para se diagnosticar a situação de capital social de um município.

Tabela 30
Número de instituições de capital social em Caruaru

Município	Nº de instituições levantadas	Nº de instituições levantadas por mil habitantes ¹
Caruaru	52	0,19
Total dos 4 municípios	256	0,60

Fonte: “Catálogo de Organizações da Sociedade Civil do Município de Caruaru/PE” produzido pelo Centro Acadêmico do Agreste/ Núcleo de Formação Docente da UFPE – Caruaru sob a coordenação de Allene Carvalho Lage. 2007.

1: Foi utilizada estimativas populacionais do IBGE para o ano de 2004.

Com base nas informações colhidas junto aos agentes entrevistados, algumas conclusões puderam ser extraídas, permitindo a elaboração de um breve diagnóstico do capital social desta cidade e seu impacto no desenvolvimento local. A tabela 31 traz a lista das entidades pesquisadas, a modalidade da consulta (se entrevista ou grupo focal) e as pessoas entrevistadas. Ao todo foram onze entidades consultadas envolvendo agentes do Governo, do Sistema S, da agropecuária, do comércio, da indústria e ONGs.

Tabela 31
Consultas realizadas em Caruaru

Entidade	Modalidade da consulta	Entrevistado
1. Prefeitura	Entrevista	Tony Gel – Prefeito
2. Presidência da Câmara	Entrevista	Manoel Teixeira de Lima – Presidente
3. Diretoria de Turismo	Entrevista	Isabel Santos - Diretora
4. Diretoria de Patrimônio Cultural	Entrevista	Walmiré Dimeron - Diretor
5. Sebrae	Entrevista	Carlos Paiva - Diretor
6. Senai	Entrevista	Edson Simões de Melo - Diretor
7. Senac	Entrevista	Adriana Queiroz e Goreti Gomes – Supervisoras pedagógicas
8. Sesc	Entrevista	Maria Luzinete Bezerra – Gerente
9. Produtores/trabalhadores agropecuários	Grupo focal	10 participantes, dentre eles: presidentes de associações rurais, produtores rurais e representantes de sindicato
10. Associação da Indústria e Comércio (ACIC)	Grupo focal	3 participantes dos setores de têxtil/confecções
11. ONGs, Associações de projetos sociais, Cáritas	Grupo focal	12 participantes

Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pelas Secretarias Municipais, Prefeitura e pesquisa de campo.

A partir dessas consultas foi possível entender que alguns segmentos da economia de Caruaru se encontram relativamente bem estruturados, sendo regidos por uma governança eficiente, porém outros apresentam elos soltos entre seus agentes, com falhas de coordenação e comportamentos oportunistas que entravam o desenvolvimento do capital social. A sociedade civil, por sua vez, vem se organizando para atender a demandas de cunho social, contudo, as discussões de grupos focais evidenciaram a existência de alguns obstáculos para se desenvolver uma estrutura de governança mais sólida que fortaleça as ações provenientes desses atores do capital social, destacando-se: a ausência de instituições sociais sólidas, a falta de suporte de agentes da esfera pública e, em menor escala, da esfera privada.

8.1 O capital social nas atividades têxtil e de confecções

A indústria têxtil e o setor de confecções possuem uma estrutura de governança que abrange os seguintes agentes:

- ✓ Associações empresariais locais – formadas pelas empresas do ramo e têm a função de dar sustentação institucional a projetos, capacitar-se em termos de gestão, arregimentar seu público-alvo;
- ✓ Sebrae – que tem a função de prover capacitação em termos de gestão empresarial e de planejamento estratégico;
- ✓ Senac – que tem a função de prover capacitação de mão-de-obra do comércio;
- ✓ Senai – que tem a função de prover capacitação de mão-de-obra da indústria;
- ✓ Sindvest (Sindicato do Vestuário) – que tem o papel de organizar o setor em termos estratégicos;
- ✓ Banco do Brasil – que oferta linhas de financiamentos;
- ✓ Fiepe – que tem função de aglutinadora das indústrias;
- ✓ Universidades, Itep e demais órgãos de pesquisa – que ofertam a base tecnológica para essas atividades;

- ✓ Prefeitura municipal – ambiente favorável para micro e pequenos empreendimentos;

A partir das entrevistas realizadas foi possível perceber que a governança dessas atividades possui um funcionamento eficiente no sentido de que vários de seus agentes atuam de forma coordenada interagindo tanto horizontalmente (entre entidades semelhantes), quanto verticalmente (entre entidades distintas). Isto pôde ser identificado a partir das parcerias desenvolvidas entre os diversos atores dos segmentos têxtil e de confecções. Por exemplo, a Associação do Comércio e Indústria de Caruaru (ACIC) desenvolveu juntamente com as empresas do setor de têxtil/confecções e o Sebrae toda uma reestruturação das lavanderias de Caruaru, adequando seus funcionamentos de modo a preservar o meio-ambiente e fornecendo cursos e capacitações para empresas e empregados do setor. Outra iniciativa também da ACIC juntamente com empresas associadas foi a provisão de segurança na Feira da Sulanca, movimento tal que acabou por sensibilizar a participação da Prefeitura na época do período natalino.

Um dos fatores de sucesso das parcerias empreendidas pela ACIC foi a criação de Câmaras Setoriais que atuam de forma específica ao ramo de atividade a que se destina. Ao todo são doze câmaras que reúnem empresários de diversos segmentos e têm por função a identificação das demandas setoriais e a delimitação de planejamento estratégico do setor. São elas: Câmara Setorial do Arranjo Produtivo da Moda; Câmara Setorial do Parque 18 de Maio; Câmara Setorial da Indústria; Câmara Setorial da Comunicação; Câmara Setorial dos Corretores de Imóveis; Câmara Setorial de Óticas; Câmara Setorial das Farmácias; Câmara Setorial dos Lojistas do Pólo Comercial; Câmara Setorial da Construção Civil; Câmara Setorial das Empresas de Material de Construção; Câmara Setorial dos Estabelecimentos Particulares de Ensino e Câmara Setorial de Gastronomia.

Apesar do bom funcionamento da governança dos setores têxtil e de confecções, há um consenso entre seus agentes no sentido de afirmar que embora se verifique a consolidação de certas parcerias, ainda falta aprofundar a cultura associativista entre os empresários de Caruaru e ampliar a participação da Prefeitura. Em relação à cultura associativista, há um reconhecimento de que o caruaruense é

empreendedor, porém tem a tendência a agir isoladamente. Em reunião com associados da ACIC, houve quem afirmasse que *“o associativismo é importante, mas falta trabalhar a cultura. Tem gente que vai fazer parte de uma Câmara por status. Tem sempre gente querendo tirar vantagem do associativismo e não com o espírito de ajuda, de união”*.

8.2 O capital social no setor turístico

Outra atividade econômica relevante para Caruaru é o turismo, sobretudo o turismo de negócios que responde por cerca de 71% do fluxo turístico, atraindo principalmente empresários dos ramos de confecções, seguros, indústria e construção civil²⁷. O turismo cultural, embora não responda pela maior movimentação turística, é o que define a identidade turística do município. A Feira de Caruaru, o São João, o Forró, os temas das músicas de Luiz Gonzaga e o artesanato em barro são as principais marcas de identidade cultural da cidade.

Apesar do turismo vir se firmando cada vez mais como atividade de destaque econômico, é um segmento em que seus agentes têm encontrado dificuldades na construção do capital social. Atualmente, a governança do turismo é composta pelos seguintes agentes:

- ✓ Associações empresariais locais – formadas pelas empresas do ramo e têm a função de dar sustentação institucional a projetos, capacitar-se em termos de gestão, arregimentar seu público-alvo;
- ✓ Sebrae – que tem a função de prover capacitação em termos de gestão empresarial e de planejamento estratégico;
- ✓ Senac – que tem a função de prover capacitação de mão-de-obra do comércio;
- ✓ Instituições financeiras – que ofertam linhas de financiamentos para atividade;
- ✓ Universidades e demais órgãos de pesquisa – que geram o conhecimento necessário para essas atividades;

²⁷ Esses dados foram fornecidos pela Diretora de Turismo, Isabel Santos, que desenvolveu pesquisa sobre o turismo de Caruaru em trabalho de pós-graduação.

- ✓ Fundação de Cultura – que possui uma Diretoria destinada ao desenvolvimento do turismo, porém não possui recursos específicos para o setor;
- ✓ Conselho Municipal do Turismo – que está em fase de reestruturação depois de cinco anos apenas cumprindo função informativa.

Os principais problemas enfrentados pelo setor vão desde a qualidade da oferta de sua infra-estrutura hoteleira, passando pela escassez da mão-de-obra, até dificuldades na consolidação de sua governança. Em entrevistas levantou-se a informação de que apesar do município dispor de uma oferta de leitos hoteleiros que atenda à demanda turística²⁸, de modo geral há queixas em relação à qualidade que nem sempre é satisfatória. Ainda há problemas na infra-estrutura de restaurantes para turistas. Por exemplo, o pólo gastronômico do Alto do Moura é improvisado e apresenta graves deficiências em termos não somente da qualidade da comida, mas principalmente em relação a aspectos sanitários das cozinhas, banheiros e escoamento de dejetos. A força de trabalho local não se encontra suficientemente capacitada para o atendimento dos mais variados serviços turísticos. Para se ter uma idéia, o Senac até pouco tempo ainda encontrava dificuldades em fechar programações nas áreas de formação de garçons e de serviços ligados ao turismo porque não havia demanda.

Esses focos de ineficiência se devem, por um lado, ao fato de que o setor turístico não teve um espaço oficial nas secretarias municipais, por outro lado, porque seus agentes privados não se articularam de forma a desenvolver um plano estratégico para o setor. À atividade turística ainda não foi reservada uma Secretaria Municipal com a função de traçar um plano de desenvolvimento para o setor. Atualmente, a Fundação de Cultura de Caruaru “adotou” o turismo através da criação de uma Diretoria específica, contudo o grande problema é que o papel desta diretoria é limitado tanto pela falta de recursos específicos para a atividade, como também pelo próprio foco de atuação, mais destinado à cultura. Os empresários do setor, por sua vez, ao não identificar uma governança em que outros agentes além deles mesmos poderiam desenvolver um papel pró-ativo para o setor, passaram a agir isoladamente buscando

²⁸ A oferta é insuficiente apenas na época dos festejos juninos, quando moradores alugam suas casas para atender à demanda residual.

apenas a rentabilidade individual sem enxergar perspectivas de ampliação para o setor. Este “desmantelo” da governança do turismo fez com que o Conselho Municipal do Turismo, local em que todo o *trade* turístico deveria discutir problemas e soluções para a atividade, fosse gradualmente perdendo importância, ficando praticamente inativo, cumprindo apenas função informativa por mais de cinco anos.

Esta situação, contudo, não deverá permanecer por muito tempo e o Sebrae está tendo um papel fundamental neste processo. O primeiro movimento desta instituição tem sido na articulação junto a empresários do setor para a reabertura do Conselho, delimitando uma atuação bem mais estratégica para o mesmo. Nesse sentido, os empresários estão sendo levados a pensar o setor coletivamente e a primeira grande pauta do Conselho é a elaboração de um Plano Estratégico para o Turismo. Este plano visa essencialmente à melhoria da infra-estrutura da Feira, à sinalização turística da cidade, ao lançamento do mapa turístico, à criação de Central de Informações Turísticas da Cidade, ao desenvolvimento do Parque João Vasconcelos Sobrinho (turismo ecológico), à capacitação para a formação de condutores turísticos e à criação de uma associação dos mesmos. Esses primeiros esforços já estão surtindo efeito positivo também na articulação com a Prefeitura que está prevendo a criação de uma Secretaria de Turismo com verba destinada para a atividade. Também se registra um esforço do setor gastronômico, através da Câmara Setorial de Gastronomia, que realiza cursos de capacitação com os funcionários.

Paralelamente à reabertura do Conselho, o Sebrae firmou uma parceria com a Prefeitura, empresários, ACIC, Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Sindicato dos Lojistas (SIndloja) e Sindicato dos Empregados no Comércio de Caruaru (Sindec) para lançar o Projeto *Caruaru Quero Te Ver*. O objetivo deste projeto é despertar na população de Caruaru, a importância que o turismo tem para a cidade, fazendo com que seus habitantes o conheçam melhor. Os agentes escolhidos para disseminar esse processo de sensibilização foram os comerciantes. O Projeto consiste num passeio que ocorre duas vezes por semana com comerciantes da cidade a pontos turísticos como a Feira, Alto do Moura, museus e pontos históricos. Neste passeio turístico, é explicada aos comerciantes a história da cidade e de cada um desses pontos visitados.

A reabertura do Conselho Municipal do Turismo e o Projeto *Caruaru Quero Te Ver* representam iniciativas que fortalecem a situação do capital social entre os agentes envolvidos na atividade turística da cidade, além de permitir maior intercâmbio entre agentes de outras atividades econômicas da cidade, como artesãos da Feira, empresários dos ramos têxteis e de confecções e outros agentes que regem a governança do setor, dentre eles associações de classe, sindicatos e setor público.

8.3 O capital social na agropecuária

Embora o setor agropecuário em Caruaru tenha uma importância bem menos significativa para a economia do município do que a média registrada para as demais cidades do Agreste, é um segmento que merece atenção especial por reunir uma das camadas mais carentes da população e por ser historicamente uma atividade em que o desenvolvimento de associativismo tem trazido melhorias importantes para o bem-estar dessas pessoas. A produção agropecuária de Caruaru se distribui em quatro distritos: o primeiro e o quarto plantam frutas, verduras e hortaliças, já o segundo e o terceiro são mais secos e têm mais aptidão para a criação, a plantação só ocorre no inverno ou em período de chuvas. A atual governança do setor é regida pelos seguintes atores:

- ✓ Associações de produtores rurais – que têm a função de elaborar projetos, obter financiamento e assistência técnica junto a entidades governamentais e não-governamentais;
- ✓ Sebrae – que tem a função de prover capacitação a atividades relacionadas ao meio rural: como o artesanato, turismo ecológico, dentre outros;
- ✓ Instituições financeiras – que ofertam linhas de financiamentos para atividade;
- ✓ Pró-Rural – que tem a função de prover investimentos em ações infra-estruturais e do apoio à atividade produtiva, bem como do incremento ao capital social das associações rurais comunitárias e dos Conselhos Municipais, mediante o estímulo à organização e participação nos processos decisórios e de gestão;
- ✓ Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA) – que gera o conhecimento necessário para a atividade agropecuária, fornece assistência

- técnica e extensão rural, realiza obras de infra-estrutura hídrica e disponibiliza bens e serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio;
- ✓ Sindicatos, Federações – que têm a função de reunir as demandas dos produtores/trabalhadores rurais e prover determinados serviços aos mesmos, como: auxílio na abertura de associações, na obtenção de aposentadorias, na obtenção de linhas de financiamento; no acesso a informações sobre programas governamentais ou não-governamentais destinados ao setor, dentre outros;
 - ✓ Conselho de Desenvolvimento Rural – que tem a função de reunir os produtores, agentes governamentais e não-governamentais ligados à atividade rural para discutir as necessidades dos produtores e vislumbrar soluções. Dissemina informações referentes a programas destinados à atividade e os requisitos necessários para que o produtor venha a ser beneficiado pelos mesmos;
 - ✓ ONGs que desenvolvem atividades para zona rural – têm a função de melhorar o bem-estar dessas populações através de atividades de geração de renda e fornecimento de projetos de infra-estrutura.

A situação de capital social na atividade agropecuária em Caruaru vem piorando com o fechamento de associações e a baixa participação das que ainda existem em fóruns setoriais como reuniões do Conselho de Desenvolvimento Rural e dos Sindicatos. Já existiram cerca de 45 associações de produtores rurais, hoje só existem 25 e apenas nove delas participam ativamente desses fóruns de discussões. No grupo focal realizado com presidentes de associações, trabalhadores rurais e representantes do sindicato dois pontos foram exaustivamente discutidos: a importância do associativismo e as dificuldades da manutenção das associações.

Todos do grupo foram unânimes em reconhecer que a formação de associações é fundamental para o beneficiamento em projetos sociais, para o desenvolvimento de projetos, para a obtenção de crédito e para o estabelecimento de diálogo junto a órgãos públicos. Apesar disso, o associativismo entre esses agentes não tem sido bem sucedido. Um fator para este insucesso está relacionado à falta de compromisso de longo prazo, por parte dos associados, para como a associação. O problema é que a maioria dos produtores rurais quando decidem ingressar em uma

associação, apenas visam ao beneficiamento imediato de algum projeto, não havendo, portanto, uma percepção do trabalho de cooperação mais permanente e de forma a traçar um planejamento estratégico para a associação da qual é membro. Na reunião, um presidente de associação relatou: *“é um trabalho lento esse de formar a associação e de as pessoas enxergarem isso. No início ninguém acredita em uma associação. Você planta e quem vai colher é quem chega depois. É preciso muita dedicação”*.

Por outro lado, problemas de capacitação, de falta de transparência e oportunismo político, por parte dos dirigentes das associações, maculam a credibilidade dos produtores neste tipo de instituição. Tarefas como o simples registro de atas de reuniões são desempenhadas com dificuldade. Para tarefas mais complexas, como a prestação de contas e o acompanhamento de projetos há uma dificuldade ainda maior. Alguns presidentes pedem ajuda do sindicato ou simplesmente deixam de relatar essas atividades. Em relação ao oportunismo político foi dito: *“o declínio de uma associação está ligado à má administração e à politicagem. As associações são criadas para trabalhadores que querem ser donos da entidade e a comunidade não se envolve. A derrota das associações é a política partidária”*.

A falta de atenção da Prefeitura para com os projetos das associações também foi mencionada por alguns participantes da reunião. Outros afirmaram que a Prefeitura atendia somente àquelas associações que eram afinadas politicamente. O fato é que as associações ainda se colocam numa posição de forte dependência de recursos públicos para a implementação de suas ações. Nota-se que falta a essas entidades adotar iniciativas no sentido de arcar com algumas contrapartidas de forma a que outros parceiros, não somente o setor público, tenham incentivo a encampar mais freqüentemente seus projetos. Foram registradas poucas parcerias das associações com ONGs ou entidades executoras de projetos sociais, a maior parte dos projetos contemplados é proveniente de programas públicos. Na reunião foram identificadas apenas duas parcerias com entidades não governamentais. A primeira delas foi uma parceria de associações com a Cáritas²⁹ de Caruaru para a construção de cisternas em propriedades rurais. Nesta parceria a própria comunidade escolhe quais as propriedades

²⁹ Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que estabelece parcerias com organismos nacionais e internacionais para resgatar os direitos humanos. O projeto de construção de cisterna é parte da linha prioritária “Convivência com o Semi-Árido”.

que deverão ser contempladas segundo critérios de maior carência e os beneficiados ajudam a construir a cisterna com a orientação da Cáritas. A outra parceria foi com a Obra Kolping³⁰ de Caruaru que vem desenvolvendo cursos de capacitação para o turismo rural com o objetivo de que os trabalhadores possam sobreviver na própria comunidade sem precisar se deslocar para a cidade.

8.4 O capital social na sociedade civil organizada

No grupo focal realizado com entidades da sociedade civil organizada participaram representantes de doze instituições que atuam, sobretudo em projetos de cunho social (ver foto 12). Abaixo a lista e descrição das mesmas:

- ✓ Cáritas de Caruaru – ver nota de rodapé 29.
- ✓ Centro Social São José do Monte – apoiado pela Igreja Católica e da antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA), liderado pela Irmã Werburga. Trabalha com crianças e adultos. Distribui leite e pão, mantém sala de jardim de infância e um centro de fisioterapia;
- ✓ Associação Oásis – trabalho idêntico ao do Centro Social São José do Monte, porém voltado para o público da Associação Oásis;
- ✓ COMVIVA (Centro de Educação Popular Comunidade Viva) - ONG que trabalha com crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Trabalham com cerca de 250 crianças e adolescentes em três espaços educativos. O Espaço Casa da Rua: atividades sócio-educativas para crianças e adolescentes utilizando alimentação, oficinas artístico-culturais, escola-aberta e artesanato. Espaço Sol Poente: trabalho de ação preventiva junto a crianças e adolescentes de 7 a 15 anos cujas histórias de vida são marcadas por extrema situação de pobreza e risco social, envolve atividades relacionadas a: alimentação, acompanhamento escolar, rodas de conversa, atendimento psicológico, brinquedoteca, educação artística, oficina de leitura, música, dança e cidadania. Espaço Cedro: trabalho com adolescentes de 12 a 17 anos para incentivar uma

³⁰ A Obra Kolping é um movimento social, popular e católico a serviço do trabalhador e sua família.

postura protagonista no ambiente comunitário através das atividades de orientação e iniciação profissional nas áreas de: panificação e pastelaria, inclusão digital, horticultura e criação de pequenos animais. Além de realização de oficinas de cidadania, artesanato, vassouraria e leitura;

- ✓ Grupo BEM VIVER – Ligado à Paróquia do Rosário; faz trabalho de integração de idosos;
- ✓ ASPROMA (Associação de Protetores do Meio Ambiente) - trabalha com grupo de catadores e escola ambiental. Tem o objetivo de resgatar a dignidade de quem trabalha na coleta seletiva;
- ✓ Pastoral da Criança – Entidade ligada à igreja católica que faz monitoramento da saúde da criança de zero a seis anos e de gestantes;
- ✓ CEPA (Centro de Educação Popular Assunção) – tem por objetivo incentivar uma cultura de paz através das atividades sócio-culturais que brotam da experiência comunitária de famílias moradoras dos bairros José Carlos de Oliveira, Vila Padre Inácio e Vila Diocesana. Possui oito linhas de projetos e ações relacionadas à educação infantil, alfabetização de jovens e adultos, educação artística, rodas de conversa e atendimento dentário;
- ✓ Grupo de Idosos “Vida Nova”;
- ✓ Centro de Serviço à Vida - Atua na Favela Bonanza. Desenvolve trabalho de evangelização com a família, escolinha com uma sala de aula atendendo 44 crianças (3 a 6 anos). Tem por missão promover e incentivar atividades que favoreçam a promoção humana e, conseqüentemente, uma melhoria da qualidade de vida das pessoas, em um processo em que cada um se torne sujeito do seu próprio crescimento e do crescimento da comunidade. Disponibiliza serviço de escuta, encaminhamento, acompanhamento, formação e informação com relação aos diversos aspectos da vida, tais como trabalho, saúde, espiritualidade, habitação, educação, relacionamentos e comunicação;
- ✓ Associação Sagrado Coração de Jesus - Trabalha com crianças e adolescentes da Favela de Salgadinho;
- ✓ Obra Kolping – ver nota de rodapé 30.

Foto 12
Grupo focal ONGs - Caruaru



Foto: Ivone Medeiros.

A discussão em pauta deste grupo focal abordou aspectos voltados ao trabalho voluntário, ao desenvolvimento de parcerias e ao sentimento de solidariedade e confiança entre o público-alvo das entidades participantes. Os relatos evidenciaram que os principais obstáculos à construção do capital social na sociedade civil organizada de Caruaru estão na baixa disposição de indivíduos da comunidade para o trabalho voluntário e nos fracos elos de relação de confiança e solidariedade entre os mesmos.

A dificuldade de mobilização para o trabalho voluntário não é um problema específico de Caruaru, mas de qualquer localidade que apresente focos de pobreza. Ocorre que o público-alvo com que essas entidades trabalham é também seu potencial voluntário, já que são moradores da comunidade que a conhecem com maior profundidade. Porém, como em geral são pessoas mais carentes, elas precisam trabalhar extensas jornadas de trabalho remunerado para garantir a sobrevivência da família. A força de trabalho voluntária obtida por essas entidades provém de pessoas de outros segmentos sociais ou de indivíduos ligados à Igreja.

A construção do sentimento de confiança e solidariedade é mais limitada pela ausência de um ambiente institucional favorável. O ambiente institucional envolve o conjunto de instituições sociais como a família, a escola, o clube comunitário, a igreja, a segurança pública e a saúde pública. O problema observado foi que o público beneficiado pelos projetos das entidades muitas vezes é desprovido de unidades essenciais dessas instituições sociais, como possuir uma família estruturada ou

freqüentar uma escola de qualidade. São indivíduos que crescem e vivem em ambientes onde os valores da cidadania são desconhecidos ou desvalorizados e, por conseguinte, torna-se uma tarefa árdua para as entidades de capital social disseminar, junto a este público, valores como solidariedade, confiança e cooperação.

Apesar dessas dificuldades, as entidades de capital social consultadas já conseguiram construir algumas parcerias importantes com instituições de ensino, empresas privadas, entidades do Sistema S e, sobretudo, com a Igreja Católica, porém demandaram uma presença mais ativa da Prefeitura. A Cáritas de Caruaru, por exemplo, é uma instituição bastante estruturada que tem parcerias com organismos internacionais (ex: FIAN - Food First International Action Network, Catholic Relief Services etc) e com empresas nacionais e locais (ex: Edições Paulinas, Casas Cabral, Unimed Caruaru etc). A Obra Kolping também tem parcerias multilaterais. Outras entidades, como a CEPA e a ASPROMA, organizam-se mais ao nível local, firmando parcerias com a rede de ensino, estabelecimentos que fornecem material para reciclagem, o Fundeca (Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Caruaru), o Senai e o Sesc.

Contudo, os participantes do grupo focal não relataram a existência de parcerias entre eles. A Cáritas foi a única entidade a funcionar como elo entre essas instituições, não somente por ceder seu espaço físico para criação de fóruns de discussões entre elas, mas por também por participar ativamente de alguns dos projetos empreendidos pelas entidades presentes. Uma iniciativa que também merece destaque neste segmento da sociedade civil organizada e que foi mencionada entre praticamente todas as pessoas entrevistadas é o Movimento Pólo que é uma instituição abstrata com ações concretas, sem sede, que congrega instituições como a ACIC, o Rotary Lions, a Caixa Econômica Federal, o CDL, dentre outros, e se reúnem sempre para fazer pleitos ao governo do Município e ao governo do Estado.

CAPÍTULO 9 O CAPITAL SOCIAL EM GRAVATÁ

De acordo com a metodologia da pesquisa, Gravatá se enquadra dentre os municípios que apresentaram um grau de desenvolvimento humano acima da média do Agreste e tem crescido a um ritmo superior ao seu potencial edafoclimático. Por construção, a metodologia indica que a explicação para esse desempenho além do esperado deve-se a iniciativas bem sucedidas de seus agentes representativos em manter o crescimento do município em níveis superiores ao de seu potencial de recursos naturais.

O recente *boom* da economia de Gravatá foi, em grande medida, estimulado pela duplicação da BR-232, facilitando o acesso a este município e acelerando processos de desenvolvimento que já vinham germinando mesmo antes desta obra. Gravatá, desde os anos 1970, vem se tornando uma cidade de segunda residência dos moradores de Recife. Esta tendência gerou um crescimento na demanda imobiliária da cidade, alavancando as atividades de construção civil e de comércio e serviços associados à mesma, além de despertar o seu potencial turístico. Com a duplicação da referida rodovia, esses processos de desenvolvimento se intensificaram ainda mais e se refletiram na nossa metodologia de seleção de municípios, uma vez que o período de análise da nossa pesquisa abrange os anos de obras e também de conclusão da duplicação.

A compreensão das causas do bom desempenho econômico de Gravatá certamente envolve uma avaliação complexa do comportamento das empresas, do governo, instituições de treinamento, estrutura de ensino e pesquisa e da sociedade civil organizada. Para isso, a pesquisa empreendeu uma série de consultas junto aos atores-chave do desenvolvimento local. Como apresentado no capítulo 3, a dotação de capital social é um dos “fatores” que fomentam o crescimento econômico e o objetivo deste capítulo é justamente o de construir, com base nos argumentos revelados, a relação entre a atual situação de capital social de Gravatá e a razão deste município se enquadrar no grupo dos que crescem além de seu potencial natural.

Os setores já consolidados da economia gravataense englobam as atividades de comércio, turismo, construção civil, movelaria e também a agropecuária. Contudo, a atividade turística é transversa a todas essas atividades e tem impulsionado, particularmente, os segmentos de construção, criação de cavalos, floricultura, agricultura orgânica, gastronomia e artesanato. Os turistas são representados pela população flutuante de fins-de-semana, que corresponde à cerca de 200 mil pessoas, e também turistas que vêm a reboque desse fluxo turístico, que são os familiares/amigos de veranistas ou simplesmente as pessoas que vêm usufruir das atrações turísticas da cidade.

No que se refere à situação de capital social, Gravatá se destaca dos demais municípios estudados, pois apresenta instituições atuando nos mais variados segmentos da sociedade e também possui uma maior integração, tanto horizontal quanto vertical, entre elas. A cidade dispõe de diversas ONGs que atendem a públicos diferenciados, tais como crianças em situação de risco, mulheres, idosos, famílias carentes, dentre outros. As associações de empresariado, sobretudo, aquelas ligadas ao comércio e a todo o *trade* turístico atuam ativamente em parceria com a Prefeitura e com a sociedade civil organizada, de forma a obter ganhos mútuos no trabalho de cooperação desses agentes envolvidos.

A tabela 32 traz o número de entidades do capital social existentes em Gravatá levantadas pela pesquisa. É importante destacar que não se trata do universo e sim de uma amostra obtida a partir de uma lista fornecida pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Pernambuco. A decisão em se utilizar este número como um indicador, parte da premissa de que a disponibilidade de informação acerca de instituições do capital social representa, em si, um indicador de capital social. Cidades que conseguiram reunir um maior número de entidades em seu mapeamento teriam em tese maior potencial para construção de capital social. Gravatá é o município que apresenta o maior montante de entidades de capital social por mil habitantes dentre os quatro municípios estudados. Foi também nesta cidade em que a pesquisa registrou um maior grau de interação entre essas instituições.

Tabela 32
Número de instituições de capital social em Gravatá

Município	Nº de instituições levantadas	Nº de instituições levantadas por mil habitantes¹
Gravatá	97	1,39
Total dos 4 municípios	256	0,60

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Pernambuco.

1: Foi utilizada estimativas populacionais do IBGE para o ano de 2004.

Com base nas informações colhidas junto aos agentes entrevistados, algumas conclusões puderam ser extraídas, permitindo a elaboração de um breve diagnóstico do capital social desta cidade e seu impacto no desenvolvimento local. A tabela 33 traz a lista das entidades pesquisadas, a modalidade da consulta (se entrevista ou grupo focal) e as pessoas entrevistadas. Ao todo foram 14 entidades consultadas envolvendo agentes do Governo, de Conselhos Municipais, da agropecuária, do comércio e ONGs.

Tabela 33
Consultas realizadas em Gravatá

Entidade	Modalidade da consulta	Entrevistado
1. Prefeitura	Entrevista	Joaquim Neto A Silva – Prefeito
2. Secretaria de Administração e Finanças	Entrevista	Secretário - Fernando Gomes
3. Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura	Entrevista	Secretário - Arão Vítor
4. Secretaria de Turismo	Entrevista	Secretário - Rildo Feitosa
5. Conselho Municipal de Assistência Social	Entrevista	Representantes do Conselho, dentre eles: Taciana Felix (Secretária de Assistência Social); o secretário-adjunto e coordenadora de projetos do CREAS
6. Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD)	Entrevista e participação na reunião do Conselho	Samy Lemos – Presidente. Entidades presentes na reunião: presidentes de associações rurais e de moradores, produtores rurais, ONGs, Fetape e Pró-Rural
7. Produtores/trabalhadores agropecuários	Grupo focal	10 participantes, dentre eles: presidentes de associações rurais, produtores rurais e representante de sindicato
8. ONGs e Associações de projetos sociais	Grupo focal	7 participantes, dentre eles representantes da Obra de Defesa da Infância Pobre (ODIP), da Casa da Mulher, do Círculo Operário e da AMA Gravatá
9. Associação do Pólo Moveleiro	Entrevista	Rubens Bruce - Presidente
10. Associação de Comércio, Indústria e Agropecuária (ACIAG)	Entrevista	Arnaldo Souza - Presidente
11. Grupo de Apoio ao Menor de Rua (GAMR)	Entrevista	Edison – Diretor Pedagógico
12. Associação dos Artesãos de Gravatá (AAG)	Entrevista	Paula Joseane - Presidente
13. Academia de Letras e Artes de Gravatá	Entrevista	João Gabu - Presidente
14. Conselho da Paz	Entrevista	Terezinha Gomes de Carvalho – Presidente

Fonte: elaboração própria com base nos dados fornecidos pelas Secretarias Municipais, Prefeitura e pesquisa de campo.

9.1 O capital social no setor turístico

A atividade turística é a grande fonte de dinamismo do município de Gravatá. Diferentemente de Caruaru, cujo maior fluxo turístico é o de negócios, o turismo de Gravatá é essencialmente um turismo de lazer, ou melhor dizendo, um turismo de segunda residência de fins-de-semana. É a partir da demanda deste setor que se desenvolvem as demandas por outras atividades, como já argumentado no início do capítulo. Por ser a atividade turística um grande fio condutor entre as mais variadas atividades econômicas da cidade, a construção do capital social de Gravatá se distinguiu daquela observada nos outros municípios estudados. Esta dinâmica proporcionou a criação de um espírito de cooperação entre seus agentes econômicos e impulsionou a formação de parcerias para o desenvolvimento de iniciativas que, apesar de distintas, são dependentes entre si, uma vez que tudo o mais gira em torno desta demanda turística.

Por causa do turismo, a cidade se comunica. O setor hoteleiro firma parcerias com o gastronômico, com o artesanato, que, por sua vez, firma parcerias com ONGs para desenvolver trabalhos de geração de renda entre população mais carente. O comércio estrutura suas lojas para melhor receber este turista com ajuda da Prefeitura, Sebrae e associações. A Prefeitura pretende criar na rede de ensino local a disciplina “Conscientização para o turismo e o meio-ambiente”. Até a área rural tem apelo turístico, de forma que as culturas e criações locais, como a produção de flores, de morangos e o turismo eqüestre se tornam festivais culturais. Em função desta transversalidade da atividade turística de Gravatá, a governança do setor envolve agentes de diversos segmentos econômicos e sociais. São eles:

- ✓ Associações empresariais locais – formadas pelas empresas do ramo e têm a função de dar sustentação institucional a projetos, capacitar-se em termos de gestão, arregimentar seu público-alvo;
- ✓ Associação das Secretarias de Turismo do Estado de Pernambuco (ASTUR/PE) – canal de comunicação entre o poder público local e o estadual para discussão de demandas do setor. O presidente da ASTUR é o secretário de Turismo de

Gravatá. Indicação foi fruto do resultado do trabalho que vem desenvolvendo no município;

- ✓ Secretaria Municipal de Turismo – tem a função de regulamentar o setor, traçar o plano estratégico e fornecer a infra-estrutura;
- ✓ Associação de Turismo de Gravatá – formada por empresários do segmento turístico de Gravatá, com apoio do Sebrae e da Prefeitura de Gravatá. Tem a função de desenvolver toda a cadeia produtiva do turismo, em seus aspectos tecnológicos, legais, gerenciais, de recursos humanos, econômicos e financeiros;
- ✓ Sebrae – que tem a função de prover capacitação em termos de gestão empresarial e de planejamento estratégico;
- ✓ Senac – que tem a função de prover capacitação de mão-de-obra do comércio;
- ✓ Instituições financeiras – que ofertam linhas de financiamentos para atividade;
- ✓ Órgãos de ensino e pesquisa – que geram o conhecimento necessário para essas atividades;
- ✓ Associações de cultura e artesanato – entidades formadas por artesãos, artistas e escritores com a função de divulgar e incentivar a cultura local;
- ✓ ONGs que desenvolvem atividades culturais – têm a função de melhorar o bem-estar de populações carentes através de atividades culturais.

O poder público tem tido uma importância substancial no desenvolvimento do turismo, principalmente no que se refere à provisão de infra-estrutura para eventos e para os diversos pontos turísticos da cidade. Já existem 17 projetos de infra-estrutura turística³¹ que aguardam recursos do Governo Federal para serem implementados e já está em curso a construção de duas obras estruturadoras: (i) primeira perimetral urbana que passa pelo entorno da cidade e tem dez quilômetros de extensão e duas pontes

³¹ Complexo Turístico Alto do Cruzeiro; Construção do Mercado de Flores de Gravatá; Construção do Teatro Público de Gravatá; Construção do cinema de Gravatá; Construção do Parque da Cidade (já há uma área destinada); Implantação do projeto de sinalização turística de Gravatá; Implantação da sinalização de turismo equestre de Gravatá; Requalificação e modernização da Praça da Matriz; Requalificação e modernização da Praça Arão Lins; Requalificação e modernização da Praça Dez; Requalificação e modernização da Praça Rodolfo de Moraes; Construção de nova biblioteca pública; Requalificação e modernização da Avenida 15 de Novembro; Requalificação e modernização da Rua do Norte; Requalificação e modernização da Rua Quintino Bocaiuva (estas ruas são as principais vias de acesso de velocidade ao centro); Requalificação e modernização da Rua Amauri de Medeiros; Construção de dois pórticos de entrada da cidade (Recife/Caruaru e Caruaru/Recife).

(prevista para terminar em outubro) e (ii) rodovia vicinal PE-87, que vai da sede do município até Urucu-Mirim (22 km), cujo processo de licitação foi publicado no Diário Oficial em 8 de agosto de 2007.

Em parceria com empresários e o Sebrae, a Prefeitura transformou o antigo Festival de Morango no Festival Cultural, ampliando-o para abranger os segmentos de artesanato, flores, móveis e gastronomia. Além disso, também em parceria com o Sebrae e o Núcleo de Empresários da Praça 10 (associados da ACIAG) encamparam uma obra de revitalização das lojas de comércio e serviço desta Praça do centro da cidade para melhorarem as áreas de logística, atendimento e layout. O Sebrae assessorou a discussão dos empresários a serem contemplados ajudando-lhes em aspectos de gestão empresarial e de elaboração de plano estratégico para as referidas áreas.

Em entrevista, embora o presidente da ACIAG tenha se queixado que o espírito de associativismo ainda esteja muito fraco em Gravatá, quando se compara as iniciativas de parcerias com as demais cidades estudadas, observa-se que a situação de Gravatá neste quesito é relativamente boa. Pode-se dizer que a ACIC – Caruaru e a ACIAG são dois exemplos de referência no que se refere ao impacto que o associativismo teve no dinamismo de segmentos específicos das economias dessas cidades: têxtil/confecções (Caruaru) e turismo (Gravatá).

Assim como a ACIC - Caruaru, a ACIAG também possui uma estrutura de câmaras setoriais onde se formam fóruns de discussões para atender às demandas afins de cada setor. A ACIAG tem ainda a função de disseminar informações relevantes para os associados, realizar palestras de sensibilização para o associativismo, pensar junto com empresários campanhas para aumento de vendas e lançamento de produtos, fazer parcerias com instituições financeiras para facilitar a obtenção de crédito por parte dos associados, fazer parcerias com Sebrae e Senac para prover cursos de capacitação, realizar o *matching* entre estudantes de nível superior e empresários (através do Programa de Oportunidades para Estudantes e Empresários, PROE, que prevê o estágio como complemento educacional) e oferecer serviços e benefícios diversos aos seus sócios (desconto em planos de saúde e serviços de consulta ao crédito, Serasa).

A cultura e artesanato locais também alimentam a demanda turística de Gravatá. Os principais agentes desses segmentos são a Associação de Artesãos de Gravatá (AAG), a Academia de Letras e Artes de Gravatá e o Instituto Cultural Gravataense. Além desses, diversas ONGs como a Associação dos Amigos do Meio-Ambiente (AMA – Gravatá), o Grupo de Apoio aos Meninos de Rua (GAMR), a Casa de Mulheres, dentre outras, também possuem projetos de cultura e artesanato locais cujo fim é a promoção da cidadania e geração de renda para população em situação de pobreza, mas tem nos turistas um dos principais públicos consumidores. No item 9.5, destinado ao diagnóstico do capital social na sociedade civil organizada, são apresentadas as diversas ações das ONGs de Gravatá e como as mesmas se integram tanto horizontalmente quanto verticalmente para implementar os seus projetos.

9.2 O capital social no pólo moveleiro de Gravatá

Outra atividade econômica relevante para Gravatá é a fabricação de móveis artesanais que deu a Gravatá o título de Pólo Moveleiro do Agreste. Contudo, esta atividade tem amargado a concorrência com os fabricantes do sul do país que graças à modernização de seus processos produtivos e à utilização de matérias-primas mais baratas, como o MDF, chaparia e compensado, conseguiram baratear custos, tornando-se relativamente mais competitivos. No auge da produção, havia cerca de 280 fabricantes de móveis em Gravatá que além de atender ao mercado local, exportavam para a Bahia, Ceará e Sergipe. Hoje são apenas 40 que trabalham de forma artesanal, segundo relato do presidente da Associação dos Fabricantes de Móveis de Gravatá (AFMOG)³², que utilizam mão-de-obra intensivamente e ainda não incorporaram modernizações nos seus processos produtivos (ver foto 13). Essas empresas não trabalham com produção em série, tampouco se especializam em etapas específicas do processo de produção que venham a viabilizar ganhos de escala.

³² É possível que o presidente tenha se referido apenas aos grandes fabricantes, pois em levantamento de dados secundários, encontrou-se a informação de que trabalham no setor 1.500 profissionais em 150 unidades produtivas e 60 lojas especializadas no produto. (notícia publicada no site da Prefeitura vista em 27/09/2007, <http://www.prefeituradegravata.com.br/internas.php?i=81&idnoticia=98>).

Foto 13
Fábrica de móveis - Gravatá



Foto: Luís Henrique Campos.

Mas, por quê os empresários deste setor não conseguiram se modernizar e enfrentar a concorrência? A resposta a esta pergunta está fortemente relacionada ao tema deste trabalho, ou seja, o reduzido grau de capital social entre os agentes do setor vem obstruindo a elaboração de soluções para o problema da concorrência. Na governança que rege a atividade, o elo mais vulnerável está entre os próprios fabricantes de móveis que por falta de cultura associativista não têm conseguido obter ganhos a partir de cooperação mútua, nem através de parcerias com agentes de níveis hierárquicos distintos desta governança. “A associação [AFMOG] tem problemas para reunir o grupo porque eles são egoístas demais. Problemas de gestão e liderança na associação contribuíram para a sua fragilidade”, afirmou o presidente da associação em entrevista. A governança da atividade de movelaria é composta pelos seguintes agentes:

- ✓ AFMOG – formada pelas empresas do ramo e tem a função de dar sustentação institucional a projetos, capacitar-se em termos de gestão, arregimentar seu público-alvo;
- ✓ Prefeitura – tem a função de regulamentar o setor, traçar o plano estratégico e fornecer a infra-estrutura;

- ✓ Associações comerciais – formadas pelos comerciantes de artigos moveleiros, têm a função de traçar planejamento estratégico para divulgação e ampliação das vendas;
- ✓ Sebrae – que tem a função de prover capacitação para mão-de-obra envolvida na atividade e para os empresários se qualificarem em termos de gestão empresarial. Tem ainda a função de assessorar na divulgação da produção local em feiras de móveis;
- ✓ Instituições financeiras – que ofertam linhas de financiamentos para atividade;
- ✓ Órgãos de ensino e pesquisa – que geram o conhecimento necessário para essas atividades;
- ✓ Círculo Operário – tem oficina de marcenaria onde são fornecidos cursos de capacitação.

Para que os fabricantes de Gravatá recuperem sua competitividade e consigam enfrentar a concorrência do sul do país, a principal ação a ser tomada consiste na modernização do processo produtivo que venha a baratear custos. Para isto necessitam não somente adquirir maquinários tecnologicamente mais avançados, mas principalmente precisam racionalizar seus processos produtivos para trabalharem com produção em série e adotarem divisão do trabalho, gerando uma integração entre fabricantes de forma a que cada um se especialize em partes específicas do processo de produção. Este tipo de iniciativa requer uma disposição para cooperação entre os fabricantes e um grau de coordenação eficiente entre eles, uma vez que o padrão de qualidade das peças deve ser uniformizado para que a montagem final do móvel esteja em harmonia e com qualidade única. O problema é que há uma grande resistência a este tipo de cooperação horizontal entre os produtores de móveis, como revelou o presidente da AFMOG: *“não aceitam [os fabricantes] compartilhar as etapas do processo produtivo, mas continuo forçando para conseguir sensibilizá-los para a importância do associativismo”*.

O curioso e, possivelmente mais animador, é que o sentimento que se obteve em conversas sobre a atividade moveleira na cidade é que os fabricantes estão mais “desanimados” do que outros agentes da governança do setor que não se encontram

envolvidos diretamente na produção. Há uma intensa disposição por parte do Sebrae, Círculo Operário, entidades de pesquisa e Prefeitura em cooperarem para a promoção de capacitação de marceneiros, elaboração de estudos ergonômicos para móveis e envio de fabricantes a feiras de móveis do resto do país. Foram capturadas nas entrevistas, várias iniciativas que comprovaram este argumento.

Em 2006, o Sebrae e a Prefeitura organizaram trinta stands para o Pólo Moveleiro na Fenart. A Prefeitura levou dez fabricantes locais para Feira Internacional de Máquinas, Matérias-Primas e Acessórios para a indústria moveleira, madeireira e de base floresta (FIMMA), em Bento Gonçalves (RS), com o objetivo de que os produtores gravataenses observassem experiências de estruturas industriais de produção e se conscientizassem sobre a importância da modernização e da produção conjunta. Para melhorar um pouco a crise do setor, o presidente da AFMOG relatou que os empresários tiveram a idéia de promover feiras semanais de móveis (como a Feira da Sulanca de Caruaru), mas a gestão anterior da Prefeitura não apoiou a idéia. Seria no mesmo local das lojas, fechando a rua para não circular automóveis. Segundo o próprio presidente *“hoje a Prefeitura apóia, mas os empresários do setor já se encontram desanimados”*. Neste aspecto, a opinião do atual prefeito é a de que os fabricantes precisam se organizar melhor entre si para conseguir realizar essas feiras semanais. Ressalta ainda que *“há uma dificuldade de transformar a cabeça dos empresários do setor. O Sebrae chegou a desistir de atuar na área em Gravatá. O Pólo não investe nos eventos públicos”*.

9.3 O capital social na agropecuária

Assim como em Caruaru, o setor agropecuário de Gravatá tem uma importância para o PIB municipal inferior à média observada para o Agreste. Contudo, é um segmento que merece atenção especial porque existem cadeias produtivas que começam a ganhar importância regional e até mesmo nacional, como o caso da produção de flores, da agricultura orgânica e da criação de cavalo e também por ser historicamente uma atividade em que o desenvolvimento do associativismo tem trazido melhorias para o bem-estar das pessoas.

A produção agropecuária de Gravatá se distribui em áreas de brejo, que dispõe de mais água, e em áreas de agreste, mais seca, cuja produção é mais vulnerável à ocorrência de chuvas. No terreno mais seco produz-se principalmente milho, feijão e abacaxi e também é mais propício para a criação de animais. Na área de brejo se cultivam tangerina, banana, batata, milho, feijão, mandioca e flor. A atual governança do setor é regida pelos seguintes atores:

- ✓ Associações de produtores rurais – que têm a função de elaborar projetos, obter financiamento e assistência técnica junto a entidades governamentais e não-governamentais;
- ✓ Sebrae – que tem a função de prover capacitação a atividades relacionadas ao meio rural: como o artesanato, turismo ecológico, dentre outros;
- ✓ Instituições financeiras – que ofertam linhas de financiamentos para atividade;
- ✓ Pró-Rural – que tem a função de prover investimentos em ações infra-estruturais e do apoio à atividade produtiva, bem como do incremento ao capital social das associações rurais comunitárias e dos Conselhos Municipais, mediante o estímulo à organização e participação nos processos decisórios e de gestão;
- ✓ Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA) – que gera o conhecimento necessário para a atividade agropecuária, fornece assistência técnica e extensão rural, realiza obras de infra-estrutura hídrica e disponibiliza bens e serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio;
- ✓ Sindicatos, Federações – que têm a função de reunir as demandas dos produtores/trabalhadores rurais e prover determinados serviços aos mesmos, como: auxílio na abertura de associações, na obtenção de aposentadorias, na obtenção de linhas de financiamento; no acesso a informações sobre programas governamentais ou não-governamentais destinados ao setor, dentre outros;
- ✓ Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – que tem a função de reunir os produtores, agentes governamentais e não-governamentais ligados à atividade rural para discutir as necessidades dos produtores e vislumbrar soluções. Dissemina informações referentes a programas destinados à atividade

e os requisitos necessários para que o produtor venha a ser beneficiado pelos mesmos;

- ✓ ONGs que desenvolvem atividades para zona rural – têm a função de melhorar o bem-estar dessas populações através de atividades de geração de renda e fornecimento de projetos de infra-estrutura.

O capital social da agropecuária de Gravatá não se diferencia muito da situação verificada em Caruaru e Bom Conselho, no sentido de serem municípios em que já se observa a organização de produtores rurais em associações para melhor pleitear recursos e projetos para suas comunidades. Contudo, no grupo focal realizado em Gravatá com presidentes de associações pôde-se verificar que o associativismo é relativamente mais bem estruturado do que nas demais cidades estudadas (ver foto 14). Isto porque a pesquisa registrou alguns sinais que revelam maior grau de organização e cooperação nas associações rurais de Gravatá. Por exemplo, de uma maneira geral as associações rurais deste município têm sede própria e realizam reunião com frequência definida, embora se registre queixas de baixo grau de participação dos associados.

Além disso, nas reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, principal fórum de debate das demandas dos produtores rurais, há um forte grau de participação dessas entidades que já conseguiram se beneficiar de projetos do Pró-Rural, Cáritas, Fetape, dentre outros. O próprio presidente deste Conselho destacou que as associações de produtores rurais de Gravatá já são bem mais organizadas e engajadas na participação de fóruns de discussão do que as associações de moradores da área urbana de Gravatá.

Foto 14
Produtores rurais na reunião do Conselho
Municipal de Desenvolvimento Sustentável
Gravatá



Foto: Luís Henrique Campos.

Outro diferencial das associações rurais de Gravatá quando comparadas aos demais municípios é a maior autonomia em relação ao poder público. Muitos presidentes de associação foram unânimes em afirmar que preferem se manter isentos de política partidária: *“É difícil trabalhar com a Prefeitura por questões políticas. A gente não quer se sujeitar à política praticada pelo prefeito”*. A existência desta preocupação por parte dos produtores rurais já os distancia de uma posição de dependência de recursos públicos para condução de seu trabalho.

Esta situação relativamente mais favorável dos produtores de Gravatá, infelizmente não se verifica entre os agricultores assentados pelo Incra. Neste grupo se observou menor incentivo ao associativismo, uma vez que mesmo organizados, para que sejam beneficiados por projetos (vindos do Pró-Rural, Banco Mundial etc) é necessário haver anuência do Incra, processo que é semelhante para todos, independentemente de serem ou não mais organizados.

Afora a dificuldade de construção de capital social neste grupo específico, o debate com o grupo focal de produtores rurais revelou que há um obstáculo generalizado para o capital social no setor agropecuário de Gravatá, que é a resistência ao cooperativismo. Note que o cooperativismo já é um passo adiante ao de associativismo, já que trabalhadores cooperados dividem meios de produção, riscos na

obtenção de empréstimos e, até mesmo, lucros. Os participantes do grupo afirmaram que *“o cooperativismo é fraco. Não há divisão de objetos/equipamentos coletivamente e é um processo lento de se construir porque há cultura individualista da população para formação de cooperativas e divisão dos lucros”*.

9.4 O capital social na sociedade civil organizada

No grupo focal realizado com entidades da sociedade civil organizada participaram representantes de seis instituições que atuam, sobretudo em projetos de cunho social, de geração de renda, de preservação do meio-ambiente e segurança pública. Abaixo a lista e descrição das mesmas:

- ✓ Associação dos Amigos do Meio-Ambiente (AMA – Gravatá) – Tem a função de difundir a agricultura ecológica entre produtores rurais, oferecer educação ambiental na Escola Rural Brejo da Floresta e promover o evento anual da Semana do Meio Ambiente de Gravatá;
- ✓ Casa da Mulher - trabalha com mulheres a nível mental e para geração de renda. O trabalho mental se dá através da Oficina de Emoções, quando, semanalmente, uma psicóloga do Recife vem (trabalho voluntário) conversar com as mulheres (geralmente grupo de 15 a 20). O trabalho de geração de renda se dá através de oficinas (cursos) com duração variando entre 1 e 4 semanas. Têm oficinas de chocolate, licor, reciclagem, artesanato diverso, tecelagem. Cada oficina tem um grupo de mais ou menos 10 mulheres;
- ✓ Obra de Defesa da Criança Pobre (ODIP) - ONG pertencente à Paróquia de Santana. O presidente é sempre o vigário da cidade. Atende crianças de 4 a 17 anos, através de oficinas de artes e cultura e também fornecem complemento educacional. As oficinas são de tecelagem manual e elétrica, padaria, informática, música, dança, capoeira, artes, corte e costura, serigrafia e esportes. São 410 crianças/adolescentes atendidos. Desses, 163 são apadrinhados pela Alemanha. Seleção dos beneficiários é feita por técnicos da ODIP, que procura ajudar os mais necessitados;

- ✓ Círculo Operário (Círculo de Trabalhadores Cristãos) – ONG fundada em 1962, que visa o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do homem, trabalhando também nas áreas sociais de formação, capacitação e educação;
- ✓ Grupo de Apoio aos Meninos de Rua (GAMR) – ONG que trabalha com meninos com vivência de rua de 4 a 19 anos. Oferece aulas de música, de danças populares, de Maracatu e Pífano, oficina de jóias de prata, aulas de pré-escolar, 1ª e 2ª séries;
- ✓ Conselho da Paz – tem a função de realizar debate com a sociedade para a promoção da paz;

A principal característica observada nas entidades da sociedade civil organizada é que se integram tanto horizontalmente quanto verticalmente. Dentre os quatro municípios estudados, as instituições da sociedade civil de Gravatá estiveram entre as que apresentaram um capital social mais bem constituído, pois foi justamente o segmento em que se registrou a existência de parcerias entre os mais diversos tipos de entidades. São parcerias multilaterais que envolvem organismos locais, nacionais e internacionais, cujo resultado do trabalho já tem uma visibilidade e reconhecimento da população local.

Nas discussões em grupo focal, pôde-se perceber que a construção do capital social tem sido fruto do trabalho permanente de entidades pioneiras na cidade. O Círculo Operário foi uma célula fundamental neste processo. Existente há 45 anos, esta organização teve uma atuação essencial na mobilização dos trabalhadores do campo, junto com as Ligas Camponesas, e no nascimento da cultura associativista nos mais diversos ramos da economia. Várias associações de grupos produtivos nasceram dentro do Círculo Operário. Hoje esta instituição continua não somente ativa, como se tornou o principal espaço de debate das entidades que representam a sociedade civil organizada. Reuniões de Conselhos, fóruns para discutir os projetos das ONGs locais, realização de cursos e oficinas acontecem no Círculo Operário (ver fotos 15 e 16).

Fotos 15 e 16

Sede do Círculo dos trabalhadores cristãos (ou Círculo Operário) - Gravatá



Foto: Luís Henrique Campos.

Para ilustrar as integrações horizontais e verticais existentes na rede de entidades da sociedade civil organizada, serão apresentados alguns exemplos de projetos cuja implementação junto ao seu público-alvo segue a lógica de um trabalho integrado, onde a realização não seria possível sem a criação de parcerias. Um primeiro exemplo de projeto é a confecção das famosas Bonequinhas da Sorte, cuja produção tem sido apoiada pela Visão Mundial (VM), Casa da Mulher e Associação dos Artesãos de Gravatá (AAG) e se transformou num projeto de geração de renda para mulheres carentes. A AAG e VM trabalharam junto com a Casa da Mulher para atingir seu público-alvo. São seis grupos de trabalho e cada um reúne trinta costureiras. Cada grupo se dedica a uma parte específica da bonequinha (cabeça, tronco, saia, blusa, chapéu), enquanto outro grupo faz a montagem final. Há reuniões mensais com as costureiras para acompanhamento da qualidade do trabalho e o pagamento é por produção. Quem trabalha uma jornada de oito horas tira em média 1 salário mínimo. A Visão Mundial ajuda na comercialização exportando a produção para Holanda e Portugal. Faz também parceria com O Boticário em ação de responsabilidade social, onde O Boticário vende cartão com a Bonequinha e a história do Projeto.

A AMA – Gravatá também pode ser citada como outro exemplo em que a lógica de criação de redes de trabalho pauta a implementação de projetos. Juntamente com o Instituto EcoSocial e a Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá (CIDA), a AMA realiza o Projeto Germinar que se destina à formação de lideranças sociais, tais como sindicatos, associações e ONGs. A ONG sueca Terra do Futuro

produziu um vídeo sobre agricultura orgânica e também apóia cursos de pedagogia ambiental. Além disso, a AMA acompanha tecnicamente a produção de um grupo de agricultores de produtos orgânicos a partir de parcerias com o SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa) e associações de produtores. Por fim, a AMA conta ainda com apoio financeiro da Share (Fundação não-lucrativa canadense que trabalha com agricultura), da Prefeitura (para a realização da Semana do Meio Ambiente) e executa em parceria com a ODIP, oficina de reciclagem de material.

A ODIP, que também é parceria da AMA, realiza seus projetos a partir de parcerias com a Prefeitura, que arca com o pagamento de professores e do pessoal de serviços gerais. Tem convênio com o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do Governo Federal): 80 beneficiados do PETI estudam na ODIP e 3 são monitores. Recebe apoio da KNH (Kindernothilfe – agência de desenvolvimento alemã). Além de firmar parcerias com o Sesi para cursos de curta duração como corte e costura, informática, artesanato, cabeleireiro e manicure.

A Visão Mundial e a KHN também fazem parcerias com o GAMR, a primeira no financiamento de oficinas de jóias de prata e a segunda no financiamento de toda a estrutura desta entidade. A parceria da KHN com o GAMR foi conseguida através da ODIP, o que revela a eficiência da rede de entidades da sociedade civil organizada (ver foto 17). Outro parceiro é o Brazil Foundation, organização não-lucrativa que mobiliza recursos para as áreas de educação, saúde, direitos humanos, cidadania e cultura e financiará a compra de instrumentos musicais e material didático para o GAMR (ver foto 18).

Foto 17

Ilustração do trabalho de
parceria entre GAMR e Alemanha



Foto 18

Oficina de música do GAMR



Fotos: Luís Henrique Campos.

Outra iniciativa interessante proveniente de segmentos da sociedade civil organizada foi a criação do Conselho da Paz que tem a função de promover segurança para os moradores de Gravatá. Este Conselho interage com as polícias civil e militar e com diversos representantes da sociedade, como: a Juíza, a Promotora, o Delegado, associações de bairros, Academia de Letras e Artes de Gravatá, Igreja Católica, Igreja Evangélica, Tabernáculo Espírita Joana D'arc e ODIP. O objetivo é encontrar soluções para reduzir a violência na cidade e sensibilizar a população para esta questão. Com este intuito, há fabricação de material de divulgação que é realizado a partir de doação de comerciantes e de pessoas da sociedade.

CAPÍTULO 10 CONCLUSÕES

A idéia original desta pesquisa foi a de construir uma metodologia que classificasse municípios do Agreste de Pernambuco segundo duas dimensões essenciais do bem-estar: o nível de IDH e o crescimento do PIB per capita entre 1999 e 2004, controlando para os seus recursos edafoclimáticos. Ao se controlar para a dotação de recursos naturais, os resíduos das estimações do PIB per capita passaram a incorporar todos os determinantes deste crescimento, que não aqueles relacionados ao clima e solo. Dentre esses determinantes se encontram naturalmente a intervenção humana, a partir das iniciativas pública e privada dos diversos agentes econômicos. Por definição, o valor do IDH também é fruto de políticas de intervenções humanas nas áreas de renda, saúde e educação. Como resultado, a metodologia utilizada classificou os municípios de acordo com a qualidade de vida de seus habitantes e com o dinamismo econômico decorrente das ações de seus agentes, neutralizando para qualquer vantagem de recursos edafoclimáticos que pudessem diferenciar, *a priori*, o desenvolvimento das localidades.

Neste exercício, a metodologia identificou quatro tipologias de desenvolvimento local: (i) municípios com valor de IDH abaixo da média do Agreste, apresentando um crescimento do PIB per capita aquém do seu potencial edafoclimático; (ii) municípios com valor de IDH abaixo da média do Agreste, apresentando um crescimento do PIB per capita além do seu potencial edafoclimático; (iii) municípios com valor de IDH acima da média do Agreste, apresentando um crescimento do PIB per capita aquém do seu potencial edafoclimático e (iv) municípios com valor de IDH acima da média do Agreste, apresentando um crescimento do PIB per capita além do seu potencial edafoclimático. Os municípios mais populosos de cada um desses grupos foram então escolhidos para um estudo de caso mais aprofundado. Da tipologia (i) foi selecionada a cidade de Buíque, da (ii) a de Bom Conselho, da (iii) a de Caruaru e da (iv) a de Gravatá. Neste estudo de caso, o foco principal foi a análise da intervenção humana no curso do desenvolvimento local, a partir da construção do capital social.

Buíque e Bom Conselho estão entre os municípios com IDH abaixo da média do Agreste pernambucano. Contudo, do ponto de vista do dinamismo econômico,

o primeiro município vem crescendo menos do que seu potencial natural, enquanto o segundo tem conseguido superar seu potencial edafoclimático. A realização de entrevistas em profundidade e de grupos focais possibilitou a elaboração de um diagnóstico da situação do capital social dessas cidades, o que permitiu compreender os mecanismos que pudessem estar afetando esse desempenho diferenciado do dinamismo econômico.

Com base nesses diagnósticos pôde-se concluir que Bom Conselho é uma cidade que já possui uma certa tradição de cooperativismo no setor agropecuário, principalmente entre os produtores de leite. A compra da estatal Cilpe pela Parmalat vem demandando uma necessidade de reestruturação do cooperativismo local, principalmente porque a estratégia adotada pela Parmalat nos mercados em que atua foi, na época da privatização, adquirir os pequenos laticínios para fechá-los e assumir uma postura de quase monopsonio, o que diminui a rentabilidade dos produtores. Apesar disto, há um esforço entre os produtores locais para reestruturação das cooperativas. Isto revela que há uma transição positiva do cooperativismo no modelo Cilpe – em que havia menos exigências sobre a qualidade do leite entregue e onde o padrão de comercialização conferia aos produtores um importante nível de subsídio – para o modelo de cooperativismo que atende a um comprador privado mais preocupado com a qualidade. Esta transição traz em si oportunidades para que os produtores locais se tornem menos dependentes de subsídios públicos e ampliem o seu poder de barganha, junto ao monopsonista, através da formação de cooperativas.

Em Buíque, não foram identificadas redes de capital social consolidadas. O município tem um perfil messiânico e três atores sociais se mostram relevantes para demarcar isso: o atual prefeito – que se mantém na condição de principal fomentador do desenvolvimento local –, a presidente da ONG Amigos do Bem – que influencia a vida dos trabalhadores contratados, retirando-os de suas casas de origem e levando-os à prática religiosa e ao abandono do consumo de álcool – e o líder místico Meu Rei – que estimulou várias famílias a viver no Vale do Catimbau e assumir a crença pregada por ele. Este elemento cultural do município retira a responsabilidade dos indivíduos de não assumir as rédeas das ações políticas para gerir Buíque, fortalecendo sua condição de passividade, à espera de iniciativas governamentais para que o desenvolvimento se

consolide. O pouco que existe de construção de capital social se deve aos movimentos sociais ligados à igreja, havendo inclusive uma experiência que já gerou um impacto concreto no bem-estar da população local: a redução da mortalidade infantil obtida graças ao trabalho da Pastoral da Criança.

Caruaru e Gravatá estiveram entre os municípios com IDH acima da média do Agreste Pernambucano, porém, a primeira cidade apresentou crescimento do PIB per capita aquém do seu potencial edafoclimático, enquanto que a segunda cresceu mais do que seu potencial natural. Com base nas entrevistas e grupos focais realizados nesses municípios, pôde-se concluir que a construção do capital social em Caruaru não é uniforme dentre os vários segmentos de sua sociedade. No setor empresarial há um forte espírito empreendedor, mas com atividades cooperativas relevantes apenas na cadeia de vestuário. A sociedade civil organizada, representada sobretudo por ONGs e entidades que desenvolvem trabalhos de cunho social, encontra sérias dificuldades no ambiente institucional. Para que seus projetos gerem frutos seria necessário haver instituições sociais fortalecidas na sua governança, o que não está acontecendo tendo em vista que o público-alvo dessas entidades não possui famílias estruturadas, não tem acesso a escolas ou outros serviços públicos de qualidade. Apenas a Igreja tem tido uma participação mais efetiva junto a essas instituições de capital social. Na zona rural, observou-se uma certa desorganização do capital social entre seus agentes. Fechamento de associações devido à falta de gerência de seus representantes, a pouca transparência na prestação de contas, ao forte grau de dependência de recursos públicos e, principalmente, devido à falta de cultura associativista entre os produtores rurais foram as principais causas do capital social fragilizado neste setor.

Gravatá foi o município em que se observou maior consolidação do capital social. A partir dos relatos dos agentes entrevistados, foi possível concluir que há dois aspectos fundamentais na construção dessas redes sociais. O primeiro está relacionado ao fato de que o turismo é um grande agregador de diversas demandas e, portanto, faz com que agentes de segmentos econômicos distintos se comuniquem em função de um mesmo fim: o atendimento do fluxo turístico. O segundo aspecto se deve a uma tradição histórica de construção de cultura associativista que nasceu há 45 anos no Círculo Operário e se solidificou na atuação de diversas entidades da sociedade civil organizada.

Várias associações de grupos produtivos nasceram dentro do Círculo Operário. Hoje esta instituição continua não somente ativa, como se tornou o principal espaço de debate das entidades que representam a sociedade civil organizada. Reuniões de conselhos, fóruns para discutir os projetos das ONGs locais, realização de cursos e oficinas acontecem no Círculo Operário. O pólo moveleiro foi o único setor em que se observou um certo dismantelo do capital social, apresentando pouca cooperação entre seus empresários e menor propensão a firmar parcerias com outros agentes que regem a governança deste setor como o Sebrae, a ACIAG e a própria prefeitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, A. R & RAPOSO, I. **Dotação de infra-estrutura como limitante para redução das disparidades regionais no Brasil.** Nova Friburgo: Anais do XXX Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 2002.

BASU, K. **Analytical development economics: the less developed economy revisited.** The MIT Press, 2003.

BOURDIEU, P. **Les trois états du capital culturel.** Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 31, pp. 3-6, 1979.

BOURDIEU, P. **Le capital social: notes provisoires.** Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 31, pp.2-3, 1980.

BOURDIEU, P. *Forms of capital* in J. C. Richards (ed.) Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education. New York: Greenwood Press, 1983.

BOURDIEU, P. **La distinción.** Madrid: Taurus Humanidades, 1991.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **Le champ économique.** Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 119, pp. 48-66, 1997.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BURITY, J. *Identidades coletivas em transição e a ativação de uma esfera pública não-estatal* in LUBAMBO, C., COÊLHO, D. & MELO, M. (orgs). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2005.

COLEMAN, J. C. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1994.

CÔRTEZ, S. *Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura* in LUBAMBO, C., COÊLHO, D. & MELO, M. (orgs). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

DOMAR, E. **Capital expansion, rate of growth and employment**. *Econometrica* 14, 1946.

DUARTE, R. **Fatores condicionantes e limitantes do desenvolvimento local sustentável no Nordeste - estudo de casos**. Recife: projeto de pesquisa, mimeo, 2002.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

FERNANDES, A. & BONFIM, W. *A democratização da gestão municipal no Brasil: a abordagem teórica do objeto* in LUBAMBO, C., COÊLHO, D. & MELO, M. (orgs). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FREITAG-ROUANET, B. *A cidade brasileira como espaço cultural* in **Tempo Social** (Revista de Sociologia da USP). USP: São Paulo, 12(1): 29-46, maio de 2000.

FUKUYAMA, F. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GALOR, O. & ZEIRA, J. **Income distribution and macroeconomics**. *Review of Economic Studies* 60, 1993.

GOMES, W. *Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas* in RUBIM, Antonio Albino Canelas; BENTZ, Ione Maria Ghislene & PINTO, Milton José (orgs.). **Produção e Recepção dos Sentidos Midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HARROD, R. F. **An essay in dynamic theory**. *Economic Journal* 49, 1939.

HARVEY, David. *A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura* in MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos, 2005.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

INFED – Informal Education. **Social capital**. Disponível em http://www.infed.org/biblio/social_capital.htm.

JOVCHELOVITCH, S. *Re(des)cobrando o outro – para um entendimento da alteridade na Teoria das Representações Sociais* in ARRUDA, Ângela (org). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

JOVCHELOVITCH, S. *Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais* in **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 6ª edição. pp. 63-85, 2000.

LAGE, A (org). **Catálogo de Organizações da Sociedade Civil do Município de Caruaru/PE**. Caruaru: UFPE, agosto 2007.

LUCAS, R. E. **On the mechanics of economic development**. *Journal of Monetary Economics* 22, 1988.

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. IV Conferência Regional ISTR-LAC. San José, Costa Rica: 2003. Disponível em <http://www.lasociedadcivil.org/uploads/ciberteca/carlosmilanip.pdf>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Atlas Territórios Rurais**, 2004.

NURKSE, R. **Problems of capital formation in underdeveloped countries**. New York: Oxford University Press, 1953.

PARSONS, T. **The social system**. London: Routledge & Kegan Paul, 1970.

PERNAMBUCO, Governo do Estado de. **Matrizes Curriculares de Referência para o Estado de Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação – Diretoria de Política e Programas Educacionais, 2002.

PORTES, A. **The two meanings of social capital**. Sociological Forum, v. 15, n.1, pp. 1-12, 2000.

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone. The collapse and revival of American community**. New York: Simon and Schuster, 2000.

RAMSEY, F. P. **A mathematical theory of saving**. Economic Journal 38, 1928.

REIS, A. C. F. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri: Manole, 2007.

RIBEIRO, L. M. *Cultura e Comunicação em Raymond Williams e Pierre Bourdieu* in **Comunicação e sociedade: cultura, informação e espaço público**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

RICARDO, D. **The principles of political economy and taxation**. Reprinted 1973, London: Dent, 1817.

ROMER, P. M. **Increasing returns and long-run growth**. *Journal of Political Economy* 94, 1986.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. **Problems of industrialization in eastern and southeastern Europe**. *Economic Journal*, 53, 1943.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, N. M. *Comercialização e produtos culturais: pontos para reflexão* in **Estudos de Sociologia** (Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE). Editora Universitária: Recife, 11 (1,2): 31-48, janeiro/dezembro de 2004.

SOLOW, R. M. **A contribution to the theory of economic growth**. *Quarterly Journal of Economics*, 70, 1956.

SWAN, T. W. **Economic growth and capital accumulation**. *Economic Record*, 32, 1956.

THE WORLD BANK. **What is Social Capital?** PovertyNet, 1999. Disponível em <http://www.worldbank.org/poverty/scapital/whatsc.htm>.

WOOCOCK, M. & NARAYAN, D. **Social capital: implications for development theory, research, and policy**. *The World Bank Observer*, vol. 15, n. 2, pp. 225-249, agosto 2000.

APÊNDICE

Tabela 1
Crescimentos instantâneos dos municípios de Pernambuco, exceto RMR e Fernando de Noronha

Município	Mesorregião	<i>g_i</i>
Agrestina	Agreste Pernambucano	0,0040
Águas Belas	Agreste Pernambucano	0,0822
Alagoinha	Agreste Pernambucano	0,0524
Altinho	Agreste Pernambucano	0,0256
Angelim	Agreste Pernambucano	0,0262
Barra de Guabiraba	Agreste Pernambucano	0,0216
Belo Jardim	Agreste Pernambucano	0,0149
Bezerros	Agreste Pernambucano	0,0308
Bom Conselho	Agreste Pernambucano	0,0392
Bom Jardim	Agreste Pernambucano	0,0251
Bonito	Agreste Pernambucano	-0,0135
Brejão	Agreste Pernambucano	0,0395
Brejo da Madre de Deus	Agreste Pernambucano	0,0208
Buíque	Agreste Pernambucano	0,0126
Cachoeirinha	Agreste Pernambucano	0,0571
Caetés	Agreste Pernambucano	0,0191
Calçado	Agreste Pernambucano	0,0575
Camocim de São Félix	Agreste Pernambucano	0,0282
Canhotinho	Agreste Pernambucano	0,0238
Capoeiras	Agreste Pernambucano	0,0435
Caruaru	Agreste Pernambucano	-0,0027
Casinhas	Agreste Pernambucano	0,0283
Correntes	Agreste Pernambucano	0,0136
Cumarú	Agreste Pernambucano	-0,0187
Cupira	Agreste Pernambucano	0,0434
Feira Nova	Agreste Pernambucano	0,0076
Frei Miguelinho	Agreste Pernambucano	0,0520
Garanhuns	Agreste Pernambucano	0,0105
Gravatá	Agreste Pernambucano	0,0167
Iati	Agreste Pernambucano	0,0128
Ibirajuba	Agreste Pernambucano	0,0788
Itaíba	Agreste Pernambucano	0,0438
Jataúba	Agreste Pernambucano	0,0554
João Alfredo	Agreste Pernambucano	0,0196
Jucati	Agreste Pernambucano	0,0692
Jupi	Agreste Pernambucano	0,0632
Jurema	Agreste Pernambucano	0,0496
Lagoa do Ouro	Agreste Pernambucano	0,0243
Lagoa dos Gatos	Agreste Pernambucano	0,0104
Lajedo	Agreste Pernambucano	0,0509

Município	Mesorregião	g_i
Limoeiro	Agreste Pernambucano	0,0036
Machados	Agreste Pernambucano	0,0088
Orobó	Agreste Pernambucano	0,0398
Palmeirina	Agreste Pernambucano	0,0295
Panelas	Agreste Pernambucano	0,0186
Paranatama	Agreste Pernambucano	0,0830
Passira	Agreste Pernambucano	0,0306
Pedra	Agreste Pernambucano	0,0861
Pesqueira	Agreste Pernambucano	-0,0066
Poção	Agreste Pernambucano	0,0280
Riacho das Almas	Agreste Pernambucano	-0,0196
Sairé	Agreste Pernambucano	0,0236
Salgadinho	Agreste Pernambucano	-0,0310
Saloá	Agreste Pernambucano	0,0363
Sanharó	Agreste Pernambucano	-0,0358
Santa Cruz do Capibaribe	Agreste Pernambucano	-0,0009
Santa Maria do Cambucá	Agreste Pernambucano	0,0067
São Bento do Una	Agreste Pernambucano	0,0257
São Caitano	Agreste Pernambucano	0,0112
São João	Agreste Pernambucano	0,0604
São Joaquim do Monte	Agreste Pernambucano	0,0668
São Vicente Ferrer	Agreste Pernambucano	0,0478
Surubim	Agreste Pernambucano	0,0597
Tacaimbó	Agreste Pernambucano	-0,0256
Taquaritinga do Norte	Agreste Pernambucano	0,0191
Terezinha	Agreste Pernambucano	0,0417
Toritama	Agreste Pernambucano	0,0614
Tupanatinga	Agreste Pernambucano	0,0067
Venturosa	Agreste Pernambucano	0,0349
Vertente do Lério	Agreste Pernambucano	0,0563
Vertentes	Agreste Pernambucano	-0,0116
Afrânio	São Francisco Pernambucano	0,0008
Belém de São Francisco	São Francisco Pernambucano	0,0258
Cabrobó	São Francisco Pernambucano	0,0267
Carnaubeira da Penha	São Francisco Pernambucano	0,0514
Dormentes	São Francisco Pernambucano	0,0685
Floresta	São Francisco Pernambucano	0,0242
Itacuruba	São Francisco Pernambucano	0,0242
Jatobá	São Francisco Pernambucano	0,0493
Lagoa Grande	São Francisco Pernambucano	0,0616
Orocó	São Francisco Pernambucano	0,0556
Petrolândia	São Francisco Pernambucano	-0,0155
Petrolina	São Francisco Pernambucano	0,0172
Santa Maria da Boa Vista	São Francisco Pernambucano	0,0538
Tacaratu	São Francisco Pernambucano	0,0202

Município	Mesorregião	<i>g_i</i>
Terra Nova	São Francisco Pernambucano	0,0340
Água Preta	Mata Pernambucana	0,0242
Aliança	Mata Pernambucana	0,0743
Amaraji	Mata Pernambucana	-0,0037
Barreiros	Mata Pernambucana	0,0284
Belém de Maria	Mata Pernambucana	0,1208
Buenos Aires	Mata Pernambucana	0,0344
Camutanga	Mata Pernambucana	0,0974
Carpina	Mata Pernambucana	-0,0752
Catende	Mata Pernambucana	-0,0369
Chã de Alegria	Mata Pernambucana	-0,1279
Chã Grande	Mata Pernambucana	0,0027
Condado	Mata Pernambucana	0,0477
Cortês	Mata Pernambucana	0,0188
Escada	Mata Pernambucana	-0,0003
Ferreiros	Mata Pernambucana	0,0391
Gameleira	Mata Pernambucana	0,0083
Glória do Goitá	Mata Pernambucana	0,0053
Goiana	Mata Pernambucana	0,0293
Itambé	Mata Pernambucana	0,0598
Itaquitinga	Mata Pernambucana	0,0026
Jaqueira	Mata Pernambucana	-0,0782
Joaquim Nabuco	Mata Pernambucana	-0,0097
Lagoa do Carro	Mata Pernambucana	0,0455
Lagoa do Itaenga	Mata Pernambucana	0,0351
Macaparana	Mata Pernambucana	0,0243
Maraial	Mata Pernambucana	-0,0335
Nazaré da Mata	Mata Pernambucana	-0,0177
Palmares	Mata Pernambucana	0,0372
Paudalho	Mata Pernambucana	-0,0533
Pombos	Mata Pernambucana	-0,0380
Primavera	Mata Pernambucana	0,0670
Quipapá	Mata Pernambucana	0,0675
Ribeirão	Mata Pernambucana	0,0465
Rio Formoso	Mata Pernambucana	0,0065
São Benedito do Sul	Mata Pernambucana	0,0930
São José da Coroa Grande	Mata Pernambucana	0,0083
Sirinhaém	Mata Pernambucana	0,0230
Tamandaré	Mata Pernambucana	0,0038
Timbaúba	Mata Pernambucana	0,0322
Tracunhaém	Mata Pernambucana	0,0529
Vicência	Mata Pernambucana	0,0576
Vitória de Santo Antão	Mata Pernambucana	0,0208
Xexéu	Mata Pernambucana	0,0322
Afogados da Ingazeira	Sertão Pernambucano	0,0021

Município	Mesorregião	g_i
Araripina	Sertão Pernambucano	-0,0352
Arcoverde	Sertão Pernambucano	0,0069
Betânia	Sertão Pernambucano	0,0534
Bodocó	Sertão Pernambucano	-0,0195
Brejinho	Sertão Pernambucano	0,0383
Calumbi	Sertão Pernambucano	0,0502
Carnaíba	Sertão Pernambucano	0,0850
Cedro	Sertão Pernambucano	0,0384
Custódia	Sertão Pernambucano	0,0191
Exu	Sertão Pernambucano	0,0087
Flores	Sertão Pernambucano	0,0801
Granito	Sertão Pernambucano	-0,0173
Ibimirim	Sertão Pernambucano	0,0789
Iguaraci	Sertão Pernambucano	0,0535
Inajá	Sertão Pernambucano	0,0899
Ingazeira	Sertão Pernambucano	0,0957
Ipubi	Sertão Pernambucano	-0,0047
Itapetim	Sertão Pernambucano	0,0471
Manari	Sertão Pernambucano	0,0445
Mirandiba	Sertão Pernambucano	0,0401
Moreilândia	Sertão Pernambucano	0,0449
Ouricuri	Sertão Pernambucano	-0,0137
Parnamirim	Sertão Pernambucano	-0,0048
Quixaba	Sertão Pernambucano	0,0953
Salgueiro	Sertão Pernambucano	-0,0122
Santa Cruz	Sertão Pernambucano	0,0066
Santa Cruz da Baixa Verde	Sertão Pernambucano	0,0564
Santa Filomena	Sertão Pernambucano	-0,0750
Santa Terezinha	Sertão Pernambucano	0,0217
São José do Belmonte	Sertão Pernambucano	-0,0045
São José do Egito	Sertão Pernambucano	0,0222
Serra Talhada	Sertão Pernambucano	0,0259
Serrita	Sertão Pernambucano	0,0254
Sertânia	Sertão Pernambucano	-0,0091
Solidão	Sertão Pernambucano	0,0682
Tabira	Sertão Pernambucano	0,0372
Trindade	Sertão Pernambucano	-0,0383
Triunfo	Sertão Pernambucano	0,0583
Tuparetama	Sertão Pernambucano	0,0292
Verdejante	Sertão Pernambucano	0,0281

Fonte: Elaboração própria utilizando o software Rats 3.65

Tabela 2
Estimação do modelo para todos os municípios usando MQO

VARIÁVEL	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	ESTATÍSTICA t	PROB
DENS	-4,25E-05	3,56E-05	-1,192558	0,2348
DIST	-1,48E-06	3,25E-05	-0,045568	0,9637
ICE	-0,001346	0,003609	-0,372788	0,7098
IDS	-0,000441	0,002298	-0,192122	0,8479
IFS	0,003167	0,003089	1,025189	0,3068
IRE	0,003742	0,002463	1,519278	0,1307
ITCA	-0,034316	0,013834	-2,480566	0,0142
ITCP	0,045117	0,018063	2,497747	0,0135
ITRA	0,048471	0,049263	0,983924	0,3266
ITRP	-0,000176	0,016095	-0,010911	0,9913
constante	-0,440200	0,396640	-1,109823	0,2688
R^2	0,086845	Média da variável dependente		0,025775
\bar{R}^2	0,029414	Desvio padrão da tx. de crescimento		0,036309
Estatística F	1,512153	Prob. Estatística F		0,139394
Durbin-Watson	1,993753	Teste White		36,84486

Elaboração própria utilizando o software Rats 6.35

Tabela 3
Estimação do modelo para todos os municípios usando MQP

VARIÁVEL	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	ESTATÍSTICA t	PROB
DENS/IRE	-2,90E-05	3,45E-05	-0,841359	0,4014
DIST/IRE	4,09E-05	3,32E-05	1,229946	0,2205
ICE/IRE	0,005831	0,002625	2,221473	0,0277
IDS/IRE	-0,000305	0,002373	-0,128658	0,8978
IFS/IRE	-0,002474	0,002327	-1,063030	0,2894
Constante	0,002565	0,002051	1,250895	0,2128
ITCA/IRE	-0,040418	0,013651	-2,960892	0,0035
ITCP/IRE	0,056327	0,016578	3,397693	0,0009
ITRA/IRE	0,086437	0,049703	1,739072	0,0840
ITRP/IRE	-0,008558	0,016168	-0,529325	0,5973
1/IRE	-0,759127	0,394796	-1,922834	0,0563
R^2	0,139037	Média da variável dependente		0,004428
\bar{R}^2	0,084889	Desvio padrão da tx. de crescimento		0,006461
Estatística F	2,567701	Prob. Estatística F		0,006628
Durbin-Watson	2,033061	Teste White		29,86088

Fonte: Elaboração própria utilizando o software Rats 6.35.

Tabela 4
Estimação para o Agreste

VARIÁVEL	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	ESTATÍSTICA t	PROB
DIST	0,000103	5,58E-05	1,845703	0,0693
IRE	0,003583	0,001752	2,045534	0,0447
C	-0,010464	0,012574	-0,832127	0,4083
R^2	0,129572	Média da variável dependente		0,028097
\bar{R}^2	0,103972	Desvio padrão da tx. de crescimento		0,027551
Estatística F	5,061265	Prob. Estatística F		0,008931
Durbin-Watson	2,116841	Teste White		1,300008

Fonte: Elaboração própria utilizando o software Rats 6.35.

Tabela 5
Estimação para o Vale do São Francisco

VARIÁVEL	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	ESTATÍSTICA t	PROB
ICE	-0,063348	0,022167	-2,857695	0,0212
IDS	0,026297	0,011988	2,193612	0,0596
IRE	-0,035538	0,012159	-2,922713	0,0192
ITCP	-0,089576	0,032470	-2,758764	0,0247
ITRP	0,223151	0,089957	2,480651	0,0381
ITRA	-0,368430	0,222043	-1,659273	0,1356
C	2,421752	1,451634	1,668294	0,1338
R^2	0,680846	Média da variável dependente		0,033184
\bar{R}^2	0,441481	Desvio padrão da tx. de crescimento		0,023400
Estatística F	2,844383	Prob. Estatística F		0,086726
Durbin-Watson	1,397877	Teste White		

Fonte: Elaboração própria utilizando o software Rats 6.35.

Tabela 6
Estimação para a Zona da Mata

VARIÁVEL	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	ESTATÍSTICA t	PROB
DIST	0,00098	0,000350	2,811746	0,0076
ITRP	-0,03627	0,016274	-2,228708	0,0315
C	0,26715	0,127695	2,092160	0,0428
R^2	0,166110	Média da variável dependente		0,01795
\bar{R}^2	0,124416	Desvio padrão da tx. de crescimento		0,04799
Estatística F	3,983980	Prob. Estatística F		0,02643
Durbin-Watson	1,364183	Teste White		5,64216

Fonte: Elaboração própria utilizando o software Rats 6.35.

Tabela 7
Estimação para o Sertão

VARIÁVEL	COEFICIENTE	ERRO PADRÃO	ESTATÍSTICA t	PROB
DENS	-0,000367	0,000139	-2,636023	0,0125
DIST	-0,000259	4,37E-05	-5,938928	0,0000
IFS	-0,021939	0,010207	-2,149422	0,0388
IRE	-0,015985	0,006307	-2,534607	0,0160
ITCP	-0,039227	0,018551	-2,114502	0,0419
C	0,481594	0,132464	3,635673	0,0009
ICE	0,011950	0,009341	1,279317	0,2094
R^2	0,586162	Média da variável dependente		0,027247
\overline{R}^2	0,513132	Desvio padrão da tx. de crescimento		0,039156
Estatística F	8,026306	Prob. Estatística F		0,000019
Durbin-Watson	2,109924	Teste White		12,91711

Fonte: Elaboração própria utilizando o software Rats 6.35.